



This book is provided in digital form with the permission of the rightsholder as part of a Google project to make the world's books discoverable online.

The rightsholder has graciously given you the freedom to download all pages of this book. No additional commercial or other uses have been granted.

Please note that all copyrights remain reserved.

About Google Books

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Books helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>

UICN Programa para a Conservação das Florestas

Reservas Extrativistas

JULIO RUIZ MURRIETA E
RAFAEL PINZÓN RUEDA



CNPT



UICN

Unión Mundial para la Naturaleza
Digitized by Google

Reservas Extrativistas

This One



9ZFC-Q5Q-DUN6

Digitized by Google

UICN - UNIÃO MUNDIAL PARA A CONSERVAÇÃO

Fundada em 1948, a UICN - União Mundial para a Conservação - é uma organização que conta entre seus membros com governos, organizações não governamentais (ONG), instituições de pesquisa, assim como agências de conservação da natureza em 129 países. A UICN tem por objetivos promover e encorajar a preservação sustentável dos recursos naturais.

PROGRAMA DA UICN PARA A CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS

O Programa da UICN para a conservação das florestas coordena e reforça as atividades do secretariado e dos membros da UICN que trabalham com os ecossistemas florestais, assim como da pesquisa e da promoção da utilização sustentável dos recursos florestais. O Centro Mundial de Monitoramento da Conservação (WCMC) fornece informação sobre as espécies animais e vegetais, assim como os habitats especialmente importantes para a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas florestais.

O programa inclui uma análise sobre a política florestal, assim como projetos de campo relativos a problemas específicos de gestão dos recursos florestais biologicamente mais importantes. Os princípios da Estratégia Mundial para Conservação são aplicados nestes projetos, que integram as necessidades da conservação e das populações locais. Dá-se ênfase especial à criação de zonas tampão nos entornos dos parques nacionais e das reservas.

A política e as atividades da UICN são baseadas na informação fornecida pelos seus membros ou proveniente de seus projetos de campo, assim como pela análise das tendências atuais elaboradas pela WCMC. O programa é desenvolvido em colaboração com organismos de cooperação internacionais a fim de que se assegure a plena integração entre projetos de desenvolvimento e as prioridades da conservação.

As publicações da UICN contribuem com informação e recomendações técnicas aos governos, às instituições internacionais, às pessoas responsáveis pela elaboração de planos de desenvolvimento e aos especialistas em conservação.

A COMISSÃO DA UNIÃO EUROPÉIA

Doze países europeus (Bélgica, Dinamarca, Espanha, Alemanha, Grécia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Reino Unido) aderiram a três tratados que constituem o esboço para a construção de uma Europa unida: um deles trata do carvão e do ferro, o segundo da energia atômica, e o terceiro e mais conhecido, criou a Comunidade Económica Européia em 1958, com a finalidade de reunir todos os recursos económicos dos 12 países numa união em que os bens, pessoas, serviços e capitais poderão circular livremente, e dentro da qual o comércio, a agricultura, os transportes e outros setores económicos serão regidos pela política da Comunidade. Existem 5 instituições comunitárias, entre as quais a Comissão, que propõe e gere as políticas comuns, e verifica o respeito aos tratados. O Principal financiador do Programa de Conservação da Floresta é o governo da Holanda.

CNPT - CENTRO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

O CNPT - Centro Nacional para o desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais é uma unidade de gestão e coordenação de planos, programas e projetos voltados para as Populações Tradicionais, com atuação em todo o território nacional e vinculado diretamente à Presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais renováveis - IBAMA.

Estruturado a partir de uma coordenação geral em Brasília, o CNPT conta, inicialmente com seis representações regionais, instaladas, em função de demandas já constituídas, nas cidades de Rio Branco-Ac, Porto Velho-Ro, Macapá-AP, Manaus-AM, Imperatriz-MA e Belém-PA. Agindo no âmbito das Populações Tradicionais, o CNPT tem como finalidade principal o apoio à elaboração, implementação e implantação de projetos, programas e ações necessárias ou demandadas pelas mesmas, seja diretamente, através de suas entidades representativas, seja indiretamente, através de órgãos governamentais ou não, constituídos para tais fins.

UICN Programa para a Conservação das Florestas

**Reservas
Extrativistas**

Editores

Julio Ruiz Murrieta e Rafael Pinzón Rueda

UICN-União Mundial Para a Conservação

CCE-Comissão das Comunidades Europeias

**CNPT-Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado
das Populações Tradicionais**

1995

Publicado pela: UICN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido

Realizado e publicado com o apoio financeiro da Comissão das Comunidades Europeias (CCE).



CNPT

1995: União Mundial para a Conservação.

A reprodução para fins não comerciais e educativos dos textos desta publicação fica autorizada sem a permissão prévia do detentor dos direitos autorais.

A reprodução para fins comerciais fica proibida sem a permissão escrita prévia do detentor dos direitos autorais.

Citação: UICN, (1995). *Reservas Extrativistas*. Editores: Julio Ruiz Murrieta e Manuel Pinzón Rueda. UICN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido.

ISBN: 2-8317-0252-6

Impresso por: SADAG, Bellegarde-sur-Valserine, France

Capa: James Butler

Foto da capa: Extração da borracha: Miguel von Behr, CNPT

Disponível através de: Servicio de publicações da UICN, 219c, Huntingdon Road, Cambridge CB3 0DL, Reino Unido.

A designação de entidades geográficas nesta obra, assim como sua apresentação, não expressam de maneira alguma a opinião por parte da UICN no que se refere à condição jurídica ou à autoridade de qualquer Estado, território ou região, em relação à delimitação de suas fronteiras.

Esta obra financiada pela Comissão das Comunidades Europeias, foi realizada pela UICN. As opiniões aqui expressas não refletem necessariamente as da UICN, e da Comissão das Comunidades Europeias.

Dedicatória

As comunidades das Reservas Extrativistas, que com a sua experiência de vida tornam possível a definição e implantação deste modelo e, especialmente, a Chico Mendes cujo sangue fez germinar a idéia.

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO DO CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS - CNPT

CNPT / Brasília:

- Rafael Pinzón Rueda (Diretor do CNPT)
- Adalberto Iannuzzi Alves (Assessor Técnico Região Amazônica)
- Manoel Lima Feitosa (Assessor Técnico Região Amazônica)
- Carlos Aragon Castillo (Coordenador de Projetos)
- Miguel von Behr (Assessor Técnico Mata Atlântica e Região Centro-Sul)
- Eneida Rodrigues da Silva (Assessora Administrativa)
- Karla dos Santos Soares (Secretária)
- Walter Honorio de Lacerda (Digitador)

CNPT / Rondônia:

- Maria de Lourdes Souza (Assistente Administrativa)
- Melanias Vieira Neto (Representante do CNPT)

CNPT / Acre:

- Marisanta Farias Nóbrega (Representante do CNPT)

CNPT / Amapá:

- Wilson Menescal de Souza (Representante do CNPT)
- Antônio Sérgio Monteiro Filocreão (Técnico)
- Mário Sérgio dos Santos Ribeiro (Técnico)
- Mauro Jackson da Silva Moraes (Técnico)
- Lourdival Trindade Romano (Assistente Administrativo)

CNPT / Santa Catarina:

- Vitor Dutra (Representante do CNPT)

CNPT / Maranhão:

- Edson dos Santos (Representante do CNPT)

CNPT / Pará:

- Nelson Chada (Representante do CNPT)
- Merlene Nayo (Técnica)
- Itacelma Simões (Técnica)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	xi
INTRODUÇÃO (Rafael Pinzón Rueda)	1
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO EXTRATIVISMO (Rafael Pinzón Rueda)	3
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS (Rafael Pinzón Rueda)	13
VIABILIDADE DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (Carlos Aragón Castillo) ..	19
ROTEIRO PARA CRIAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (Portaria IBAMA N° 51 de 11.05.94)	37
GESTÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (Carlos Aragón Castillo)	49
DESCRIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ (Manoel Lima Feitosa)	57
DESCRIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES (Manoel Lima Feitosa)	69
DESCRIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ (Miguel von Behr)	77
DESCRIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO FREXAL (Miguel von Behr)	81
DESCRIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ (Adalberto Iannuzzi Alves)	85
DESCRIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO (Adalberto Iannuzzi Alves)	97
DESCRIÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DE TOCANTINS, DA MATA GRANDE E DO CIRIACO (Miguel von Behr)	105
MAPAS	116
BIBLIOGRAFIA	129

PREFÁCIO

O Estudo sobre as florestas tropicais úmidas manejadas pelas comunidades tradicionais recebe grande atenção entre os trabalhos executados pela União Mundial para a Natureza (UICN). Através de vários estudos realizados no marco do Programa de Conservação de Florestas, a UICN procura enriquecer o conhecimento sobre os ecossistemas de florestas tropicais úmidas, bem como as interações entre as populações tradicionais e estes ecossistemas, com a finalidade de sensibilizar a população local sobre os temas relacionados com a conservação e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis.

O presente livro foi concebido durante a reunião sobre a situação das reservas extrativistas, realizada em Manaus, Brasil, em outubro de 1992; e é o fruto da cooperação entre o Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) no Brasil, e a UICN.

Esta publicação foi financiada pela Comissão das Comunidades Europeias, e foi realizada pela equipe técnica do CNPT. Ela trata das Reservas Extrativistas, as quais são apresentadas como um modelo de manejo de florestas, que consegue juntar o desenvolvimento sustentável e a conservação de recursos naturais.

O Capítulo I trata sobre a evolução histórica do extrativismo, desde as suas origens com as primeiras atividades extrativas de borracha e castanha na Amazônia, passando pelas fases de extração de babaçu, madeiras de lei e minerais, os grandes conflitos sociais dos anos 70 e 80 na Amazônia brasileira, até sua conceituação oficial mediante leis nacionais.

O Capítulo II trata sobre a primeira etapa de organização social das populações extrativistas, e nele se analisam as primeiras organizações formais, tais como as Colônias de Pescadores, os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a consolidação da organização, e finalmente se apresentam perspectivas para etapas posteriores.

O Capítulo III trata sobre a viabilidade das reservas extrativistas. Nele se dá ênfase à economia extrativista, ao direito de propriedade e dos recursos naturais, à crítica do modelo de reserva extrativista, e às considerações para analisar a viabilidade econômica das reservas. Além disso, apresenta-se uma proposta para o desenvolvimento sustentável das reservas extrativistas, baseada na diversificação da produção de subsistência, no manejo dos recursos hidrobiológicos, no beneficiamento dos produtos tradicionais e alternativos, no desenvolvimento agroflorestal e agrícola, e no resgate e fomento de outras atividades tradicionais. Finalmente, sugere-se uma estratégia para o êxito da proposta antes mencionada.

O Capítulo IV trata sobre o conjunto de passos que são necessários para a criação e legislação das reservas extrativistas no Brasil, desde o primeiro passo que é o pedido formal dos moradores da área a ser transformada em reserva, até a elaboração do plano de desenvolvimento da reserva extrativista.

O Capítulo V trata sobre a gestão das reservas extrativistas e nele se analisam os dispositivos legais que regulamentam as reservas, o papel do Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, e a importância da organização comunitária.

Nos Capítulos VI a XII são descritos as nove reservas extrativistas existentes no Brasil: Alto Juruá e Chico Mendes no Estado de Acre; Ciriaco, Frexal e Mata Grande

no Estado do Maranhão; Rio Cajari no Estado do Amapá; Rio Ouro Preto no Estado de Rondônia; Extremo Norte de Tocantins no Estado de Tocantins e Marinha do Pirajubaé no Estado de Santa Catarina. De cada reserva se descrevem os seguintes aspectos; dados geográficos e ambientais, aspectos históricos, sócio - econômicos, gestão e organização social, plano de utilização, iniciativas em curso e principais problemas.

A ótica de tratamento dos diversos temas considerados neste livro, mostra que o modelo de Reserva Extrativista é uma alternativa real não só para as florestas tropicais da América Latina, mas também para todo o ecossistema mundial de floresta tropical úmida, incluindo os continentes da África e Ásia.

As tendências atuais mostram que este modelo, pode constituir-se na base para a construção de uma nova sociedade, que valorize a cultura das populações e o meio ambiente, e que faça uma distribuição mais justa de riqueza.

Don Gilmour
UICN Programa para a Conservação das Florestas

INTRODUÇÃO

Rafael Pinzón Rueda

A grande maioria do que se escreve sobre Reservas Extrativistas é resultado de estudos feitos por pessoas que passam algum tempo na região e que enriquecem seus conhecimentos com pesquisas bibliográficas. Não é o caso desta publicação.

O relato sobre Reservas Extrativistas é feito pelos cinco técnicos que estão vivenciando o dia-a-dia das reservas, como responsáveis por tal Programa no Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT/IBAMA. Não é desprezada a leitura dos que já refletiram e escreveram sobre o tema; apenas, o enfoque principal é dado partindo da experiência de quem convive com os moradores das reservas. A soma de tempo de experiência dos cinco técnicos, em trabalhos na amazônia com os extrativistas, chega a 68 anos; dois deles nasceram, se criaram e estudaram na região (um no Acre, outro no Amazonas). A narração é mais de quem estando presente diz o que está se passando, é algo espontâneo, é o trabalho cotidiano.

As narrativas dos turistas e visitantes da Amazônia, trinta anos atrás, poderiam ser resumidas na admiração por aquele “imenso tapete verde”, pois esta era a imagem retida desde os aviões, e na sensação de vazio, e de solidão, pois sempre se imprimiu o estereótipo de “perder-se na floresta”. Hoje os que sobrevoam a região lamentam com veemência como esse imenso tapete foi rasgado e queimado, especialmente no Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

A viagem aérea, em monomotores, de Belém a Tucuruí, Carajás, Marabá, Imperatriz ou de Vilhena a Ariquemes, Porto Velho e Rio Branco, deixa estarrecidos os visitantes. Todos constataam a devastação da floresta; os repórteres internacionais fotografam quadros apocalípticos e desoladores. Os olhos do mundo voltam-se revoltados; os países do Norte temem o efeito “estufa” e todos clamam pela conservação do meio ambiente, pela proteção do “imenso e vazio tapete verde”, patrimônio da humanidade, fiel na balança do equilíbrio ecológico do planeta ... ninguém fala dos “povos da floresta”, dos povos que vivem no imenso tapete. As Reservas Extrativistas são a visão de quem pisou no chão, de quem deixou de olhar a distância, penetrou na floresta e constatou uma outra realidade, até então ignorada pelos estudiosos da questão amazônica: o que é preciso preservar é o homem que ali vive desde antes que os europeus descobrissem o Novo Mundo, e que habitando ali por séculos, harmoniosamente conservou a natureza e assim ela se conservaria, não fosse a ambição dos alienígenas, vindo de outras regiões com tratores, moto-serras, fogo, destruição para implantar o fracasso econômico, ecológico e social da pecuária, da mineração, da depredação madeireira.

É o autêntico homem amazônico, o “caboclo”, o “ribeirinho” o “índio”, o “seringueiro”, o “pescador”, o “castanheiro” que é preciso salvar pois ele é o único que poderá salvar a Amazônia, se continuar ali vivendo em harmonia com o meio ambiente, como sentinela avançado contra a destruição, nos mais longínquos lagos, rios, igarapés, seringais, várzeas, terras altas e cabeceiras. As Reservas Extrativistas vieram com esta missão.

Terrível engano falar da Amazônia como um grande vazio demográfico. É preciso, isso sim, modernizar os conceitos da Geografia Humana adaptando-os à Ecologia como ciência de interação do homem com a natureza. Aqui então seria constatado que o equilíbrio ecológico e a sustentabilidade da Amazônia depende da distribuição espacial do homem, nos sábios moldes tradicionais do extrativismo: em função da distri-

buição espacial das espécies vegetais e animais. Daí partir-se-ia para um novo conceito de ocupação humana caracterizando como índice “ótimo” aquele que assegura a sustentabilidade: para seringueiros, castanheiros e pescadores, 5 Km² por família (1 habitante por km²); concluir-se-ia que a Amazônia não é um vazio, mas está muito bem ocupada por aproximadamente 4,5 milhões de habitantes na área rural, com uma ocupação média de 1,5 habitantes por Km².

As Reservas Extrativistas não são a panacéia para os problemas da Amazônia, nem a solução mágica para sua ocupação, mesmo porque mais da metade da área já foi ocupada e colonizada através de diferentes projetos, especialmente agropecuários. Da superfície total, tal vez apenas 20% apresente as condições exigidas por lei para implantação daquelas. Exatamente porque estão chegando já um pouco tarde, é preciso acelerar o processo, para proteger as áreas que ainda podem ser protegidas.

A experiência de Reservas Extrativistas que agora está sendo publicada é uma das expressões concretas de sustentabilidade. Muita teoria tem sido escrita sobre este tema. Inúmeros encontros, Workshops, cursos e seminários tem sido realizados para definir seu conteúdo. A Reserva Extrativista é a materialização de tudo isso. Ela responde não só à questão da sustentabilidade, como também é uma condenação da insensatez do monocultivo, pois o extrativista de hoje tende cada vez mais a diversificar suas atividades econômicas.

Ao longo das páginas desta publicação será possível também verificar que a proposta de Reserva Extrativistas soluciona um dos mais sérios problemas dos países em desenvolvimento, a questão da distribuição justa da terra - a Reforma Agrária -, uma vez que a Reserva faz cumprir a função social da terra, assegurando juridicamente direitos àqueles que de fato já os tinham por ali habitarem tradicionalmente.

O principal mérito da Reserva Extrativista, que a diferencia das outras Unidades de Conservação, é o fato de dar prioridade à população; o homem cataliza todo o processo como ator e gestor da conservação, é a prática da autêntica Antropogeografia. Assim como existem e são reconhecidas as culturas dos esquimós, dos tuaregues, dos polinésios, dos sábios povos africanos que para proteger criam bosques, rios e animais sagrados..., existe também a cultura dos “caboclos amazônicos”; as reservas são também uma forma de reconhecer e resgatar tal cultura; a co-gestão entre Estado e população é a sua expressão concreta.

Um traço forte desta cultura é a paciência, forjada na concepção do tempo como algo estático, à semelhança da imensidão da floresta, dos lagos, da lentidão dos rios, das jornadas intermináveis de viagem. Foi esta paciência que mantém tais populações paciente-mente à procura de soluções há 70 anos, a partir de 1920, quando a borracha deixou de ser uma solução. Foi esta paciência que os manteve na floresta, apesar das desastrosas e falsas soluções trazidas por culturas exógenas, soluções que partiam da destruição: a pecuária, a monocultura, a mineração. Foi esta mesma paciência que resistiu às expulsões, aos desmatamentos e através da resistência encontrou e propôs a solução: as Reservas Extrativistas.

Mitologias e religiões sintetizaram o nosso desejo inato de felicidade na idéia de um paraíso, e este foi concebido como um jardim, um lugar com muitas árvores, frutos, rios e animais. O materialismo está destruindo este fruto da consciência coletiva? O que podemos fazer para que o nosso planeta mantenha estes lugares paradisíacos? As experiências com as reservas foram escritas para suscitar o interesse em colaborar na consolidação das mesmas, sempre com a esperança de que o princípio do Direito Romano seja levado à prática: “Salus populi suprema lex esto”, sim as Reservas Extrativistas devem ser criadas primordialmente para a bem-estar do povo.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO EXTRATIVISMO

Rafael Pinzón Rueda

Antes de examinar a evolução histórica do extrativismo é conveniente definir o conceito. O termo extrativismo, em geral é utilizado para designar toda atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, folhas, frutos...).

Há autores como Stephen Bunker (1985) que incluem no conceito de extração as formas de produção pelas quais uma região é progressivamente empobrecida, para enriquecer outra região (este conceito inclui a pecuária e a agricultura).

Há quem diga que a “extração” significa qualquer forma de apropriação de recursos cuja ocorrência natural não tenha sido intencionalmente aumentada para fins de exploração. Esta definição incluiria o uso de recursos renováveis e não renováveis, sem levar em conta os níveis de utilização, quer sejam sustentáveis ou não.

Como o interesse desta publicação é transmitir a experiência das reservas extrativistas do Brasil, vamos entender o extrativismo como a utilização sustentável proposta para as reservas, ou seja, como a coleta racional na biota, de recursos renováveis destinados ao mercado.

O Brasil herdou seu nome da extração do “Pau-Brasil” (*Caesalpinia eclimata*). A atividade extrativista tem sido uma constante da história econômica do país. Durante a colonização praticou-se o extrativismo da madeira e de minerais, especialmente do ouro.

A partir do século passado, o extrativismo voltou-se mais para a Região Norte, atrás de madeiras, plantas medicinais, cacau e seringueira. Durante este século, na região Amazônica tem sido praticado o extrativismo principalmente da borracha (*Hevea brasiliensis*) e da castanha (*Bertolletia excelsa*); depois da segunda guerra intensificou-se o extrativismo da madeira, que nos últimos cinco anos está sendo melhor controlado. O extrativismo mineral tem sido incrementado na região a partir dos anos sessentas, especialmente o do ouro, ferro, bauxita e cassiterita.

Em alguns estados da Região Norte e Nordeste pratica-se o extrativismo do babaçu (*Orbignia martiana*) e na Nordeste da carnaúba (*Opernia Cerifera*). Em outras regiões do país há localidades extrativistas de madeiras, plantas medicinais e ornamentais, flores ou frutos silvestres; especialmente há inúmeras comunidades dedicadas à pesca artesanal.

A evolução histórica ora estudada, tem como objetivo facilitar a compreensão do aparecimento das reservas extrativistas ela não analisa o extrativismo do Brasil como um todo, mas apenas os aspectos históricos que se relacionam com as reservas. Assim sendo, será analisada especificamente a evolução histórica do extrativismo na Região Norte do país, onde estão concentradas as experiências com as reservas.

O extrativismo na Amazônia

O interesse econômico pela Amazônia despertou-se no século XVIII mediante a procura das chamadas “Drogas do Sertão”, plantas medicinais, óleos, resinas, cacau, peles, peixes e carnes secas. Embora, naquele período, tivessem sido estabelecidas, às margens dos grandes rios, fazendas para pecuária e agricultura, - cacau, café, algodão, - estas significavam muito pouco, quando comparadas com as atividades extrativas. A participação dos índios e caboclos muito contribuiu para o crescimento do extrativismo, mas os índios, na

maioria dos casos, eram perseguidos e obrigados a trabalhar para os colonizadores. Não é significativa a participação do negro no extrativismo na Amazônia.

A ocupação da Amazônia foi motivada pelo extrativismo, especialmente durante a segunda metade do século XIX, quando ao redor de 400.000 famílias vindas do Nordeste, lá se instalaram, à procura da borracha, cuja demanda crescente, nos Estados Unidos e na Europa, exigia um rápido aumento de produção. Este foi o chamado "ciclo da borracha", que teve seus anos áureos na virada do século e seu declínio por volta de 1920.

Durante a segunda guerra mundial, incentivou-se novamente o extrativismo da borracha e milhares de famílias nordestinas foram transportadas para os seringais. Terminada a guerra, o governo procurou manter uma política de incentivo ao extrativismo da borracha, com financiamentos para a comercialização e o beneficiamento. Como os preços pagos ao produtor não eram atraentes, o extrativismo passou por diversas crises, fazendo com que nos últimos 10 anos grande número de famílias tenha abandonado a atividade.

O extrativismo da borracha sempre esteve ligado ao da castanha que é praticado nas mesmas áreas; o primeiro, na época menos chuvosa (maio a novembro) e o segundo, no período mais chuvoso (dezembro a março).

Caracterização do extrativismo da borracha e da castanha

O extrativismo da borracha e da castanha foi montado e se desenvolveu sobre dois grandes pilares: capital forâneo e latifúndio. Foram duas condicionantes por que:

- a) O empreendimento exigia capital, formando uma corrente desde o exportador que financiava o comprador na cidade, que por sua vez financiava os compradores intermediários e estes aos seringalistas os quais forneciam mantimentos aos seringueiros.
- b) Para ser rentável, a extração exigia o latifúndio, em razão da baixa densidade das seringueiras e castanheiras na floresta.

O "Seringal tradicional" - expressão sócio-econômica da Região, tinha as seguintes características:

- exclusividade do extrativismo e ausência de agricultura;
- importação dos principais bens de consumo, deixando os seringueiros em total dependência do patrão;
- custo de produção garantido pelo patrão, porém sem deixar margem de lucro ao seringueiro; era uma maneira de não deixá-lo sair da atividade, pois sempre era mantido como devedor do seu patrão;
- descontos excessivos na pesagem da borracha e fixação de preços baixos.

Hoje existem poucos seringais funcionando no modelo tradicional. Com a abertura de estradas e ramais e com o avanço da fronteira agrícola, apareceram muitos intermediários e aos poucos foi desaparecendo a figura do único patrão, dono do seringal, o seringalista.

O extrativista tradicional

O extrativista tradicional da Amazônia mora no coração da floresta, vive da coleta das riquezas naturais, borracha, castanha e complementa sua renda com a caça, a pesca, a coleta de frutos como açaí, abacaba, patoá.

Devido às distâncias impostas pela dispersão das espécies produtivas (3 seringueiras ou castanheiras por hectare), ele vive isolado. Sua característica principal é a dependência total de patrões e comerciantes que lhe fornecem os bens de subsistência em troca de sua produção.

Quanto ao trabalho, ele não tem vínculo empregatício com o patrão, nem contrato de arrendamento; não é dono da terra, mas tem direito a praticar o extrativismo, contanto que troque a produção pelas mercadorias que o patrão lhe traz; na verdade, troca sua força de trabalho pelo abastecimento de bens não existentes na floresta.

O extrativista complementa sua renda com a venda de produtos agrícolas ou de criações, mas ela é drasticamente reduzida, em valores reais, devido aos preços elevadíssimos que é obrigado a pagar pelos gêneros adquiridos ao comerciante. Há casos em que o isolamento é tal que impossibilita a comercialização dos bens produzidos pela família, impedindo que a renda monetária familiar seja superior à renda do extrativismo.

A maior parte dos extrativistas da Amazônia mora em casas montadas como palafitas, com cobertura e paredes de paxiúba e/ou palha; por baixo habitam patos, galinhas e porcos, favorecendo a multiplicação dos insetos; em cima, a falta de proteção facilita a invasão por agentes transmissores de doenças. O quadro é agravado pela falta de hábitos higiênicos. As doenças mais comuns são gripes, diarreias, verminoses e malária.

Nas regiões extrativistas, afastadas das sedes municipais, não há escolas, e onde existem funcionam em precárias condições. Daí ser o índice de analfabetismo elevado (70%) e sem perspectivas de diminuição, porque as escolas não acompanham o crescimento vegetativo da população.

Quase todos os extrativistas da Amazônia pescam para completar sua alimentação; entretanto há famílias que se dedicam exclusivamente à pesca, de forma artesanal; estes podem ser considerados como extrativistas da fauna ictiológica e não devem ser confundidos com os pescadores industriais que chegam de outras regiões, com barcos equipados e praticam uma pesca com objetivos de comercialização nas grandes cidades. Os recursos pesqueiros e madeiros são os mais explorados da Amazônia, infelizmente por grandes grupos econômicos.

O extrativismo do babaçu

O babaçu, palmeiras dos gêneros *Arbignya* e *Ahalea*, é explorado especialmente no Estado do Maranhão, embora exista em outros Estados. Infelizmente, nas áreas de maior ocorrência, houve nos últimos 30 anos implantação de fazendas de gado, gerando problemas para as 400.000 famílias que auferem a maior parte da sua renda do extrativismo do babaçu. Antes da implantação das fazendas, a coleta do babaçu era uma atividade livre e espontânea; atualmente os fazendeiros além de derrubarem a maioria dos babaçuais, nos restantes proibem a coleta. Surge a necessidade urgente de criar unidades de conservação que defendam tanto as espécies como, principalmente, permitam a sobrevivência das famílias.

A diminuição do extrativismo na Amazônia

Durante 20 anos, de 1965 a 1985, o Brasil praticou uma política de ocupação da Amazônia, e de expansão da sua fronteira agrícola. Para tanto abriu estradas, distribuiu terras, organizou colônias e deu inúmeros incentivos, especialmente de crédito subsidiado, para instalar fazendas agropecuárias e empreendimentos madeiros na região. Esta política de destruição da floresta aniquilou o extrativismo em várias regiões, como por exemplo, no estado do Pará, onde foram derrubados os castanhais mais ricos do país, ou no estado

Reservas Extrativistas

de Rondônia, onde na área de influência da estrada BR 364, desapareceram seringais e castanhais. Desapareceram também diversas áreas extrativistas em Mato Grosso, Maranhão e Acre.

Este avanço da fronteira agrícola sobre a Amazônia, desestruturou o extrativismo em diversas regiões, transformou áreas extrativistas em pasto para gado e extrativistas em peões ou pequenos agricultores.

Como veremos adiante, o que impediu que continuasse a devastação foi a pressão dos próprios moradores, que expunham suas vidas em defesa da floresta, e a pressão de instituições internacionais e nacionais. O próprio governo, a partir de 1985, começou a tomar consciência da importância da conservação das florestas.

A ação das madeiras na Amazônia

A extração de madeiras da Amazônia, para exportação, ou para consumo nos grandes centros urbanos nacionais, nunca foi uma atividade típica dos moradores da floresta. Foi sempre iniciativa de grandes empresas, que colocam na linha de frente intermediários. Estas empresas contam com o incentivo governamental que aos poucos vem diminuindo e muitas delas burlam a legislação ou abusam das concessões obtidas.

Os autênticos habitantes da floresta utilizam as madeiras, de forma artesanal, nas próprias moradias ou nos meios de transporte (pequenos barcos ou canoas); os colonos, fixados ali pelo governo, quando pressionados pelos madeireiros, chegam a vender as madeiras a preços irrisórios. Os colonos instalados pelo INCRA no Pará, Rondônia e Acre até hoje vendem madeira aos intermediários.

Esta pressão dos madeireiros tem aumentado muito e, infelizmente as pesquisas constataam que nas regiões de várzea, também os moradores tradicionais vendem madeiras aos intermediários (Whitesell 1993).

O extrativismo mineral na Amazônia

Na Amazônia, devido ao seu rico potencial mineral, tanto o governo, como a iniciativa privada tem praticado o extrativismo mineral nos últimos 30 anos. Grandes projetos como Carajás e Rio Trombetas no Pará extraem ferro e bauxita; Serra do Navio no Amapá, extrai manganês, Serra Pelada no Pará, extrai ouro; em Porto Velho extrai-se a cassiterita. Porém em muitos rios e em áreas indígenas, clandestinamente é praticada a garimpagem, uma das maiores degradações ambientais na Amazônia, inclusive poluindo as águas; o governo constantemente está combatendo tais ações.

A defesa do extrativismo na Amazônia: as reservas extrativistas

Os governos dos estados da Região Norte, a partir de 1960, desenvolveram ações a fim de atrair empresários do Centro-Sul do país que viessem implantar empreendimentos na área rural. No Acre, nos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Xapuri e Brasiléia, muitos seringais foram transformados em pastos para gado, ou abandonados. Por outro lado, consideráveis glebas de terra onde moravam seringueiros foram adquiridas pelo Governo Federal para loteamentos de Reforma Agrária.

Para poder concretizar estas transformações, muitos seringueiros foram expulsos com violência das suas moradias e saíram à procura de novas áreas. Assim eles ocuparam seringais abandonados ou glebas do governo. Estes seringueiros ficaram sem patrão e deram origem ao "SERINGUEIRO AUTÔNOMO", entendido como tal, aquele que não tem um patrão fixo ao qual seja obrigado a entregar a produção por ser o dono da terra. Esta autonomia faz referência ao antigo seringalista, pois o seringueiro continua depen-

dendo dos comerciantes para o abastecimento e comercialização da produção. É uma autonomia muito relativa, porém importante porque, do ponto de vista social, permite-lhe a tomada livre de decisões e é o começo para a conquista de uma autonomia mais ampla.

Foram os seringueiros autônomos de Rio Branco, Xapurí e Brasiléia os primeiros a saírem em defesa do extrativismo, organizando-se desde 1976, para impedir novos desmatamentos de áreas extrativas; estes movimentos foram chamados de “EMPATES” e se estenderam a outras regiões do Acre e mesmo a outros estados (Amazonas e Pará).

Os conflitos entre fazendeiros e seringueiros chamaram a atenção da opinião pública, especialmente depois da morte do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Brasiléia, Wilson de Souza Pinheiro, em 1978. Estes mesmos conflitos posteriormente foram a causa do assassinato, por fazendeiros, do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Xapurí, Chico Mendes, em 1988.

O Governo Federal começou a refletir sobre a possibilidade de defender o extrativismo, a partir de 1982, quando, no Acre, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, e a Superintendência da Borracha, SUDHEVEA, se encontraram frente ao impasse causado pelos projetos de colonização, chamados de Assentamentos Dirigidos, pois os retângulos criados pelo INCRA para assentar colonos desestruturavam o esforço que a SUDHEVEA fazia para aumentar a produção de borracha dos extrativistas, uma vez que o retângulo cortava e desmembra a “colocação”, unidade de produção do seringueiro, formada pela dispersão natural e sinuosa das espécies vegetais. Esta situação deu origem a sérios conflitos entre os vizinhos.

Com a participação dos extrativistas e das lideranças sindicais de Rio Branco, Xapurí e Brasiléia foi possível chegar ao consenso de que o mais importante não era ter um título de propriedade individual de uma parcela, mas conservar a capacidade produtiva da floresta e, portanto, não era necessário cortar a terra em pedaços simétricos e retangulares, mas, talvez, encontrar uma forma de assegurar a permanência das famílias nas suas “colocações” exercendo a atividade extrativista. As duas instituições propuseram como solução a “Concessão Real de Uso” do seringal aos seus moradores. Para iniciar, foram propostos, a título de experiência, os projetos Boa Esperança em Sena Madureira e Santa Quitéria em Brasiléia. Infelizmente, por falta de continuidade administrativa nas duas instituições, a proposta não vingou. Houve isso sim, um ponto positivo: foram paralisados os assentamentos tradicionais nos dois projetos e assim muitos seringueiros continuaram nas suas colocações.

O aspecto mais importante a analisar durante esta recente evolução histórica do extrativismo é que a prática dos “EMPATES” impetitivos dos desmatamentos, serviram de substrato para o amadurecimento político e social dos extrativistas, na medida em que o “EMPATE” exigia organização e coesão. Estas duas forças foram encontradas mediante o fortalecimento do sindicalismo em cujo seio, e diante da necessidade de manter a união, foi aceito e amadureceu o princípio da “concessão de uso coletiva”. É preciso reconhecer que em 1980, influenciados, talvez, pelo processo de parcelamento da terra promovido pelo Governo, os extrativistas desejavam ter lotes individuais. Até hoje há uma minoria que não assimila bem a idéia de não ter um título de propriedade individual de uma parcela.

Em 1985, os seringueiros reunidos em Brasília no seu Primeiro Encontro Nacional, solicitaram que se acabasse com a colonização dos seringais e que estes lhes fossem dados em concessão, para que assim pudessem ser mantido o extrativismo. Este pedido visava também solucionar a questão fundiária e proteger a floresta contra as ameaças do desmatamentos, para implantar a exploração pecuária.

Este Encontro de Seringueiros é o marco histórico para a oficialização do pedido da criação

Reservas Extrativistas

de “Reservas Extrativistas”. Nesta ocasião, a idéia foi amplamente debatida e assimilada pelos participantes, que provinham de diferentes regiões, especialmente da Amazônia.

É importante ainda salientar que em 1985, no Brasil estava sendo lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária e todas as atenções da sociedade estavam voltadas para este tema. A proposta de criação das Reservas Extrativistas, apareceu então, como a “Reforma Agrária” para os extrativistas, na medida em que a sua criação deveria ser uma forma de legitimar a posse, e de reconhecer os direitos à terra daqueles que nela trabalhavam e viviam há muitos anos. Conclui-se, portanto, que as Reservas Extrativistas, historicamente foram uma proposta, no espírito da Reforma Agrária, isto é, para que a terra cumpra a sua função social.

O segundo grande objetivo das Reservas Extrativistas, a defesa do meio ambiente, estava implícito no primeiro, uma vez que a conquista da terra objetivava manter o extrativismo, e a manutenção do mesmo exigia o respeito à floresta e aos seus recursos.

A partir do primeiro encontro de seringueiros, o INCRA passou de novo a se preocupar com o problema. Propôs então como solução através da Portaria No 627, de 30 de julho de 1987, a criação do Projeto de Assentamento Extrativista - PAE “destinado à exploração de áreas dotadas de seringueiras extrativas através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas”. A Portaria estabelecia que a destinação da área fosse “mediante concessão de uso em regime comunal, segundo a forma decidida pela comunidade concessionária - associativa, condominial ou cooperativista”.

Este ato oficial do INCRA significava a incorporação das Reservas Extrativistas (sob o nome de Projetos de Assentamentos Extrativistas - PAE), ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Até abril de 1994 foram criados 10 projetos de assentamento extrativista, 5 no Acre, 3 no Amapá e dois no Amazonas, totalizando 889.548 ha. Apenas 3 deles, no Acre, receberam apoio para sua implantação.

Assentamentos extrativistas

PROJETO	ESTADO	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS
São Luiz Remanso	Acre	39.572	130
Cachoeira	Acre	24.973	80
Santa Quitéria	Acre	44.000	150
Porto Dias	Acre	22.145	83
Riozinho	Acre	35.896	120
Maracá I	Amapá	75.000	214
Maracá II	Amapá	22.500	94
Maracá III	Amapá	226.000	760
Antimary	Amazonas	260.277	867
Terruaã	Amazonas	139.235	426
TOTAL		889.598	2.924

Fonte: INCRA, 1989

Os movimentos sociais participaram desde o início na luta pela defesa do extrativismo e pela procura de soluções, inicialmente para a questão fundiária. Aos poucos as reivindicações foram canalizadas através do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), criado em 1985. Diante do imobilismo dos Projetos de Assentamento Extrativista e diante da pressão social, a nível nacional e internacional pela preservação das florestas, o CNS além de continuar insistindo na criação de Reservas Extrativistas como forma de fazer Reforma Agrária para os extrativistas, passou a defender as reservas como “espaços territoriais destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis”. Esta foi uma nova conquista, pois os extrativistas passaram a melhor entender e defender o cunho ecológico da proposta. Pode-se afirmar que a “praxis” passou a ser teorizada pelas próprias bases.

O Governo Federal também avançou, mediante a legitimação da Reserva Extrativista no âmbito da política nacional do meio ambiente, possibilitando sua criação a partir da Lei No 7.804, de 18 de julho de 1989, e regulamentando-a através do Decreto No 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Segundo esta legislação a instituição responsável pelas reservas é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais IBAMA. Segundo a Portaria No 22-N, de 10 de fevereiro de 1992 do IBAMA, o órgão gestor das questões relativas às reservas é o Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT.

Até abril de 1994 foram criadas 9 (nove) Reservas Extrativistas conforme quadro a seguir:

Reservas extrativistas

NOME	Est	MUNICÍPIO	DECRETO CRIAÇÃO	ÁREA (HA)	POP. (Hab)	PRINC. REC. MANEJADO
PIRAJUBAÉ	SC	Florianópolis	533/92-20.05	1.444	690	Berbigão
CIRIACO	MA	Imperatriz	534/92-20.05	7.050	844	Babaçu e agric. de subsistência
EXT. NORTE DO TOCANTINS	TO	Augustinópolis e Sampaio	535/92-20.05	9.280	320	Babaçu e agric. de subsistência
QUILOMBO DO FREXAL	MA	Imperatriz	536/92-20.05	9.542	1.080	Babaçu, Agric. de subsistência e pesca.
MATA GRANDE	MA	Imperatriz e João Lisboa	532/92-20.05	10.450	776	Babaçu e agric. de subsistência.
ALTO JURUÁ	AC	Cruzeiro do Sul e Taumaturgo de Azevedo	98.863/90 -23.01	506.186	5.821	Seringueira
CHICO MENDES	AC	Rio Branco, Xapuri, Brasília, Sena Madureira e Assis Brasil	99.144/90 -12.03	970.570	12.017	Castanha, copaiba e seringueira.
RIO CAJARI	AP	Laranjal do Jari e Masagão	99.145/90 -12.03	481.650	3.639	Castanha, copaiba, seringueira e açaí.
RIO OURO PRETO	RO	Guajara Mirim	99.166/90 -12.03	204.583	775	Castanha, copaiba e seringueira.
TOTAIS:				2.200.750	25.962	

Fonte: IBAMA/CNPT, 1994

Conceituação oficial das reservas extrativistas

Oficialmente, conforme o Decreto No 98.897, é a seguinte a conceituação de Reservas Extrativistas:

Art. 1º. As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2º. O Poder Executivo criará Reservas Extrativistas em espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social.

Parágrafo Único - São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitam a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental.

Art. 3º. Do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para sua implantação, ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, as desapropriações que se fizerem necessárias.

Art. 4º. a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por Contrato de Concessão Real de Uso, na forma do artigo 7º do Decreto-Lei No 271, de 28 de fevereiro de 1967.

Inciso primeiro - O direito real de uso será concedido a título gratuito.

Inciso segundo - O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo IBAMA e conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão "inter vivos".

Art. 5º. Caberá ao IBAMA supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior.

É fácil deduzir que segundo o Decreto, as Reservas Extrativistas não podem ser modelo de desenvolvimento para todo o Brasil. Elas são válidas, apenas, para algumas regiões onde houver as condições constantes no Decreto :

1. Existência de recursos naturais renováveis e de populações extrativistas.
2. Espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social.
3. Garantia de auto-sustentabilidade mediante a aprovação, pelo IBAMA, de um plano de utilização.

A realidade das reservas até agora criadas, o debate com os moradores das mesmas, a análise das atividades econômicas por eles praticadas, junto com as propostas e anseios por eles manifestados, tem alimentado a evolução dos conceitos, consolidando os seguintes princípios de entendimento sobre as reservas:

- O extrativismo não é a única atividade econômica da Reserva, embora atualmente seja sua base de sustentação;
- A melhoria das condições de vida dos moradores deve ser buscada através do incremento e melhoria das atividades extrativistas e agro-pastoris praticadas e através da introdução de novas atividades que não causem impacto ambiental;
- entre as ações a incrementar, citam-se:
 - aumentar a produção e a produtividade dos produtos florestais existentes;
 - melhorar o sistema de comercialização;
 - agregar valor aos produtos, incentivando o processamento local;
 - incrementar atividades agro-pastorais, aproveitando os roçados já existentes.
- a base da mudança a realizar deve ser o associativismo, capaz de fazer a gestão da Reserva de forma co-participativa;

- o associativismo deve encontrar as fórmulas para conquistar a independência no abastecimento e na comercialização.

Evolução conceitual do extrativismo

Até inícios do século XIX, com relação ao extrativismo, o mundo era dominado pelas idéias dos naturalistas, embalados pelo sucesso da Botânica, da Zoologia, das descobertas científicas e das grandes expedições à África, Ásia e América Latina. Falava-se então muito da “mãe natureza” e das imensuráveis riquezas nela contidas.

Com o advento da Revolução Industrial e especialmente através da influência do materialismo histórico de Marx, que fazia tudo depender da ordem econômica, motor de todos os acontecimentos, as riquezas naturais passaram a chamar-se de “matérias primas”, indispensáveis para saciar a fome louca de transformá-las em novos produtos e assim satisfazer as ambições de consumo e exportação.

Naquela época as matérias primas eram tidas como inesgotáveis e seu consumo como controlável pela ação do homem.

Um século depois, com o avanço da tecnologia, o crescimento populacional e a utilização excessiva das “matérias primas”, o homem começou a mudar seus conceitos sobre o extrativismo. A primeira constatação foi que os recursos naturais não são inesgotáveis, que é preciso reproduzi-los para que permaneçam e mesmo cheguem a outras gerações. Assim surgiu a idéia de sustentabilidade e de que se deve praticar um desenvolvimento sustentável. O extrativismo foi enquadrado neste novo conceito.

No caso concreto do Brasil, onde a defesa dos recursos naturais extrativos surgiu da luta dos extrativistas pela terra, o objetivo a conquistar não foi apenas um desenvolvimento sustentável, mas, “SOCIALMENTE JUSTO”. A Reserva Extrativista deve conservar esta característica de concretização da justiça, mediante a atribuição da terra a aqueles que secularmente ali habitam e a defendem.

A evolução conceitual do extrativismo no Brasil, mediante a participação direta dos extrativistas, chegou a este avanço importante, consolidando a Reserva Extrativista não apenas como uma conquista ecológica, mas especialmente como uma conquista social.

Podemos considerar as Reservas Extrativistas como uma das metas alcançadas, dentro da evolução histórica do extrativismo, uma vez que elas sintetizam vários ideais perseguidos pela sociedade contemporânea:

- Equilíbrio entre desenvolvimento, conservação do meio ambiente e justiça social;
- Participação da sociedade como agente e não como objeto do processo. As reservas são auto-geridas pelos moradores;
- Resgate e aperfeiçoamento do saber popular, pois o plano de utilização das Reservas tem como base a experiência e sabedoria dos moradores que durante muitos anos ali convivem harmonicamente com a natureza;
- Diminuição dos custos de proteção das florestas, uma vez que os moradores se constituem em seus defensores.

Dentro deste quadro de evolução do extrativismo, a criação das Reservas Extrativistas é apenas uma etapa. É preciso continuar evoluindo, implementando as Reservas para que seus resultados sejam positivos. Entre as medidas mais urgentes podem ser citadas:

- Fortalecimento das organizações locais, especialmente através da capacitação dos recursos humanos;
- Fornecimento de condições materiais e ferramentas para a implementação do gerenciamento cooperativo dos recursos e da atividade extrativa.

Reservas Extrativistas

- Distribuição do poder sobre os recursos naturais (Concessão de Uso e Planos de Utilização);
- Libertação dos laços de dependência dos intermediários (abastecimento de bens, insumos e comercialização da produção);
- Acréscimo de valor aos produtos extraídos (beneficiamento ou pré-industrialização);
- Diversificação das atividades econômicas.



A extração de madeiras da Amazonia, para exportação foi sempre iniciativa de grandes empresas (Foto: Julio Ruiz Murrieta).

Em outras regiões do Brazil há localidades extractivas de plantas medicinais, flores e frutos silvestres (Foto: Julio Ruiz Murrieta).



ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS

Rafael Pinzón Rueda

O substrato da organização

A compreensão da organização social das populações extrativistas nos nossos dias, só é possível examinando a questão do ponto de vista histórico. Aconteceram profundas mudanças nos últimos 20 anos, contrariando uma lógica secular que condenava os extrativistas ao isolamento e à desorganização.

Até alguns anos atrás parecia uma utopia tentar organizar os extrativistas da Amazônia, devido às suas características principais: isolamento na floresta, falta de comunicação e quase total independência para subsistirem. Este quadro desaminaria qualquer teórico da organização social. Entretanto, uma análise mais profunda permite descobrir que até no coração da floresta, a definição aristotélica do homem como “animal social” é válida. Mesmo nas localidades mais afastadas da Região, desde os primórdios da ocupação foi arraigado o conceito do “seringal” como unidade social e nas beiras dos rios o “povoado” foi sempre expressão de tal unidade. Aos poucos, o conceito de seringal e de povoado vem sendo substituído pelo de “comunidade”, entendida esta mais no sentido geográfico de famílias que moram em determinado lugar; em várias regiões a “comunidade” é o embrião do povoado que por sua vez gera a vila e a futura cidadezinha. A “comunidade” se reúne geralmente para fazer “mutirão”, que é um trabalho grupal feito voluntariamente.

É preciso reconhecer que tem havido uma evolução no conceito de “comunidade” e que esta também está sendo entendida como uma célula de organização da sociedade: A comunidade em muitas áreas de extrativismo é entendida como um grupo de famílias, que além de viverem no mesmo espaço físico, se organizam para alcançarem objetivos comuns, voltados geralmente para a melhoria das condições de vida.

Esta função organizativa da comunidade foi muito incrementada pela Igreja Católica, mediante a criação das “comunidades de base”, fenômeno introduzido na região nos últimos 30 anos.

Embora o “animal social” tenha-se manifestado no extrativista através do “seringal”, do “povoado” ou da “comunidade”, tais manifestações não podem ser consideradas como verdadeira “organização social”, “stricto sensu”, pois o poder para comandar a sociedade e estabelecer normas, sempre esteve concentrado nas mãos do patrão. As manifestações sociais são limitadas ao âmbito da religiosidade, do lazer por ocasião das festas, ou da solidariedade nos momentos difíceis. Até hoje os padrões são contrários a todas as tentativas de organização dos extrativistas.

As organizações formais

As organizações mais antigas de extrativistas da região são as Colônias de Pescadores, que funcionam desde a década de 50, mas que infelizmente não trabalharam a questão organizacional a nível dos associados.

A verdadeira organização social das populações extrativistas teve origem no movimento sindical. Os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais foram fundados, na região, a partir de 1970. A estes sindicatos se associaram num primeiro momento, pequenos agricultores e colonos instalados pelo INCRA em projetos de colonização.

Os extrativistas, que sempre tinham vivido independentemente, e que devido ao sistema patronal existente de propriedade da terra, tinham sido habituados a não sentirem neces-

sidade de documentos de propriedade da colocação, também não sentiram necessidade de se associarem ao sindicato. A importância deste foi percebida quando a fronteira agrícola, o desmatamento, chegou às áreas de extrativismo e começou a expulsá-los e a queimar suas casas. O sindicato serviu então como catalizador da problemática e ao redor dele uniram-se os extrativistas na tentativa de defenderem seus direitos. Por outra parte, o sindicato era necessário para efetivar as aposentadorias.

O crescimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o crescimento da sua importância, acompanhou a expansão da fronteira agrícola e a multiplicação dos conflitos fundiários no Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

O grande mérito dos sindicatos quanto à organização social dos extrativistas foi o de ter criado no coração da floresta, nas comunidades, as “Delegacias Sindicais”, células componentes do sindicato. Esta interiorização fez com que os extrativistas perdessem o medo do sindicato e se associassem. Estas Delegacias são palco de inúmeras reuniões, de cursos e debates que aos poucos estão mudando a mentalidade dos extrativistas, tornando-os mais conscientes da importância da sua organização social. As Delegacias e os Sindicatos tem servido de verdadeiras escolas de socialização dos extrativistas e se constituem nas primeiras células da sua organização.

A partir dos anos setentas tem aparecido na região outro tipo de organização social, as “Associações de Produtores”, que visam em geral melhorar a produção e comercialização. Algumas associações tem incluído os extrativistas, como foi o caso das 63 associações de seringueiros (ASSERS) criadas entre 1982 e 1984, nos municípios de Sena Madureira, Rio Branco, Plácido de Castro, Xapurí, Brasiléia e Assis Brasil, no Acre. Estas associações tinham como objetivo o auto-abastecimento de bens de primeira necessidade e a produção e comercialização de borracha de primeiríssima qualidade : a folha fumada brasileira.

A idéia de associação entre os extrativistas tem prosperado. Hoje quase todas as Reservas criadas tem associação de moradores. Há casos em que no mesmo município, como em Brasiléia/AC, várias associações de produtores formam uma Central de Associações.

Infelizmente, nos dias atuais, esta organização da sociedade rural e urbana em associações, tem sido também utilizada na região amazônica, especialmente por políticos, para outras finalidades que não aquelas de formar uma sociedade mais consciente, participativa e solidária ; pode-se até afirmar que existe em certa medida uma deturpação da idéia e uma inflação de associações.

A consolidação da organização

A consolidação da organização social das populações extrativistas está sendo efetivada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Esta consolidação está sendo feita utilizando como base o trabalho desenvolvido pelos sindicatos.

Como foi referido anteriormente, o avanço da fronteira agrícola, as derrubadas da floresta e a expulsão das famílias que nela habitavam, obrigou os extrativistas a criarem um mecanismo de defesa. Organizados em torno dos sindicatos de Xapurí e Brasiléia, Acre, criaram o “Empate”, operação que consiste em pacificamente as famílias, adultos e crianças, ocuparem o local da derrubada para impedi-la. Esta operação que se espalhou pela Região Norte, de 1978 a 1988, se repetiu mais de 40 vezes no Acre. É uma ação que exige um bom nível de organização, uma vez que mobiliza também mulheres e crianças durante dias ; ora, foi através deste exercício que cresceu o nível de coesão e de consciência dos membros dos sindicatos, assentando assim bases seguras para a consolidação da organização social dos extrativistas.

Chico Mendes foi o líder da organização dos “Empates” e ao mesmo tempo seu mártir, uma vez que foi assassinado por fazendeiros que temiam a força do movimento. Antes de Chico Mendes, em 1978, já tinha sido assassinado o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, Wilson de Souza Pinheiro ; ele também pacificamente defendia a permanência dos seringueiros em suas colocações.

Os extrativistas realizaram em 1985 o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, ocasião em que foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Este conselho nasceu com o compromisso de “lutar por uma proposta que garantisse a vida do seringueiro em sua colocação, que garantisse que ele não fosse expulso de suas terras.” O primeiro compromisso foi a proteção da vida de milhares de famílias que vivem na floresta.

O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) foi criado para resistir à expropriação da terra e à devastação da floresta; ele tem desenvolvido ao longo desses anos um intenso trabalho de ampliação das organizações comunitárias e de incentivo à criação de cooperativas.

A atuação do CNS na consolidação da organização social tem sido decisiva em função do prestígio e da força que ele conquistou em nível nacional e internacional. Com o apoio do CNS, por exemplo, as associações das Reservas Extrativistas já assinaram convênios para apoiar suas atividades com:

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
- Fundação Gaia
- Fundação McArthur
- Health Unlimited
- Universidades de São Paulo e de Campinas - USP - UNICAMP
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Embaixada da Suíça
- IDRC - Canadá
- OXFAM
- Misericórdia
- Fundação Konrad Adnauer
- World Wild Life Fond - WWF
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- Embaixada da Austria

O CNS tem concentrado esforços, nos últimos anos, na luta pelo preço e mercado para os produtos extrativistas (borracha, castanha, açaí, cupuaçu, babaçu), bem como para obter linhas de crédito para fazer a comercialização.

A maturidade da organização social das populações extrativistas pode ser verificada em dois pontos importantes:

- a) Na aceitação, pela maioria dos moradores das reservas extrativistas, da utilização coletiva da terra. Esta aceitação é fruto de muito debate, de esclarecimentos e de reflexões ao longo dos anos. Por influência do sistema de colonização que distribui lotes individuais, inicialmente os extrativistas não entendiam bem a idéia de utilização coletiva da terra.
- b) Na compreensão dos diferentes papéis que desempenham o sindicato e as associações. A organização social exige a especificidade, a distribuição de tarefas. Ora, para quem centralizou suas lutas pela sobrevivência em torno do sindicato e foi por este defendido, é muito difícil entender o papel de uma associação no mesmo

movimento. Felizmente, aos poucos os extrativistas começam a distinguir os papéis e a apoiar também as associações.

Está ficando claro para todos que o Sindicato cumpre uma missão política, de defesa da classe (extrativista) e de educação quanto aos direitos do cidadão livre. A associação cuida mais dos aspectos de melhoria da produção e comercialização, como condições para melhorar o nível de vida.

O avanço na organização social está caminhando para criar, dentro das próprias associações de extrativistas, setores específicos para cuidar de questões de produção ou de questões sociais (habitação, educação, saúde...).

Percebe-se ainda que num futuro próximo, as associações poderão evoluir para um sistema de Cooperativas, desta vez criadas de baixo para cima, a partir de bases associativas concretas e eficazes. Esta seria a maneira de resgatar a imagem do verdadeiro cooperativismo. Infelizmente, nas décadas passadas na região foram implantadas cooperativas, sem prévias experiências associativas; todas elas fracassaram, deixando uma dúvida sobre a validade do cooperativismo.

A organização social dos extrativistas também alcançou avanços significativos entre os pescadores e entre os índios. Aqueles estão se organizando em associações mais dinâmicas que as colônicas de pescadores; eles já compõem o MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores. Os índios tem várias organizações como a CAPOIB - Coordenação das Articulações dos Povos Indígenas do Brasil, COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, CTI - Centro de Trabalho Indigenista, UNI - União das Nações Indígenas....

Pode-se afirmar que hoje a organização social das populações extrativistas tem na base associações ou sindicatos, e numa esfera superior o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) que cataliza os anseios de todos. O CNS faz parte do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) uma ONG que congrega mais de 250 ONG's e que serve de interlocutora com o Governo e com outras instituições nacionais e internacionais. O GTA tem representações estaduais atuantes junto aos outros níveis organizacionais.

A força organizativa dos extrativistas conseguiu abrir um espaço no âmbito do Governo do Brasil, para facilitar o diálogo e apoiar suas reivindicações; foram os extrativistas organizados que solicitaram a criação, dentro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT.

Perspectivas futuras

A análise ora realizada, permite verificar que está sendo percorrida a primeira etapa da organização social dos extrativistas, que consiste na tomada de consciência da importância da organização e no exercício institucional do associativismo, através de associações e sindicatos. Uma segunda etapa deve ser logo iniciada e deve ter como meta principal:

- a) a capacitação das lideranças das organizações para bem gerirem suas entidades;
- b) a capacitação dos membros das organizações para que a execução de tarefas seja melhor distribuída, evitando assim a concentração de poder e de decisões nas mãos de poucos;
- c) a capacitação dos membros das organizações para elaborar, negociar e executar projetos de caráter econômico. Os resultados financeiros concretos são os argumentos mais convincentes para manter a organização.

Duas razões deixam prever um futuro promissor para a organização dos extrativistas:

Organização social das populações extrativistas

- a) o fato de tais movimentos organizativos terem surgido da luta reivindicatória dos extrativistas pelos seus direitos;
- b) a sobrevivência de tais famílias como “extrativistas” depende basicamente da persistência em tal luta reivindicatória; esta persistência depende da organização.



Família extractivista tradicional da Amazonia (Foto: Julio Ruiz Murrieta).



O avanço da fronteira agrícola, as derrubadas da floresta e a expulsão das famílias que nela habitaban, obrigou os extractivistas a criarem um mecanismo de defesa (Foto: Julio Ruiz Murrieta).

VIABILIDADE DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Carlos Aragón Castillo

A economia extrativista

Recentes estudos confirmaram que as populações que habitam as Reservas Extrativistas, para garantir a sua sobrevivência e se reproduzirem enquanto tal, são obrigadas a desenvolver diversos tipos de atividades e consequentemente diversos produtos, dos quais parte é utilizada no autoconsumo e outra parte é destinada ao mercado. Neste processo a população se organiza em Unidades Familiares de Produção, onde a força de trabalho dos membros é distribuída nas diversas atividades de agricultura de subsistência e extrativistas propriamente ditas, compondo um típico calendário extrativista (Quadro 01).

Nas unidades de produção, denominadas colocações, podem se observar atividades de índole agropecuário, desenvolvidas em lavouras ou roças, em quintais, onde também são plantadas frutíferas, algumas hortaliças e também são criados pequenos animais (pato, galinha e porco). As atividades de caráter extrativista são desenvolvidas na floresta (caça e coleta) e também nos rios e lagos, onde se desenvolve a pesca.

Os espaços agrícolas não se constituem em espaços contínuos, como pode-se observar nas unidades agrícolas tradicionais. A ocupação da terra e da floresta, enquanto espaço de produção agrícola, se realiza de forma descontínua, formando unidades de espaços produtivos distribuídos aleatoriamente e obedecendo às condições impostas pela natureza nos seus aspectos físicos-geográficos (proximidade de rios ou igarapés) e biológicos (distribuição de espécies vegetais).

Desta forma a Unidade de Produção familiar, pode ser compreendida como a interação entre a força de trabalho utilizada nas atividades produtivas e o respeito pela natureza, concretizada e facilitada pela aplicação de uma ampla gama de conhecimentos acumulados ao longo de várias gerações que sobreviveram do uso dos recursos da floresta, e que permitiram a sua conservação.

A atividade extrativista implica, em uma relação muito estreita entre o homem e a natureza, tendo como uma das suas características a sua adequação a certos ciclos e condições naturais : 'Não se trata pois, como nas formas de produção agrícola, de ajustar as condições da natureza às determinações impostas pelo homem' (Teixeira, 1980).

É importante destacar que a produção extrativista , não se encontra restrita a um produto, e sim, orientada ao uso múltiplo da floresta, tal como pode ser constatado na Reserva Chico Mendes, onde são produzidos palmito, jatobá, bacuri, cacau, copaiba, mel, bacaba, patauí e açaí (CNS, 1994).

Nesta mesma Reserva o extrativismo contribui com 62 % da receita familiar, a agricultura com 29 % e a agropecuária com 9 %. É importante destacar que existem algumas variações percentuais em comparação com as Reservas do Alto Juruá, do Rio Ouro Preto e do Rio Cajari, em função de especificidades regionais.

O direito de propriedade e os recursos extrativistas

Os recursos florestais são frequentemente sujeitos às pressões de super-exploração. Em alguns casos, o rápido crescimento da demanda acarreta um aumento real nos preços dos produtos, e por conseguinte, o aumento da exploração, enquanto que em outros casos, a população que depende do recurso cresce a uma taxa que excede a capacidade de regeneração do mesmo.

Quadro 01
Calendário das atividades extrativistas na reserva do rio cajari

ATIVIDADES	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ
01 BROCA								X	X			
02 DERRUBA									X	X		
03 QUEIMA										X		
04 COIVARA											X	X
05 PLANTIO MANDIOCA	X											X
06 PLANTIO MILHO	X											X
07 PLANTIO ARROZ	X	X										
08 PLANTIO FEIJÃO					X							
09 PLANTIO FRUTEIRAS	X	X	X									
10 CAPINA MANDIOCA							X	X				
11 CAPINA MILHO		X	X									
12 CAPINA FEIJAO						X	X					
13 CAPINA FRUTEIRAS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
14 COLHEITA MANDIOCA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
15 COLHEITA MILHO							X	X				
16 COLHEITA ARROZ							X	X				
17 COLHEITA FEUÃO							X	X				
18 COLHEITA FRUTAS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
19 BENEFICIAMENTO GRAOS							X	X				
20 FRABRICO DE FARINHA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
21 VENDA DE PRODUÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
22 LIMPEZA DE ESTRADAS	X	X	X									X
23 CONSTRUÇÃO DE RETIROS	X	X										X
24 CONSTRUÇÃO DE PAIOIS	X	X	X	X								
25 CONSTRUÇÃO DE PANEIROS	X	X										X
26 COLETA DE OURIÇOS (CASTANHA)	X	X	X	X	X	X						
27 QUEBRA DE OURIÇOS	X	X	X	X	X	X						
28 TRANSPORTE AOS PAIOIS (DEPOSITO)		X	X	X	X	X						
29 TRANSPORTE PARA VENDA	X	X	X	X	X	X						
30 VENDA CASTANHA	X	X	X	X	X							
31 COLETA DE AÇAÍ	X	X	X	X	X	X	X	X				X
32 EXTRAÇÃO PALMITO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
33 CAÇA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
34 PESCA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

FONTE : Banco Mundial - IBAMA/CNPT - CNS, Levantamento Sócio-econômico da Reserva do Rio Cajari, 1993.

Uma análise do processo de expansão do mercado para recursos extrativistas, sob condições de acesso aberto, sugere que o crescimento irrestrito da extração dos produtos das plantas nativas pode acarretar seu esgotamento e possível extinção. As pressões sobre os recursos podem vir da resposta a um 'boom' na demanda, ou de uma alteração nos direitos de posse.

A inovação na agro-indústria ou a introdução de processos sintéticos pode eventualmente atender a demanda e, ao mesmo tempo, manter o equilíbrio ecológico, porém terá como resultado provável a expulsão da mão de obra rural empregada na atividade extrativista.

A distribuição inicial dos direitos de propriedade afeta a divisão dos benefícios pela inovação. A moderna teoria da economia de recursos naturais tem apontado como causa do esgotamento dos recursos o insuficiente controle individual sobre o seu uso, exercido através dos direitos de propriedade. A privatização é a receita usual da teoria neoclássica, nos casos onde ocorre tal esgotamento.

Ao contrário do que afirma esta corrente, porém, a mudança no sentido de barrar o acesso aos recursos, concentrando-o nas mãos de poucas pessoas, frequentemente aumenta, em vez de reduzir, a velocidade de exploração (Repetto e Holmes, 1983).

Esta delimitação dos direitos de propriedade através da privatização pode resultar, também, em pressões populacionais sobre os recursos limitados que permaneçam sob o regime de manejo comunitário, apressando assim, a sua exaustão. Tais resultados constituem também a 'tragédia de recursos não comuns'.

A propriedade pode retirar da produção o fator terra (Taylor, 1978). Isto pode resultar numa pressão crescente sobre a terra disponível restante, tradicionalmente manejada de forma sustentável em regime de propriedade comum. A 'tragédia dos recursos não comuns' ocorre quando os recursos são privatizados de tal maneira que os benefícios obtidos através do manejo comum são eliminados.

Segundo as críticas de tipo liberal, contrárias à posição anterior, as Reservas não serão capazes de enfrentar as pressões dos moradores sobre os recursos, precisamente pela ausência de direitos privados individuais. Segundo esta crítica, apenas a instituição de direitos privados de propriedade (ou seja, a grande propriedade sobre os antigos seringais) impediria que os seringueiros sejam vítimas de uma 'tragédia de recursos comuns' (Hardim, 1968 ; Dawes, 1973).

Embora essa argumentação não tenha sido diretamente empregada pelos críticos das Reservas, alguns especialistas consideram que ela merece ser considerada. Pode-se dizer contra ela, que há regimes de propriedade comunal em muitas partes do mundo que exploram recursos naturais de forma sustentável, desde que existam organizações locais para ação coletiva (cf. Ostrom, 1990 ; McCay e Acheson, 1990 ; Berker, 1989).

Os resultados negativos da ação egoísta de indivíduos sobre 'áreas comunais' podem ser compensados pela existência de normas, valores e pela existência de mecanismos para fiscalizar e reprimir as infrações, como é o caso dos instrumentos de gestão das Reservas Extrativistas.

As críticas ao modelo de reserva extrativista

Durante os últimos anos tem se iniciado intensos debates quanto à viabilidade das Reservas Extrativistas e muitas críticas têm sido lançadas. Estas críticas pertencem principalmente a dois grupos : críticas ecológicas e econômicas.

As críticas na área ecológica :

Dentro do grupo das críticas ecológicas, alguns biólogos e conservacionistas argumentam

que a existência de populações humanas é inevitavelmente prejudicial para a conservação do meio ambiente e para a preservação da biodiversidade. Para o caso dos seringueiros que habitam as Reservas Extrativistas da Amazônia, os críticos afirmam que estas populações exercem um impacto predatório sobre os animais selvagens e portanto sobre a biodiversidade como um todo (Oliveira, 1991 ; Peres, 1990).

Estudos recentes indicam que a caça de subsistência na Amazônia, além de contribuir de forma significativa para a nutrição das comunidades extrativistas, afeta a biodiversidade da floresta, reduzindo drasticamente as populações de algumas espécies caçadas. Estes mesmos estudos indicam que os efeitos negativos da caça podem ser controlados de três formas : mediante a definição de um plano de manejo, a educação ambiental como base de compreensão do manejo e a efetivação de alternativas de geração de proteína (Martins, 1992).

Por outro lado, há biólogos que argumentam que a biodiversidade global (e não a abundância de algumas das espécies maiores) pode ser extraordinariamente alta em áreas habitadas por seringueiros, como se obervou empiricamente na área da Reserva do Alto Juruá (Brown, 1981, 1990 ; Conservation International, 1991 ; Almeida, 1993). Outros biólogos afirmam que a biodiversidade pode aumentar em florestas secundárias (Stallings & Redford, 1991), desde que o impacto da caça seja controlado por mecanismos institucionais (Bodmer, Fang e Ibanez, 1988).

As críticas na área econômica

As críticas neste aspecto tem se baseado fundamentalmente na pouca contribuição dos recursos extrativistas ao bem-estar rural e às relações sociais através das quais os produtos são coletados e comercializados, que têm sido associadas historicamente a situações de exploração, como : servidão por dívida ou manipulação por intermediários.

Em muitos casos, a coleta e o processamento rudimentar são feitos por pessoas que não possuem controle, nem sobre o recurso nem sobre a comercialização do produto. Estas pessoas, portanto tem pouco poder de barganha para determinar a proporção do valor do produto que ficará com elas ; são forçadas a viver sob a dependência dos proprietários, concessionários ou comerciantes ; e são as primeiras a sofrer as consequências dos ciclos de 'boom' e 'bust', endêmicos nas atividades extrativistas.

Onde a demanda é intensa e a base de recurso vegetal é acessível, mas limitada, a extração pode resultar na rápida degradação daquele recurso. Ao limitar a oferta, a degradação contribuirá para elevar ainda mais os preços, o que, por sua vez, aumentará a pressão sobre o recurso. Uma teoria explicativa deste processo de evolução de mercados que leva à degradação de recursos extrativistas foi proposta por Homma (1981) e por Repetto e Holmes (1983) para o caso de recursos de subsistência em geral.

Também tem sido colocado que, considerando que a oferta de produto extrativo é inelástica, ocorre uma tendência ao aumento de preços do produto o que vai intensificar a domesticação como alternativa para um aumento da oferta, tornando-a elástica e baixando os preços do produto. Neste sentido a domesticação visa modificar a curva de oferta do recurso extrativo em função da disponibilidade de tecnologia, afetando a estabilidade da economia extrativista, na medida em que o sucesso da domesticação do produto redundará no encolhimento do setor extrativo (Homma, 1989).

As alternativas ao modelo

Um dos principais problemas da Amazônia é a intensa devastação da cobertura florestal nativa. Dentre as atividades praticadas a partir do desmatamento, podemos destacar a pecuária extensiva.

Estima-se que na pecuária extensiva, seja necessário 587 ha por trabalhador, ou seja, quantidade de terra 300 vezes superior à utilizada por um seringueiro para pequena agricultura. Em casos extremos o desmatamento pode-se dar em prol do comércio madeireiro, gerando problemas sociais pela expulsão dos extrativistas para as periferias dos centros urbanos.

Segundo estudo feito pela pesquisadora Suzanna Hecht, concluiu-se que a atividade pecuária só poderia se estender por dez anos sem custos adicionais. Após o fim do décimo ano, para se continuar a exercer esta atividade, ter-se-ia que gastar em fertilizantes, 270 dólares por ha por ano. Os custos aumentariam consideravelmente se a opção fosse o reflorestamento total (recuperação) com fins de obtenção das espécies nativas: 7.400 dólares por ha.

Assim existe uma tendência natural ao abandono completo da terra no fim do décimo ano, já que é muito mais fácil e barato derrubar floresta de novas terras do que manter a fertilidade das já exploradas. Prova disso é que 50% das áreas devastadas já se encontram abandonadas.

Vários estudos apontam a inviabilidade da pecuária extensiva e a agricultura itinerante que geram retornos por hectare extremamente baixos (ou até negativos) e tem sido sustentada por altos subsídios (Buschbacher 1986, Hecht et al. 1988). Neste contexto é importante destacar que a maioria dos solos na Amazônia têm baixa fertilidade.

Considerações para análise da viabilidade econômica das resex

- As análises micro-econômicas feitas pelos críticos das Reservas Extrativistas, prevêem a interação entre as variáveis de interesse, como a demanda, preço, oferta, etc., sem considerar que os acontecimentos exógenos para este caso são altamente relevantes, especificamente os fatores sociais, culturais e políticos, que fazem parte da formação do próprio conceito de Reserva Extrativista.
- Um elemento comum a todas as críticas na área econômica, se refere, à não incorporação das externalidades positivas que gera o extrativismo. A sua identificação, aceitação e remuneração apropriada constitui um dos aspectos fundamentais de qualquer política que vise favorecer o extrativismo como modelo de conservação dos recursos naturais.
- A avaliação da eficiência econômica (medida em dólar por hectare) leva a conclusões distorcidas, já que não leva em conta o valor da biodiversidade existente nas Reservas, que representa um estoque de riqueza sem valor estimado a preços de mercado, ao contrário do que ocorre com os produtos extrativos comercializáveis. Essa distorção faz com que o uso de 300 hectares de pasto empregando apenas um empregado (e produzindo gado) seja considerado tão ou mais produtivo do que o uso de 300 hectares de terra por uma família de seringueiros, produzindo borracha, mas com 95% do território ocupado por florestas com enorme biodiversidade, tanto animal como vegetal. Essa deficiência essencial dos mecanismos de mercado para indicar o melhor uso dos recursos naturais já foi amplamente reconhecida (Dasgupta & Heal, 1979; Pearce, 1976).
- No caso das áreas de floresta, entre as opções disponíveis estão: a grande propriedade privada (empresa agropecuária), a multiplicidade de pequenos lotes individuais também privados ('colonização'), o regime das Reservas (a propriedade pública combinada a direitos de uso delegados a associações de seringueiros), e Parques Nacionais. A experiência passada indica que a empresa agropecuária e a colonização por pequenos proprietários têm efeitos potencialmente trágicos sobre os recursos naturais.

- Até hoje os custos sociais da migração para as zonas urbanas e a perda dos conhecimentos tradicionais necessários para o uso múltiplo da floresta, não são suficientemente refletidos nas análises econômicas.
- A baixa renda dos extrativistas, é também atribuída ao sistema de comercialização utilizado. As populações extrativistas estiveram sujeitas a relações exploratórias de comercialização (aviamento) onde os termos de troca foram e em algumas regiões ainda continuam sendo desfavoráveis : os extrativistas recebem preços excessivamente baixos pelos produtos florestais e pagam preços excessivamente altos pelos produtos de mercado necessários para sua subsistência.
- A organização local dos extrativistas está melhorando os termos desfavoráveis de troca. No Vale de Acre, por exemplo, o sistema de aviamento tem desaparecido, e hoje muitos seringueiros podem comercializar os produtos florestais independentemente (Allegetti, 1989)
- Ao analisar a viabilidade das Reservas Extrativistas deve-se levar em conta as mudanças sociais geradas pela criação das Reservas, que podem e estão melhorando a eficiência da produção extrativista.
- Os críticos que afirmam que as Reservas Extrativistas não são sustentáveis face às pressões sobre os recursos ignoram o papel das instituições tradicionais e das novas instituições para regular o acesso aos recursos. De fato, embora a propriedade seja pública nas Reservas Extrativistas e o uso seja garantido por contrato governamental com associações, a gestão econômica e a gestão dos recursos naturais cabe a famílias individuais, sempre segundo regras que proíbem o abuso (sistemas de corte, proibições de caça, proibição de derrubar áreas com seringueiras), fazendo parte de uma colocação que compreende um conjunto de famílias. As áreas de acesso e uso comum são sujeitas à autoridade da Associação.
- O processo de consolidação das Reservas Extrativistas, considera necessariamente o fortalecimento das organizações comunitárias locais, visando garantir desta forma a operacionalização dos instrumentos de co-gestão legalmente constituídos para as Reservas. A melhor forma de regulamentar o uso dos recursos naturais, consiste em consolidar os mecanismos para auto-regular as atividades dos extrativistas.
- É importante salientar que o conceito de Reservas Extrativistas se encontra em processo de enriquecimento e amadurecimento, inclusive para as próprias comunidades extrativistas. Estas comunidades, que inicialmente estavam preocupadas apenas com os problemas fundiários, foram percebendo com o decorrer do processo, a necessidade do equilíbrio entre a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento e a adoção de tecnologias apropriadas. A estes novos valores foram agregados aqueles relativos à melhoria da qualidade de vida, desta feita, com valores éticos e morais próprios, em respeito às culturas das comunidades envolvidas.
- Os críticos do atraso técnico do extrativismo frequentemente acreditam que os moradores da floresta são especialistas na extração de um único produto. Pelo contrário, os chamados 'extrativistas' podem exibir uma notável variedade de atividades, inclusive a extração comercial com práticas de manejo refinadas, mas também práticas de caça, pesca, agricultura, coleta e artesanato (Almeida, 1992).
- A opção do 'poli-extrativismo' ou extrativismo diversificado em múltiplos produtos e pequenas quantidades, são soluções concretas para a concentração e domesticação (Torres e Martine, 1991).
- O conceito de Reservas Extrativistas, deve ser entendido dentro de um amplo contexto dinâmico, que deverá ser adaptado às mudanças na sociedade e economia mundial,

evitando em todo momento ser um conceito estático no tempo e espaço. Este fato obriga a que os pesquisadores e especialistas mudem os seus paradigmas, visando compreender o real potencial desta proposta.

A proposta de desenvolvimento sustentável para as resex

A estrutura de comercialização da produção extrativista está sofrendo transformações, de uma estrutura sem circulação de moeda, onde a borracha era o principal produto a chegar no mercado, a uma estrutura em que o seringueiro exige o pagamento de seus produtos em moeda, para adquirir bens e serviços que antes não almejava porque não os conhecia.

Adicionalmente, a borracha não é mais o produto base da economia extrativista, a partir da qual se dava a sustentação econômica de grande parte da população por ser um produto cujos preços, garantidos por subsídios, asseguravam uma renda fixa.

Como alternativa, para que a sustentabilidade possa ser reproduzida no extrativismo moderno é necessário potencializar a economia extrativista sem que esta se desestruture naquilo que tem de mais fundamental: o respeito à capacidade de suporte e de regeneração dos recursos explorados.

Em observância a esse pressuposto, as atividades produtivas a serem desenvolvidas nas áreas extrativistas devem ser aquelas que melhor se ajustem ao estágio de desenvolvimento de cada uma delas e à capacidade que possuam suas comunidades em assimilar e gerir níveis crescentes dessa potencialização.

Dentro da fase preparatória do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, apoiado pelo Banco Mundial e pela Comissão da União Européia, diversas entidades não governamentais, consultores e instituições governamentais, dentre as quais o próprio IBAMA, tem desenvolvido diversos estudos visando estabelecer as diretrizes de um programa de desenvolvimento sustentável para as Reservas Extrativistas.

O IBAMA/CNPT tem executado diversas atividades de apoio ao desenvolvimento das Reservas, os resultados alcançados possibilitaram colher diversas experiências que junto aos resultados dos estudos supra mencionados, orientaram a definição de estratégias gerais de intervenção nessas áreas.

Na identificação destas estratégias tem se definido algumas questões básicas que deverão nortear a potencialização da economia extrativista:

- a) as propostas devem-se dar de forma integrada, sendo as entidades representativas de moradores das Reservas (associações, cooperativas, sindicatos) a instância pela qual passem as decisões, articulação e supervisão de cada uma delas e do processo como um todo;
- b) todas as atividades devem ter seus objetivos e estratégias de execução compatibilizados com os instrumentos de gestão ambiental definidos para as Reservas;
- c) é imprescindível que o desenvolvimento dessas atividades conte com a cooperação técnica de instituições que vêm trabalhando nessa área, a exemplo das organizações de governo, pesquisadores autônomos e ONGs que desenvolvem trabalhos nas áreas;
- d) a capacitação e o treinamento da própria população das Reservas devem ser elementos básicos, sempre visando a formação de monitores locais para repasse e reprodução de conhecimentos técnicos;
- e) o processo de desenvolvimento das atividades produtivas deve estar aberto a outras

áreas da região da Reserva, de modo particular às de seu entorno, tendo em vista a necessidade de fazer chegar além de suas fronteiras os reflexos das ações internamente desenvolvidas, evitando criar ilhas de desenvolvimento;

Algumas estimativas realizadas pelo CNPT, indicam que a renda anual por família extrativista no Estado do Acre, equivale a Us\$ 2,370 (considerando a caça de subsistência, as culturas alimentares, a borracha, a castanha, a criação de animais domésticos e o extrativismo de produtos como a açaí, abacabá e patoá), representando uma renda de Us\$ 197 por família por mês. Estes resultados mostram que a receita média do seringueiro é mais do dobro do 'salário mínimo' pago nas cidades.

Entretanto, se consideramos que quando se trata de adquirir na floresta os produtos importados das cidades (café, pilha, roupa, lanterna, etc.) com custos até cinco vezes superiores, a situação se torna extremamente desvantajosa.

Os pontos essenciais da proposta de desenvolvimento sustentável para as Reservas são :

1. Diversificação da produção de subsistência
2. Criação de peixe
3. Beneficiamento de produtos tradicionais
4. Beneficamento de produtos alternativos
5. Desenvolvimento de sistemas agroflorestais
6. Desenvolvimento de apicultura
7. Resgate e fomento de atividades tradicionais

1. Diversificação da produção de subsistência

A consolidação e diversificação da produção de subsistência é muito importante, porque, na ausência de atividades de sustentação econômica consistentes, fornecem o suprimento alimentar básico que viabiliza a permanência das famílias nessas áreas e cria condições para o desenvolvimento das demais atividades produtivas.

a. Roçados

De modo geral, cada família nas Reservas desenvolve roçados de até 01 hectare, de onde retira sua subsistência a partir de lavouras típicas de mandioca e milho, consorciadas com um número reduzido de outras espécies como a bananeira, o mamoeiro, etc.

Abandonada uma área de roçado, geralmente, nada além das espécies pioneiras da sucessão ecológica natural é deixado para repovoá-la. Sobre essa área o extrativista volta a trabalhar depois de alguns anos (período de pousio). Nesse processo, nenhum manejo é adotado de forma sistemática, deixando o trabalhador de aproveitar um importante espaço como fonte complementar de subsistência e de renda. Além disso, muitas vezes a reocupação de uma área se dá sem que sua recuperação tenha se completado (pousio muito curto), com menor produtividade dos cultivos e mais dispêndio de mão-de-obra por volume produzido.

O manejo pode-se dar pelo enriquecimento da área de roçado (no último ano de exploração) e das capoeiras de modo geral, com espécies de base alimentar conhecidas e com a introdução de espécies que diversifiquem e enriqueçam a dieta da família, depois de diagnosticados os roçados locais e decididas com as comunidades as espécies a introduzir. Conforme o interesse de cada família sobre a função dessas áreas no sistema produtivo da colocação, além das culturas de ciclo curto outras espécies podem ser consideradas.

Nas áreas de roçado alguns cultivos de ciclo longo podem permanecer, juntamente com as espécies introduzidas. O mamão, a banana, o inhame e o cará, por exemplo, permanecem por longo período (até seis anos), contribuindo para a subsistência da família.

Nos plantios de enriquecimento de roçados e capoeiras é imprescindível considerar a introdução de leguminosas, tendo em vista seu papel como espécie fixadora de nitrogênio, importante para o desenvolvimento geral do plantio. O ingá-de-metro é espécie bastante recomendável para esse caso e ainda fornece como sub-produtos lenha e carvão de boa qualidade.

Simultaneamente à adoção desse sistema de manejo, pode-se trabalhar a diversificação dos cultivos nos roçados. Aqui, além das culturas básicas como a mandioca e o milho, outras espécies podem ser trabalhadas. Abacaxi, batata-doce, inhame, cará, taioba (família das Colocásias), jirimum, melancia, maxixe, pimentão, pepino e tomate são exemplos de espécies de ciclo curto, que atendem tanto à necessidade de suprimento alimentar de curto prazo das comunidades, como à de enriquecimento de sua dieta.

Outros cultivos, também de base alimentar, mas que necessitam de transformação para serem consumidos, como a cana-de-açúcar e o café, podem ser fomentados. Esses produtos ocupam lugar de destaque na pauta de abastecimento das comunidades locais, que podem atingir a auto-suficiência alimentar em curto espaço de tempo.

b. Quintais

Nas Reservas Extrativistas de modo geral os quintais são pequenos e seu cultivo pouco diversificado, de onde também pouco se retira para a dieta alimentar. Até mesmo espécies regionais às vezes não são muito cultivadas e difundidas.

Nos quintais a criação de pequenos animais, é mais generalizada do que os cultivos, sendo desenvolvida de forma não diversificada e limitada à própria atividade criatória (criação à solta). Os cultivos de roçado, muitas vezes são desenvolvidos a grande distância da sede da colocação, fora do alcance dos animais domésticos.

Essa criação à solta leva ao não-aproveitamento do esterco, rico insumo natural e elo que integra as atividades de cultivo e de criação (no processo de reciclagem de nutrientes), e também ameaça à saúde da família pela transmissão de doenças e vermes.

A razão para criar à solta, estaria na economia de mão-de-obra e na maior facilidade de alimentar os animais, eles próprios se encarregando de encontrar alimento dentro da floresta, no quintal e cercanias. O problema é que este sistema de criação, principalmente para a suinocultura, não permite a diversificação de cultivos. A criação ao ar livre, cercada, possibilita a diversificação dos cultivos e viabiliza a criação confinada.

A criação de aves, outra atividade de quintal importante, pode ser orientada no sentido da diversificação e do desenvolvimento em cercados e galinheiros, construídos com varas e estacas tiradas da floresta. Com predominância da galinha, seguida do pato, entre as espécies mais criadas, essa atividade pode ser diversificada através do fomento indireto, não havendo necessidade de aquisição de matrizes e reprodutores para difusão de criatórios entre as famílias, quase todas já desenvolvendo a criação doméstica. Peru, ganso, marreco e capote (galinha d'Angola), etc. são espécies que podem ser incentivadas.

Nestas unidades, a produção de ovos poderia ser destinada à venda para as famílias, tendo em vista a diversificação de seu plantel. Os ovos de quaisquer dessas espécies podem ser chocados pela galinha, geralmente boa criadeira de filhotes alheios.

Esta diversificação exerce efeito direto sobre a fauna silvestre das Reservas, principal fonte de proteína animal para a maioria de suas comunidades. Assim, o aumento da oferta de proteínas a partir da criação doméstica é fator que contribui diretamente para a recomposição das espécies silvestres mais visadas.

Quanto à diversificação dos cultivos de quintal, deve se dar em nível do pomar e da horta, com várias espécies que podem ser trabalhadas como por exemplo o biribá (*Rollinia*

mucosa), a manga (*Mangifera indica*), o caju (*Anacardium occidentale*), o jambo (*Eugenia malaccensis*), a acerola (*Malpighia puniceifolia*), a laranja (*Citrus aurantium*), a tangerina (*Citrus nobilis*), o limão (*Citrus limonum*), etc.

Nas hortas desenvolvidas em áreas cercadas as espécies a cultivar podem ser : a couve, o repolho, o alface, a cebola (de bulbo e de cheiro), o coentro, a cenoura, a beterraba, o rabanete, o pimentão, o jiló, o alho, a vagem, o quiabo, o maxixe, o pepino e o tomate.

A adubação, em todos os casos, deve ser orgânica, tendo por base o esterco animal, os restos de cultivos dos roçados, como a palha do arroz e do feijão e o material em decomposição no chão da mata (serapilheira). Por sua vez, a produção não consumida e não comercializada dessas áreas deve ter como destino a alimentação animal, completando um processo integrado de produção.

2. Criação de peixes

A piscicultura é uma importante atividade a ser desenvolvida nas Reservas, por dois fatores. Primeiro, são áreas que apresentam condições naturais propícias ao seu desenvolvimento, o que, de resto, é uma 'vocação' natural da Amazônia pouco aproveitada, apesar de suas possibilidades econômicas e alcance ambiental. Segundo, seu desenvolvimento pode representar importante fonte de suprimento e renda para as comunidades locais, contribuindo para o ordenamento do uso do estoque natural de pescado nessas áreas, hoje sob forte pressão das demandas internas e externas.

Criar peixes em água parada, numa escala que possibilite o suprimento doméstico,   uma realidade que parece estar cada vez mais próxima de concretizar-se, na Amazônia. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, vem desenvolvendo desde 1989, um promissor trabalho de pesquisa com três espécies de *Azolla*, uma delas amazônica, planta aquática de ocorrência em várias regiões tropicais do mundo.

Os primeiros resultados dessa pesquisa indicam essa planta como facilitadora da reprodu o e desenvolvimento de espécies de peixes tolerantes a baixos níveis de oxig nio na  gua. Essa planta apresenta, ainda, grande potencial como produtora de biomassa de alto teor protéico (até 600t/ha/ano ou 13,5 t de proteína/ha/ano), importante, portanto, para a adubac o orgânica e a alimenta o animal.

Essas propriedades da *Azolla* facultam o investimento na instala o de alguns tanques, visando   reprodu o e desenvolvimento, em nível local, dos resultados já conseguidos pela pesquisa.

Em todas as Reservas Extrativistas existem lagos naturais que podem ser manejados para a melhoria de suas condi es de produtividade piscosa e mesmo aproveitados para a cria o de peixes. São, em sua grande maioria, lagos ligados diretamente ao leito de rios, como ocorre na Reserva do Alto Juruá, onde resultaram do trabalho de remodelagem constante realizado pelo rio Juruá ao longo de seu curso, isolando meandros transformados em lagos em forma de cangalha. Esses lagos funcionam como áreas de refúgio e criatório de espécies aquáticas, inclusive quelônios, onde são boas as condi es naturais para o desenvolvimento da fauna aquática de modo geral. Bem manejados, tais lagos podem contribuir muito para a produ o de pescado nas Reservas, inclusive com vistas ao mercado.

No Seringal Cachoeira, no Estado do Acre, transformado em Projeto de Assentamento Extrativista em 1989, a cria o de tambaqui em pequenas represas tem contribuído para demonstrar o potencial piscícola da área e promover algumas mudanças nos hábitos alimentares de suas comunidades, o que implicará reflexos positivos sobre o estoque da fauna silvestre do seringal.

O manejo dos lagos também pode trazer resultados benéficos para suas popula es. Por

outro lado, a salga, a defumação e a confecção de farinha de peixe (piracuí), entre outros, são processos de conservação conhecidos pelas famílias extrativistas e de relativamente fácil adoção nas Reservas.

3. Beneficiamento de Produtos Tradicionais;

Pode-se incrementar a renda familiar, também por meio de melhorias no processo de coleta e extração dos produtos tradicionais ou introduzindo técnicas de beneficiamento que agregam valor ao produto antes de sua comercialização, pelo trabalhador extrativista ou por intermédio de cooperativas.

Na comercialização da castanha do Pará, produto de ampla aceitação no mercado obtida pela coleta do fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa*), as amêndoas são usualmente vendidas para intermediários e são transportadas para pontos onde atacadistas ou compradores de fábricas as recebem. As castanhas às vezes mudam de mãos várias vezes antes de atingirem uma usina de processamento, sendo que seu preço varia de acordo com a distância aos centros de processamento. As perdas neste sistema tradicional de coleta, transporte e estocagem são relativamente altas.

Devido ao fato das castanhas serem coletadas do chão, durante a estação chuvosa, as taxas de contaminação por fungos e outros organismos são altas. A coleta e o transporte do produto podem levar três ou quatro meses antes do processamento. Estima-se que as perdas no sistema atual cheguem a 30 %.

O melhor caminho para reduzir as perdas e contribuir para um aumento na qualidade do produto é diminuir o tempo entre a coleta e o processamento. Um sistema de processamento descentralizado de castanha do Pará que contribui à diminuição das perdas e ao aumento da renda extrativista está atualmente sendo testado pela Cooperativa Agroextrativista de Xapuri com projetos-piloto, a nível das comunidades (seringais e castanhais) e nas próprias residências dos extrativistas (colocações).

A Cooperativa alterou os canais de beneficiamento e comercialização, gerando um aumento no preço de mercado de castanhas, pagos aos extrativistas, em cerca de 100 %. Este aumento de preço aplica-se não somente aos membros da Cooperativa, mas também a outros na região de Xapuri, como um todo.

Outros compradores, procurando competir com a Cooperativa, são forçados a igualar ou melhorar seu preço. O preço que a Cooperativa pode pagar é derivado do seu preço de venda no mercado internacional, menos seus custos de administração e beneficiamento. Devido a uma redução no custo, através do beneficiamento descentralizado, a Cooperativa tem sido capaz de dobrar o preço pago aos coletores.

No caso do látex das seringueiras, após a coleta do látex o seringueiro volta para casa onde num outro momento inicia a defumação da 'bola' ou a prensagem do látex coagulado, dando origem ao CVP (Cernambi Virgem Prensado).

A partir de 1993, o IBAMA passou a distribuir kits para a produção da Placa Bruta Defumada - PBD, com o objetivo de promover a obtenção de um produto de melhor qualidade e de maior valor comercial. Esta tecnologia, simples e de utilização a nível familiar, permite economia de tempo de trabalho do seringueiro e evita que ele tenha que ficar exposto à fumaça no processo de produção da 'bola', o que tem provocado efeito danoso à saúde desses trabalhadores, com um baixo nível de qualidade que influi diretamente nos preços.

4. Produtos Alternativos;

A borracha e a castanha têm sido, ao longo do tempo, os principais produtos de sustentação econômica das Reservas. Desse modo, a renda do trabalhador extrativista ficou sempre na dependência de um mercado que às vezes oscila fortemente. No caso da borracha, a

queda de preços verificada nos últimos anos mostrou a fragilidade de um sistema baseado em um único produto. É importante, portanto, implantar-se experiências piloto de coleta, processamento e comercialização de novos produtos.

Esta atividade deve ter por objetivos : a) a identificação e teste no mercado de novos produtos das Reservas ; b) a capacitação de pessoal das Reservas no manejo desses recursos, no gerenciamento comercial e nas novas tecnologias que se farão necessárias, e c) o estabelecimento de critérios e monitoramento da sustentabilidade de exploração dos novos produtos.

Entre 1975 e 1985, a exportação dos produtos extrativos cresceu, o leque dos produtos exportados aumentou e alguns dos preços dos produtos mais importantes também aumentaram. É importante ressaltar que, à exceção da borracha nativa no pós-guerra, nenhum desses produtos goza de incentivos ou subsídios e que atualmente existem redes eficazes de comercialização atuando no mercado internacional.

Três produtos : a castanha, o palmito, e a carnaúba - eram responsáveis por mais de 80 % do valor total da exportação, em 1985. A carnaúba é produzida unicamente no Nordeste (é uma cera extraída das folhas de uma palmeira, utilizada na fabricação de cosméticos). A exploração do palmito está concentrada em florestas quase oligárquicas de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário do rio Amazonas, onde está a Reserva do Cajari.

Nas Reservas Extrativistas existem muitas espécies usadas em pequena escala para consumo próprio das famílias e que não são comercializadas, mas que têm mercado regional, nacional ou internacional, ou que poderão vir a tê-los. Dentre elas, existem espécies alimentícias, óleos, resinas, fibras e essências (aromáticas e medicinais).

Dentro das Reservas, embora exista um grande número de espécies colocadas em uso, a maioria é empregada em pequena escala, ocorre de forma não homogênea e possui canais precários de comercialização.

De modo geral, são mais usadas as palmeiras, outras espécies oleaginosas, timbósã e frutas silvestres. Por exemplo as palmeiras, jaci, jarina e buriti são usadas para cobrir casas; o tronco da paxiúba fornece uma madeira leve, forte, muito usada para o piso e paredes das casas. O açaí, bacaba, pataúá e buriti são usados como alimento. As sementes são deixadas em água morna e piladas para fazer 'vinho'. Fervendo o 'vinho' pode-se separar o óleo, que os extrativistas eventualmente usam para substituir o óleo de soja ou passar nos cabelos.

O murumuru, assim como o açaí, dá palmito. O óleo da copaíba é geralmente conhecido como remédio para inflamações, tosse etc. O timbó titica, bem como o timbó-açu e o arumã, são usados na fabricação de peneiras, paneiros e vassouras.

Uma espécie que merece atenção especial é o louro-de-óleo ou pau d'óleo. O óleo dessa árvore é também chamado de 'gasolina', e serve para operar motores a gasolina e alimentar isqueiros e lamparinas. É também usado como remédio.

Com estes exemplos podemos afirmar que o desafio da diversificação está em aproveitar a biodiversidade da floresta, ou seja, fazer da existência de muitas espécies irregularmente distribuídas, uma vantagem, ao invés de desvantagem comercial, de forma a beneficiar seus habitantes, sem degradar o patrimônio natural.

5. Desenvolvimento de sistemas agroflorestais;

Constitui-se em outra alternativa ao desenvolvimento das Reservas, por intermédio da implantação de consórcios numa área determinada, visando o mínimo de transtorno na realocação da mão-de-obra de cada família.

As áreas a serem utilizadas para implantação dos consórcios devem ser aquelas sob domínio de capoeira. Áreas florestadas, somente na inexistência de capoeiras.

Esses consórcios exercerão o papel de bancos de germoplasma da área, visto que grande parte dessas espécies não é cultivada nas Reservas. A pupunha, por exemplo, se presta muito bem para a produção de palmito, mas seu cultivo para essa finalidade demanda uma quantidade muito grande de sementes, que as Reservas ainda não são capazes de oferecer. Assim, os consórcios permitem a introdução da espécie, dando suporte a sua difusão a partir de material genético de boa qualidade.

Para a população ribeirinha das margens altas, os consórcios agroflorestais podem ser implantados, preferencialmente, ao longo dos rios. Nas áreas ocupadas por essas unidades, a agricultura de subsistência é possível até o segundo ano de implantação, dadas as boas condições de luminosidade nas entre-linhas do cultivo.

Quanto às frutíferas amazônicas com potencial econômico, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA vem desenvolvendo, há alguns anos, um projeto voltado à difusão de cultivos de espécies originárias da região, que apresentam potencial econômico a ser desenvolvido. Aproximadamente 20 espécies amazônicas vêm sendo trabalhadas pelo Instituto dentre as quais : cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), açaí (*Euterpe* sp), bacabá (*Oenocarpus bacaba*), pupunha (*Bactris gasipaes*), graviola (*Anona reticulata*), camucamu (*Myrciaria dubia*), sorva (*Couma macrocarpa*), etc., de modo particular nos estados de Rondônia, Acre e Amazonas, algumas das quais trazidas de outros países amazônicos e outras 'descobertas' entre índios e seringueiros, que delas fazem uso na sua dieta alimentar.

São espécies que, pelas propriedades nutritivas e sabor que possuem, podem ganhar valor de mercado, ainda que algum tempo leve para isso acontecer. Podem, ademais, enriquecer muito a dieta alimentar das populações locais, podendo constituir no futuro, novas opções, assegurando maior rentabilidade às famílias e menor risco à atividade produtiva.

6. *Desenvolvimento da apicultura;*

A apicultura é uma forma de produção bastante ajustada às condições naturais da Amazônia que vem se expandindo na região nos últimos anos. De fácil manejo, tem-se firmado como importante alternativa nas áreas em que o impacto da expansão da 'fronteira agrícola' tem sido mais intenso, como é o caso de Rondônia e outras áreas onde predomina a colonização.

Por outro lado, os sistemas agroflorestais e o enriquecimento de capoeiras adotados como forma de minimizar possíveis impactos, têm permitido o manejo também de espécies apícolas e feito da produção de mel uma fonte de renda de grande significado para as populações locais. Vários projetos específicos de apicultura estão sendo desenvolvidos na região, contribuindo para a diversificação da atividade produtiva e assegurando melhores condições de permanência na terra.

São muitas as espécies apícolas ocorrentes normalmente na floresta, o que denota a grande variedade de raças de abelhas silvestres existentes na região. As espécies de abelhas mais empregadas no desenvolvimento de apiários na Amazônia são as africanizadas, também de ocorrência comum na mata, o que facilita e torna de baixo custo a formação de colméias nas Reservas, porque ela pode se dar a partir da captura de enxames na floresta por meio da distribuição de caixas-isca em determinadas áreas.

7. *Resgate e fomento de outras atividades tradicionais;*

Em todas as Reservas, como é comum no meio rural amazônico, o artesanato e a confecção caseira de modo geral são tradições presentes no cotidiano das famílias.

Não obstante sua importância na cultura e desenvolvimento social, estas atividades, com raras exceções, não desempenham função econômica importante nessas áreas. Além disso, as recentes e rápidas mudanças nos hábitos de consumo, bem como a maior facilidade de acesso a produtos industrializados, vêm produzindo uma espécie de perda gradativa dessas tradições.

Por outro lado, é importante considerar que esses produtos já tiveram (e de certa forma ainda têm) sua importância no comércio local de trocas, possibilitando a divisão do trabalho e da produção entre as comunidades.

De outra parte, é preciso considerar que o processo de modernização da sociedade como um todo tem feito surgir, a valorização (até estética) do rústico e do caseiro, abrindo possibilidades de mercado para essa produção.

Por serem tradicionais e de pequena escala, pouco dependentes de investimento e de aporte de tecnologia e não exigentes de capacitação e maturação como processo produtivo, não representando risco (nem econômico, nem ambiental), para as comunidades das Reservas, qualquer empreendimento que vise o resgate e potencialização dessas atividades deve ser considerada importante para a potencialização da economia extrativista.

Estratégias para o êxito da proposta

a. Aumentar a produção e a produtividade dos produtos florestais existentes

Historicamente, a 'riqueza' tem crescido mais pelo aumento da produtividade do que por outros fatores. Os ganhos com a produtividade tem aumentado mais rapidamente do que a refutação da 'teoria Malthusiana' por parte da população. Teoricamente, os ganhos com a produtividade não tem limite. Ganhos de até 100% na produtividade tem sido a regra e não a exceção.

Para os extrativistas e outros povos da floresta as oportunidades são as mesmas. O aumento da produtividade oferece a melhor oportunidade para um maior aumento de renda e aumento da produção e a produtividade resulta no plantio de espécies para o enriquecimento da floresta, do manejo adequado do estoque existente e da melhoria tecnológica de colheita.

b. Reduzir as perdas dos produtos florestais

O segundo fator mais importante para o aumento dos ganhos econômicos é a redução das perdas e a eliminação da ineficiência que, embora sejam importantes na relação custo/benefício, encontram limites. O máximo que se pode fazer é a eliminação de 100% das perdas, resultando em pequenos ganhos, mas com grande impacto positivo na receita e na margem líquida. A redução das perdas pós-colheita oferece a maneira mais simples e barata para os povos da floresta aumentarem suas rendas.

c. Melhorar o sistema de comercialização no mercado local

Para garantir o aumento de renda dos extrativistas um sistema de comercialização eficiente é essencial. Este sistema de comercialização deve estar ligado a uma associação ou a uma cooperativa. Estas organizações tem duas finalidades que são: oferecer os serviços de comercialização para seus associados e cuidar da concorrência com os compradores tradicionais.

A atuação da cooperativa ou associação na região pode vir a ser um fator crítico na elevação dos preços pagos pelos produtos florestais e na redução dos preços que os povos das florestas pagam pelos bens de consumo.

d. Agregar valor ao produto e integrar verticalmente a produção através da descentralização ou processamento local

A integração vertical e a agregação de valor na produção a nível do extrativista são outros passos na estratégia de integração e aumento de renda proveniente dos produtos da floresta. O processamento próximo ao local de coleta, em sistemas intensivos em mão-de-obra, é mais barato que o processamento em grandes indústrias, devido ao baixo custo de oportunidade de mão-de-obra familiar comparado à mão-de-obra contratada. Existem outros ganhos potenciais que contribuem significativamente com a renda familiar, tais como a redução das perdas e a diminuição dos custos de transporte.

e. Desenvolver novos mercados para os produtos existentes

Novos mercados para os produtos existentes precisam ser descobertos. Existem centenas de produtos que são muito bem aceitos no mercado regional, mas que não são conhecidos em outras regiões e muito menos no resto do mundo. Isto não significa que todos os produtos regionais serão aceitos, ou que alguns deles não serão rejeitados pelo mercado, mas, certamente, existe um ganho econômico potencial para alguns destes produtos.

f. Desenvolver mercados para os novos produtos

Existem vários recursos naturais que não estão sendo utilizados mas que precisam ser analisados. A avaliação dos usos possíveis e da viabilidade econômica destes recursos deve ser parte da estratégia para salvar e manter a floresta tropical.

g. Operacionalização dos instrumentos de gestão

É preciso consolidar os mecanismos de compensação para a proteção da biodiversidade. Para esse fim, é imprescindível um investimento intensivo de recursos humanos e financeiros na identificação de novos produtos; no desenvolvimento de experiências-piloto de processamento e comercialização em níveis regional, nacional e internacional; na pesquisa aplicada para dar continuidade ao processo de identificação de produtos e no treinamento para o pessoal das instituições das Reservas (Associações e Cooperativas) em técnicas de processamento, controle da qualidade e comercialização. É também necessária a consolidação das instituições envolvidas na gestão das Reservas como forma de fortalecer o monitoramento e avaliação da sustentabilidade ecológica da coleta dos novos produtos.

Com esta proposta, objetivam-se ações que venham a aumentar os ganhos das famílias no processo de produção e comercialização dos produtos, aumentar a produtividade das lavouras de subsistência, através do uso de sementes selecionadas, e introduzir novas técnicas e culturas adequadas. As medidas que envolvem melhores condições de manejo, pós-colheita ou processamento primários irão contribuir diretamente para a consecução do objetivo de aumento de renda familiar ao tornar o agro-extrativista mais eficiente nas suas atividades agrícolas, mesmo quando estas são apenas complementares. Tão importantes quanto o aumento da produtividade são as iniciativas voltadas para uma comercialização mais eficiente, sendo de fundamental importância a participação das associações ou cooperativas que atuam nas Reservas.

A importância da tecnologia

O desenvolvimento de tecnologia deve ser considerado parte fundamental das estratégias de desenvolvimento das Reservas Extrativistas. Neste sentido três pontos básicos são identificados no desenvolvimento do conceito de tecnologia apropriada: a preocupação com o significado sócio-político das tecnologias; com o seu tamanho, nível de modernidade e sofisticação; e com o impacto ambiental causado por elas.

Vitor Bellia, consultor do CNPT, analisa a questão tecnológica e propõe um grupo de

critérios para analisar de maneira multidimensional as tecnologias, que pode ser adaptado à realidade das Reservas :

- eficiência econômica
- escalas de funcionamento
- grau de simplicidade
- densidade de capital e trabalho
- nível de agressividade ambiental
- demanda de recursos finitos
- grau de autoctonia e auto-sustentação.

Para que determinada tecnologia seja considerada apropriada, é necessário que ela produza efeitos favoráveis (ou o menos desfavorável possível) nas sete dimensões identificadas. É lógico que esta é uma questão valorativa, cuja resolução depende de uma concepção ideal dos sistemas sociais. Em outras palavras, nenhuma tecnologia é apropriada em sentido absoluto ; ao contrário, ela será mais ou menos apropriada à medida que permitir que o sistema social em que é (ou vai ser) empregada se aproxime ou afaste das características ideais que deveria apresentar.

a. Eficiência Econômica

Uma tecnologia, para ser apropriada, deve ser eficiente em termos econômicos, pois está-se pressupondo a sua aplicação dentro de um contexto pluralista, no qual as regras de mercado e a competição cumprem um papel central.

b. Escala de Funcionamento Quanto maior for a compatibilidade entre a escala de funcionamento de uma tecnologia e as finalidades de seu uso, mais apropriada ela será. Rejeita-se aqui, a incondicional glorificação da pequena escala, em virtude da necessidade de eficiência econômica e da impossibilidade prática de resolver todo e qualquer problema mediante soluções 'pequenas'. Parece-nos ser mais realista advogar a adoção de tecnologias cujas escalas sejam compatíveis com as finalidades de seu uso.

c. Grau de Simplicidade Uma tecnologia, para ser apropriada, deve ser simples, ou seja, fácil de entender e usar, sem necessidade de conhecimentos e habilidades esotéricas. Nada há de incompatível entre simplicidade e sofisticação. A simplicidade é um atributo das tecnologias apropriadas, enquanto a falta de sofisticação não o é.

d. Densidade de Capital e Trabalho Como regra geral, tecnologias que demandem maior quantidade do fator menos escasso serão mais apropriadas, o que vale dizer que, quando a disponibilidade de mão-de-obra for grande (regra quase geral nos países em desenvolvimento), tecnologias que utilizem intensivamente o trabalho humano são mais apropriadas. A prática demonstra que esta observação, aparentemente óbvia, é frequentemente desrespeitada.

Não é possível desconhecer igualmente que os produtos e processos necessitam guardar um mínimo de uniformidade e de performance para serem adotados e merecerem 'aceitação social'. Em muitos casos, uma combinação entre trabalho humano e máquina é indispensável, ou seja, a opção não é entre processos puramente manuais versus processos mecânicos e sim entre diferentes combinações do homem com a máquina. Com essas qualificações, pode-se dizer que, no contexto dos países em desenvolvimento, quanto mais demandadora de trabalho for uma tecnologia, mais apropriada ela será.

e. Nível de Agressividade Ambiental Este é um critério que não necessita justificação. Quanto menos uma tecnologia agredir o ambiente natural, mais apropriada será. A não-violência é um atributo insubstituível e essencial das tecnologias apropriadas.

f. Demanda de Recursos Finitos Quanto mais parcimoniosa for em termos de consumo de materiais finitos, mais apropriada será uma tecnologia.

g. Grau de Autoctonia e Auto-sustentação De forma geral, pode-se afirmar que quanto mais uma tecnologia depende de recursos disponíveis no próprio sistema social em que é ou vai ser empregada, mais apropriada será. Este preceito, deve ser entendido com cautela, por causa da questão da eficiência econômica. No entanto, é fora de dúvida que a utilização de soluções locais, independentes de importações é preferível.

A autoctonia é, igualmente, um elemento importante para a preservação da cultura local. Há que se levar em conta, porém, que a manutenção de valores culturais tradicionais não deve se transformar em imobilismo social.



Nas unidades de produção, a força de trabalho dos membros é distribuída nas diversas actividades de subsistência e extractivistas (Foto: Julio Ruiz Murrieta).



Comercialização da castanha do Para “*Bertholletia excelsa*” (Foto: Julio Ruiz Murrieta).

ROTEIRO PARA CRIAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Portaria IBAMA Nº 51 de 11.05.94

O presente roteiro tem como objetivo orientar as comunidades e as organizações governamentais ou não, que se propuserem participar na criação e legalização de reservas extrativistas. Ele sintetiza as experiências adquiridas com as reservas já criadas, reflete os conhecimentos dos moradores das reservas que, mediante seus representantes participaram da sua elaboração. O roteiro foi aprovado pelo Conselho Consultivo do IBAMA/CNPT durante a IV reunião ordinária no dia 25.02.94. A Presidência do IBAMA oficializou o roteiro através da portaria No 51N de 11/05/94, publicada no Diário Oficial da União em 13/05/94.

1. Solicitação dos moradores:

O primeiro passo para a criação de uma Reserva Extrativista é uma solicitação formal dos moradores da área para que a Unidade de Conservação seja criada. Tendo em vista que os objetivos da Reserva Extrativista são alcançados mediante o somatório de esforços do Governo e dos moradores, é indispensável que estes, como futuros responsáveis pela reserva, participem desde o primeiro momento no processo de criação.

O pedido supõe um entendimento prévio dos moradores e a compreensão daquilo que estão pedindo. Tais pressupostos são necessários para assegurar o bom andamento dos trabalhos subsequentes.

Este pedido é assinado pelos moradores e pelas entidades que os representam e/ou assessoram (Associações, Cooperativas, Sindicatos, Comitês, etc.); quando possível são anexadas cartas de apoio de outras entidades (CNS, Sindicatos, Organizações Não Governamentais...) e manifestos formais de apoio de autoridades locais (prefeito, vereadores, etc.). Ao pedido devem ser anexadas as seguintes informações:

- a) Número de extrativistas residentes na área;
- b) Quantidade de produtos de origem extrativista por safra ou por ano;
- c) Linhas de comercialização dos produtos e preços;
- d) Limites propostos para a reserva (acidentes geográficos, municípios, distritos);
- e) Manifestação dos moradores das intenções de utilização dos recursos naturais;

O pedido é encaminhado à Representação Estadual do CNPT/IBAMA que deverá abrir um processo para criação da reserva. Caso não exista representação estadual, o pedido vai à Coordenação Nacional do CNPT/IBAMA.

2. Associações dos moradores

Para criação das Reservas é condição indispensável que os moradores queiram trabalhar em grupo, em associação. Caso não exista, os moradores devem criar uma associação capaz de representá-los. Todos os moradores devem fortalecer esta Associação e trabalhar para que haja compreensão, harmonia e mútua colaboração entre eles.

Não se deve formar uma associação simplesmente porque é uma condição para criar a reserva. A associação deve ser o resultado natural da compreensão e da percepção, por parte dos moradores, de que a co-gestão da Reserva exige que eles sejam coesos e organizados. É preferível trabalhar no fortalecimento da associação, antes de solicitar a criação da Reserva, cujo futuro depende daquela, tendo em vista que é a associação quem recebe a Concessão de Direito Real de Uso.

3. Vistoria do CNPT/IBAMA

Vistoria da área para complementação das informações.

A Representação Estadual ou a Coordenação Nacional do CNPT fará uma visita à área para verificar:

- A situação demográfica e as tradições culturais das populações. Nesta ocasião serão feitas reuniões com os moradores para sentir o nível de consciência do problema, as propostas de solução e o grau de organização;
- O uso dos recursos naturais: ocupação principal da população e fontes de renda. Quantidade dos produtos extraídos e preços obtidos. Potencial de exploração futura;
- A existência de atividades não extrativistas na área: fazendas, madeireiras, comércio, indústria, etc.;
- A situação fundiária da área;
- A infraestrutura existente: transporte, educação, saúde, comunicação, habitação, etc..

O aspecto principal a ser analisado durante a vistoria é a existência das condições exigidas para a criação de Reservas Extrativistas segundo o Decreto No 98.897 de 30.01.90:

Art. 1º Existência de população extrativista e possibilidade de exploração auto-sustentável, conservando os recursos naturais renováveis.

Art. 2º Existência de interesse ecológico e social sobre o espaço territorial proposto para a reserva.

A vistoria terá como resultado um relatório preliminar, indicando se o processo deve continuar.

4. Complementação de dados para criação da reserva

O relatório preliminar é analisado pelo colegiado técnico do CNPT/BSB com o apoio de especialistas. Se o colegiado for favorável à criação da Reserva, será solicitada a complementação de dados mediante os seguintes estudos:

I. Dados planimétricos e geográficos

- a) Confeção de mapa da situação da área;
- b) Mapa de localização da área dentro do Estado da Federação;
- c) Mapa demonstrativo dos Recursos Naturais existentes (não havendo outras informações, usar o Projeto RADAM). Todos os mapas possíveis: hidrografia, vegetação, solos, etc.);
- d) Memorial Descritivo do perímetro da área.

II. Laudo biológico da área

- a) Caracterização das espécies preponderantes;
- b) Ocorrência e incidência na área
- c) Capacidade produtiva presente e futura;
- d) Informações sobre a viabilidade e formação de Manejo sustentado dos recursos (econômicos e ecológicos);
- e) Diversificação da flora e fauna.

III. Levantamento sócio-econômico

- a) Perfil da população existente;
- b) Número de famílias;
- c) Condições culturais e econômicas;
- d) Inventários das benfeitorias existentes (Órgãos Públicos e iniciativa privada);

- e) Caracterização de posse;
- f) Formas de Manejo do uso dos Recursos Naturais;
- g) Antecedentes de ocupação da área.

IV. Registro fotográfico

- a) Demonstração dos trabalhos realizados pelas populações;
- b) Aspectos fisiográficos da área;
- c) Aspectos antropológicos da área;
- d) Outros.

V. Justificativa legal

- a) Abaixo-assinado da Comunidade solicitando a criação da Reserva;
- b) Aspectos constitucionais previstos na Constituição Federal, Estadual e Municipal;
- c) Considerações gerais com parecer jurídico da situação a nível regimental (legislação estadual);
- d) Certidões SUPES/IBAMA, reconhecendo as características ambientais da área;
- e) Cópias de convênios e Atas de audiências públicas realizadas envolvendo a questão dos recursos existentes nas áreas e possíveis conflitos sociais;
- f) Certidão da Secretaria de Meio Ambiente dos Estados, quando for possível, sobre as características ambientais preponderantes (zoneamento ecológico, relatórios, pareceres, etc.);
- g) Se possível, mapa fundiário do INCRA ou Instituto Estadual de Terras com cadastro das propriedades se for o caso;
- h) Cópias de Convênios, Atas de Audiências Públicas realizadas, Protocolos de Intenções, etc.;

VI. Observações finais

Recolher toda a bibliografia técnica e científica, bem como artigos de jornais e revistas científicas a respeito da situação social e ambiental dos recursos da área.

5. Aprovação da comissão e criação da reserva

Concluídos os trabalhos referidos no item anterior, o CNPT encaminha o processo à Comissão das Populações Tradicionais para análise. (Esta é uma Comissão criada dentro do IBAMA para tratar os assuntos específicos das Populações Tradicionais).

Obtida a aprovação da comissão, o CNPT prepara a minuta do decreto de criação da reserva e sua respectiva exposição de motivos e encaminha tais documentos à presidência do IBAMA para que siga os trâmites legais, junto à Presidência da República. A criação da reserva ocorre mediante decreto presidencial.

6. Regularização fundiária e imissão de posse

Uma vez publicado no Diário Oficial da União, o Decreto de criação da Reserva, o IBAMA providencia a regularização fundiária da mesma, que deverá resultar na imissão de posse em nome do IBAMA.

A regularização fundiária consiste em identificar todos os imóveis e pessoas que estão dentro da Reserva para avaliar as terras, e benfeitorias e fazer a indenização daqueles que deverão sair da Reserva. Depois que todos os imóveis forem desapropriados, o Juiz concede a imissão de posse da área em nome do IBAMA. As terras passam a ser propriedade da União. A desapropriação faz-se mediante o pagamento das indenizações fixadas pelo juiz. Estas indenizações são pagas em dinheiro.

7. Cadastramento dos moradores

Criadas as reservas, o IBAMA junto com os moradores das áreas deverá iniciar o cadastramento. Este trabalho é mais uma atualização do cadastro objetivando a futura Concessão Real de Uso, pois no momento do levantamento sócio-econômico já deve ser feito um primeiro cadastro, mesmo que provisório, dos moradores.

8. Plano de utilização da Reserva

O Decreto de criação das Reservas diz que para exploração da mesma haverá um contrato de Concessão Real de Uso que deverá incluir um Plano de Utilização, aprovado pelo IBAMA. Este plano é o instrumento administrativo para provar que a utilização dos recursos naturais será auto-sustentável, não prejudicará o meio ambiente e respeitará a legislação ambiental vigente.

Considerando as informações cadastrais e sócio-econômicas levantadas, os moradores da Reserva, tomando como base seus conhecimentos e suas experiências, apresentam um Plano de Utilização da mesma, contendo os seguintes pontos principais:

8.1. Finalidades do Plano

- Esta parte consiste em fazer uma breve descrição dos meios a utilizar para manter a reserva como unidade destinada à exploração auto-sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis, pelos seus moradores;
- Deve ser dito que o Plano contém listagem das condutas não predatórias incorporadas à cultura das populações tradicionais, e em harmonia com a legislação brasileira;
- É bom declarar que o Plano será utilizado como referencial para comprovar que a exploração dos recursos naturais será auto-sustentável, não prejudicando o meio ambiente e respeitando a legislação ambiental vigente; e que o Plano servirá para que o IBAMA acompanhe o cumprimento das normas estipuladas de respeito ao meio ambiente.

8.2. Responsáveis pela execução do plano

Explicação da organização existente ou a implementar para realizar e controlar o Plano.

8.3. Intervenções do homem na Reserva

O Plano deverá ordenar as intervenções do homem, citando os princípios a serem respeitados, as atividades que podem ser realizadas, as atividades não permitidas, e especificando sempre as quantidades e formas de intervenção.

Embora todas as intervenções do homem sejam feitas na “floresta” entendida esta no seu sentido mais amplo, para fins didáticos de elaboração do plano de utilização, vamos dividir as intervenções do homem em categorias:

1. Intervenções extrativistas e agropastorais: são entendidas como tal as atividades que os moradores estão habituados a realizar;
2. Novas Intervenções na floresta: são atividades a serem introduzidas, extraindo novos produtos na parcela ideal como frutos, óleos, essências e mesmo madeiras na parcela ideal, atribuída a cada morador;
3. Intervenções na fauna;
4. Intervenções nas áreas de uso comum: é muito importante descrever a previsão de atividades para as áreas de uso comum.

8.3.1. Intervenções extrativistas e agro-pastorais

Descrever itens como:

- a) Extrativismo a explorar;
- b) Tamanho ideal para cada família explorar;
- c) Formas dessa exploração (como se dará essa exploração);
- d) Responsabilidades de cada um na sua área;
- e) Precauções e cuidados a observar na Reserva;
- f) Divisão espacial entre extrativismo e atividades agro-pastorais;
- g) Tamanho da área para as atividades agro-pastorais;
- h) Utilização da capoeira e do pasto.

8.3.2. Novas intervenções na floresta

A Constituição Federal considera a floresta Amazônica como um patrimônio nacional, e a legislação federal caracteriza as florestas como bens ambientais que interessam não só à região na qual estão inseridas, mas a toda a nação.

Devido à importância social e ecológica que hoje assumem, independentemente da sua localização, as florestas terão que cumprir sua função social. A função social da floresta estará sendo cumprida quando estiverem sendo usados adequadamente os recursos naturais disponíveis e estiver sendo preservado o meio ambiente. No caso específico da RESEX, quando ocorrer a utilização auto-sustentável dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas.

O Código Florestal Brasileiro define que as florestas possuem área que terão proteção permanente e estas não poderão ser desmatadas, elas recebem o nome de “Florestas de Proteção Permanente”, e basicamente são as matas ciliares, as das nascentes e as margens de cursos d’água (art. 2º).

Na Floresta de Proteção Permanente é livre a extração de lenha e demais produtos florestais. Contudo, a sua destruição ou danificação, ou sua utilização violando sua finalidade é caracterizada como uma contravenção.

Tendo como base esses pressupostos legais, o Plano de Utilização terá que regulamentar as formas de extração vegetal sustentável, a fim de que haja a renovação dos recursos naturais retirados.

A extração para comercialização de outros produtos da mata, tais como frutos, óleos e essências, terá que ser prevista no Plano de utilização.

Caso os moradores da RESEX decidam utilizar outro produto da mata, posteriormente à aprovação do Plano de Utilização pelo IBAMA, só poderá fazê-lo mediante a elaboração de um Plano de Manejo Simplificado, que descreverá a capacidade de produção sustentável da floresta, em consonância com o Plano de Utilização e o Programa Nacional de Reserva Extrativista.

O Plano de Manejo Simplificado terá que ser aprovado pela Assembléia Geral da Associação, ou se for o caso pelo Sindicato.

O caso específico de extração de madeira para comercialização, o Plano de Utilização deverá prever explicitamente se poderá explorar. Ocorrendo a permissão, deverá ser elaborado um Plano de Manejo Específico para esse fim, aprovado pela Associação ou sindicato e pelo IBAMA.

Os moradores poderão fazer a extração de madeira para uso próprio, fabricação de instrumentos de trabalho ou em construções no interior da Reserva.

8.3.3. Intervenções na fauna

A Constituição Brasileira protege a fauna contra as práticas que coloquem em perigo a sua função ecológica, tais como: desmatamentos ou destruição de seus habitat's, a extinção pura e simples das espécies e as práticas que submetam os animais a crueldade.

Entenda-se por fauna o conjunto de animais próprios de uma região.

A fauna silvestre é considerada pela legislação federal como um bem público, ou seja, não tem dono, é imprópriável, mesmo encontrando-se em propriedade privada.

A caça profissional é proibida pelo Código de Proteção à Fauna. Quanto à caça de subsistência, não há uma previsão legal explicitando sua proibição, mas entende-se que as restrições existentes ocorrem quando apresentam riscos ao equilíbrio ecológico, ou o animal caçado está em extinção.

Também é proibido o comércio de animais da fauna silvestre e de produtos ou objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

Somente será permitido o comércio de animais selvagens provenientes de criadouros devidamente legalizados. Assim como é permitido, mediante licença do IBAMA, a apanha de ovos, larvas e filhotes que se destinem a criação comercial, bem como a destruição de animais silvestres considerados nocivos à agricultura ou a saúde pública.

A Lei Federal No 7.653/88, considera a maioria dessas infrações contra a fauna como crime, e caracterizou-as como crimes inafiançáveis.

A legislação federal proíbe a utilização do animal silvestre fora de seu habitat natural. Quem se utiliza do animal silvestre, ainda que não tenha caçado, nem perseguido, comete uma contravenção.

O Código de Pesca permite a pesca com fins de subsistência, comerciais, desportivos ou científicos. Sua proibição ocorre nos períodos que os peixes migram para reprodução e, em água parada ou mar territorial, nos períodos de desova e reprodução.

Também é proibido a pesca de espécimes que devam ser preservadas ou de tamanhos inferiores aos permitidos, quantidades superiores às consentidas, a utilização de explosivos, substâncias tóxicas ou aparelhos, petrechos, técnicas e métodos ilegais.

No Plano de Utilização deverá constar a proibição de qualquer tipo de caça para fins comerciais, assim como a venda de produtos da caça dentro e fora da Reserva. Proibindo também a entrada na Reserva de caçadores profissionais, e outras pessoas que não sejam, moradores com o objetivo de caçar.

Só poderá ser permitida a caça para proteção das roças e dos animais domésticos, assim como para subsistência, desde que não coloque em risco o equilíbrio ecológico e a espécie não se encontre em extinção.

Deve-se regular a utilização de cachorros nas caçadas. Se for permitido, em quais circunstâncias poder-se-á usá-los.

A pesca (ou mariscar) deverá limitar-se a alimentação dos moradores da Reserva, proibindo-se a pesca profissional.

Deve-se definir a utilização ou não de timbó, assacú, oaca, ou outra substância natural, assim como que tipo de apetrechos poderá ser usado na pesca. Proibir a prática de algum costume tradicional da região que coloque em risco o equilíbrio ecológico ou a extinção dos peixes.

No que se refere a criação de animais domésticos dentro da Reserva, a regulamentação

ocorrerá principalmente para o gado, cavalos, porcos e ovelhas. Preocupando-se com a forma de sua criação (livre, chiqueiro e cerca), a responsabilidade do dono dos animais e quais animais poderão ser criados na área.

8.3.4. Intervenções nas áreas de uso comum

Área de uso comum é “um bem não sujeito à apropriação individual em caráter permanente. Nestes espaços combinam-se as noções de propriedade privada e de apossamento de uso comum, onde encontra-se um grau de solidariedade e coesão social, formadas a partir de normas de caráter consensual que garantem a manutenção destes espaços”.

Logo, terras comuns, são os rios, lagos, varadouros (caminhos reais), praias, barrancos e matas administradas pelo conjunto de moradores da Reserva, onde se desenvolve o usufruto coletivo.

Na utilização destas áreas deve-se respeitar os usos e costumes da comunidade.

Em caso de dúvida ou conflito nas áreas de uso comum, será a Associação de Moradores, ou outra instância estabelecida pelos moradores, que esclarecerá ou decidirá o litígio.

A fiscalização das terras comuns deverá ser feita pela Associação de Moradores, que poderá delegar o poder de fiscalizar à Comissão de Proteção da Reserva.

A abertura de novos varadouros (caminhos reais) deverá ser decidida pela diretoria da Associação, com referendo da Assembléia Geral da Associação dos Moradores da Reserva, desde que não traga prejuízos ao equilíbrio ecológico e não viole direitos individuais.

8.4. Fiscalização da reserva

De acordo com a legislação é atribuição do IBAMA a fiscalização das Unidades de Conservação. Mesmo sendo o IBAMA a instância superior de fiscalização, tendo em vista que a Reserva Extrativista inclui a co-gestão do Governo e da sociedade, cada morador é um fiscal de sua área, assim como da Reserva, cabendo a ele não só zelar por sua terra como também, observar se as normas do Plano de Utilização estão sendo cumpridas pelo conjunto dos moradores.

Caberá também ao Sindicato, à Associação de Moradores e às demais entidades existentes na área, fazer a fiscalização e o monitoramento da Reserva Extrativista - RESEX, nos termos definidos pelo Plano de Utilização.

É aconselhável criar uma “Comissão de Proteção da Reserva” e um Regimento Interno para definir seus objetivos, poderes, número de membros, critérios de eleição e exclusão, duração de mandatos etc.. Este Regimento Interno pode vir anexo ao Plano de Utilização.

Os responsáveis pela gestão da Reserva podem criar outros tipos de fiscais, como por exemplo: os fiscais-mateiros, definindo seus objetivos, poderes, número, critérios de eleição, etc..

8.5. Penalidades

Penalidades é o conjunto de penas impostas a quem de alguma forma violar a Lei, as Cláusulas Contratuais, a decisão majoritária de um grupo social ou de uma entidade.

As aplicações de penalidades ocorrem quando se verifica o não cumprimento, no todo ou em parte, do contratado na realização dos objetivos da Reserva, no atendimento do que foi deliberado pela Assembléia Geral ou Diretoria da Associação.

Existem tipos diferenciados de penas, que são: advertências, multas, suspensão provisória e rescisão do contrato.

A punição deverá ser proporcional à infração, para que não ocorra abusos de quem tem poderes para aplicá-la, e em respeito ao princípio democrático da equidade.

Quem pode exercer o poder de polícia ambiental na Reserva é o IBAMA, pois além de ser de exclusividade do poder público o poder de polícia, foi definido no Decreto de Criação das Reservas, que caberia ao IBAMA supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de Concessão Real de Uso.

Diante do que foi explicado, as penalidades contidas no Plano de Utilização só cabem aos moradores da Reserva, e é no Plano e no Estatuto da Associação onde se define quem tem poderes para aplicá-las.

Mas, de modo geral, quando o IBAMA constatar irregularidades na Reserva, poderá aplicar penalidades tanto à Associação quanto aos moradores da Reserva, dependendo somente de quem é o responsável pelo ato faltoso.

Os pontos principais que deverão constar nesse item do Plano são:

- a) tipos de penas (advertência, multa, suspensão e rescisão de contrato);
- b) o enquadramento dos comportamentos faltosos e a correspondente sanção (para cada violação um tipo de sanção);
- c) quem tem poderes para aplicar cada pena definida;
- d) a que instância o penalizado pode recorrer se achar que a sanção foi injusta.

8.6. Disposições gerais

Aqui devem constar os outros aspectos que não se enquadram nos itens acima referidos.

Para melhor esclarecer citaremos alguns exemplos que necessariamente precisam estar presentes:

- a) Em quais condições poderá ocorrer a troca de área entre os moradores;
- b) A associação dos Moradores da Reserva Extrativista em conjunto com outras entidades (CNS, Sindicatos, Cooperativas, etc.), administrarão os recursos naturais da Reserva;
- c) A proibição da exploração comercial dos recursos minerais do solo ou sub-solo da Reserva;
- d) Para grandes construções a serem realizadas dentro dos limites da Reserva, que poderão causar alterações significativas no meio ambiente, deverá ser elaborada a Análise Preliminar de Impacto Ambiental;
- e) O procedimento do item anterior cabe tanto para as obras decididas pelos moradores da Reserva, como para as construções planejadas pelos órgãos públicos;
- f) Que o presente Plano poderá ser alterado conforme a solicitação da Associação, a qual encaminhará a proposta de alteração ao IBAMA para aprová-la;
- g) A proposta de alteração poderá ser sugerida por um grupo de moradores (quantidade a ser definida), que encaminhará a proposta à Assembléia Geral da entidade;
- h) as alterações propostas ao Plano de Utilização não podem entrar em conflito com as finalidades da Reserva.

8.7. Aprovação do plano pelos moradores

Os moradores deverão aprovar o Plano de Utilização da Reserva, em assembléia da organização que os representa. Ao Plano deverá ser anexada a Ata da reunião de aprovação.

9. Carta de anuência aos moradores

Para facilitar as atividades de consolidação, o IBAMA poderá fornecer aos moradores

da Reserva, devidamente cadastrados, uma carta de anuência que tenha efeito junto aos agentes financeiros.

O objetivo deste documento é possibilitar as operações de crédito junto aos bancos, mesmo antes de receber a Concessão do Direito Real de Uso, que por qualquer motivo pode atrasar. Há duas condições para que a Carta de Anuência possa ser concedida: a) a prévia aprovação do Plano de Utilização que fixa os limites e características da utilização e, b) a existência do Cadastro dos Moradores visando identificar quem tem direito a receber a Carta.

10. Aprovação do plano de utilização

O CNPT anexa ao processo, o Plano de Utilização da Reserva e o encaminha à Comissão das Populações Tradicionais para que seja examinado. Esta emite um parecer, que quando favorável, deve explicitar a aprovação do Plano a qual permite iniciar os procedimentos para realizar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. A aprovação do Plano de Utilização será feita pela Presidência do IBAMA mediante Portaria.

11. Contrato de concessão de direito real de uso

O IBAMA toma as providências para que possa ser elaborado o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, a ser assinado com a Associação dos Moradores da Reserva. Esta assina com cada morador o “Contrato de Autorização de Uso”, ou outro documento jurídico que achar apropriado.

O instituto de Concessão Direito Real de Uso (Decreto-Lei No 271, de 28 de fevereiro de 1967, artigo 7o), define-se como sendo o “contrato solene, pelo qual se transfere, a título de direito real, o usufruto temporário, por prazo certo ou indeterminado, de terreno público ou particular, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social”.

Em outras palavras, é um contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui um bem de seu domínio a particular, para que explore segundo a sua destinação específica. Por ser um instrumento de natureza contratual, que contém detalhamento adequado aos objetivos da Reserva Extrativista, confere maior segurança e estabilidade à relação jurídica estabelecida entre o concessionário e a Administração Pública.

O Direito Real de Uso será concedido a título gratuito, contendo cláusulas de rescisão quando houver qualquer dano ao meio ambiente ou a transferência da concessão “inter vivos”

O seu uso pode ser a tempo certo ou indeterminado, conforme estabelece o Decreto de Criação das Reservas Extrativistas (Decreto No 98.897, de 30 de janeiro de 1990).

É de sua essência a temporariedade, seja a tempo certo ou indeterminado. Entende-se indeterminado o período de tempo de mais ou menos 10, 20 anos. Ela não pode ser concedida de forma perpétua, sendo essa pactuação nula pela impossibilidade jurídica de seu objetivo (artigo 145, inciso II Código Civil Brasileiro).

12. Plano de desenvolvimento da reserva extrativista

Simultaneamente às ações de consolidação das reservas deverão ser feitos estudos complementares com a finalidade de elaborar um Plano de Desenvolvimento, que inclusive vise aprimorar e especificar o Plano de Utilização.

Estes estudos versarão sobre a quantificação de estoques de recursos naturais, tecnologias de produção, impacto ambiental, etc., e servirão para quantificar no Plano de Desenvolvimento, as intervenções do homem na Reserva.

O Plano de Desenvolvimento é o resultado da colocação em prática do Plano de Utilização com as correções e os melhoramentos que os moradores acharem conveniente incluir.

O Plano de Desenvolvimento toma como base o Plano de Utilização e através das primeiras experiências e reflexões com a comunidade, propõe as mudanças, as atividades a incluir dizendo a quantidade, quando, como, onde e por quem serão realizadas.

O Plano de Desenvolvimento é elaborado pela comunidade, com o apoio do IBAMA e das instituições que assessoram a Reserva; os moradores dimensionam as atividades e assumem o compromisso de realizá-las; portanto, é um documento a ser escrito e aperfeiçoado durante o primeiro ano de execução do Projeto.

O Plano de Desenvolvimento deverá conter os seguintes assuntos principais:

12.1 Capacitação para a gestão da reserva

Os trabalhos realizados durante os primeiros meses após a imissão na posse, permitirão diagnosticar as necessidades de treinamento para gerir bem a reserva. Deverá ser elaborado, portanto, um plano de capacitação, tanto para as lideranças que comandam a gestão, como para os moradores em geral. Tal plano deve dimensionar os tipos de treinamento, a maneira de realizá-los, os períodos, localidades, participantes, instrutores, instituições de apoio e fontes de recursos financeiros, material didático a ser utilizado.

A capacitação cumpre a função essencial de permitir a autonomia dos moradores, possibilitando que eles próprios se desenvolvam. É necessário então que a capacitação seja planejada como um processo que permeia as etapas de amadurecimento da Reserva e que contempla reciclagens e avaliações.

O Plano de capacitação contemplará todos os aspectos que interessam aos moradores: organização e desenvolvimento comunitário, organização e gestão de associações e sindicatos, atividades produtivas, de armazenamento e comercialização, novas tecnologias, saúde, educação, direitos sociais e trabalhistas, meio ambiente, etc..

12.2. Organização social e comunitária

O Plano de Desenvolvimento deverá conter as providências que devem ser tomadas e as atividades a realizar, para melhorar a organização social e comunitária dos moradores.

Deverão ser descritas as organizações existentes e suas funções bem como a interligação entre as mesmas: Associações, Sindicatos, Cooperativas, Conselhos, Comitês.

O Plano deverá explicar as tarefas da organização que representa os moradores e a linha hierárquica e as normas estabelecidas.

Este capítulo deverá estabelecer o mecanismo de descentralização da organização social que possibilite a participação de todos, por exemplo unidades estabelecidas em diferentes localidades da Reserva, com autoridade representativa, a exemplo das delegacias sindicais. Podem ser núcleos, comunidades, cantinas comunitárias ou algo parecido.

É importante estabelecer os graus de representatividade para fora da reserva, bem como os responsáveis pelas negociações em nome dos moradores. Deverá ser indicada também a forma de tomar decisões de elevada importância para todos.

A organização deve contemplar responsáveis pelas diferentes áreas de atuação dos moradores, evitando assim a concentração de tarefas nas mãos de poucos. Por exemplo, cada uma das seguintes áreas deverá ter seus responsáveis: saúde, educação formal, construções, manutenção de varadouros, planejamento, educação informal e conscientização, produção, comercialização, gestão e contabilidade, etc..

12.3 A gestão da reserva

Planejamento:

O Plano de Desenvolvimento indicará qual o sistema de planejamento utilizado, comprovando a participação da comunidade. O Planejamento deve ser materializado em planos de trabalho anuais. Estes planos indicarão as atividades, os prazos de execução, os executores e colaboradores, os recursos humanos, materiais e financeiros necessários, a proveniência dos recursos.

Acompanhamento e Contrôlo:

O plano indicará a maneira como será o acompanhamento e contôlo:

- do pessoal contratado pelas associações;
- dos monitores de saúde e educação e os professores;
- das organizações existentes na reserva;
- das construções;
- dos bens adquiridos e demais investimentos;
- dos trabalhos grupais e comunitários previstos;
- da elaboração e cumprimento do Plano de Monitoramento Ambiental.

Fiscalização:

Deverá ser descrito o sistema de fiscalização da reserva, a participação dos associados, o treinamento dos fiscais colaboradores. É aconselhável ter uma Comissão de Proteção da Reserva, responsável também pela fiscalização.

Deverá ser feito um Regimento Interno da Reserva que explicita o compromisso de obediência ao Plano de Utilização, estabeleça o sistema de fiscalização, o papel dos fiscais - colaboradores, as penalidades e demais questões referentes ao assunto.

Avaliação:

O plano ainda servirá para estabelecer a forma como os moradores vão avaliar o andamento da Reserva e a maneira de efetuar as possíveis correções de rumo.

12.4. A produção e a comercialização

O plano de desenvolvimento contera as metas de produção, as áreas a serem plantadas, as culturas novas a serem introduzidas, os animais a serem adquiridos e distribuídos, a aquisição de sementes, a formação de mudas, as metas e atividades na piscicultura, apicultura ou qualquer outra atividade produtiva.

Todas estas atividades devem ser quantificadas e programadas de acordo com o calendário agrícola da região.

Este capítulo sobre a produção e comercialização deverá descrever a assistência técnica que a Reserva recebe de Instituições Governamentais e Não-Governamentais.

Outro aspecto importante a incluir são os Termos de Referência para os estudos que se fizerem necessários objetivando a diversificação e o aumento da produção.

É preciso também dimensionar as atividades de artesanato e de produção caseira que possam aumentar a renda dos moradores.

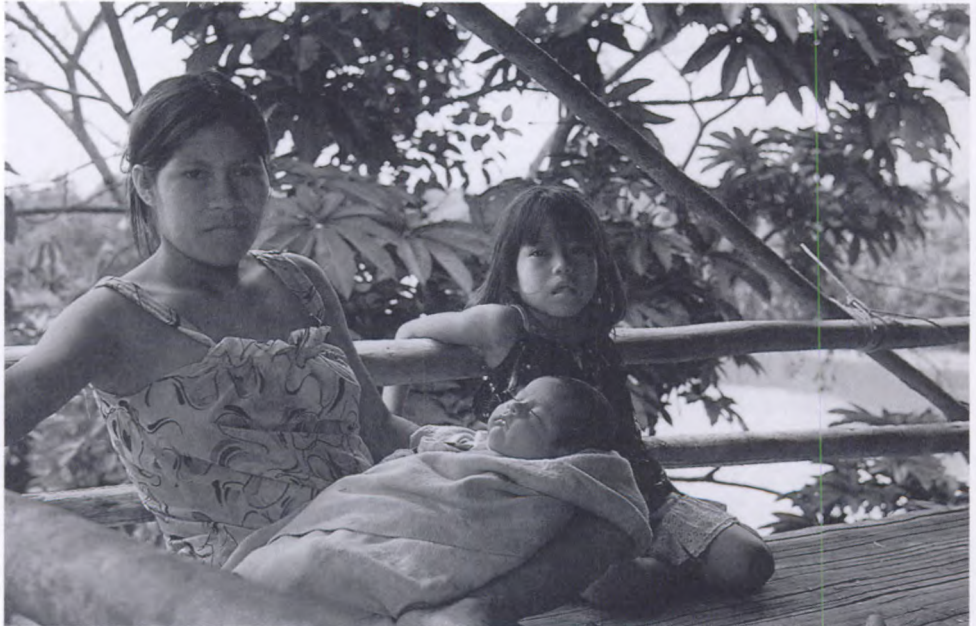
12.5 Habitação - Transporte - Saúde - Educação

Tendo em vista que o objetivo principal da Reserva é melhorar as condições de vida dos moradores, o Plano deverá expressar as atividades e estratégias que serão realizadas no âmbito da habitação, transporte, saúde, e educação. Deve ser incluída a participação

técnica e financeira das instituições especializadas, indicando as responsabilidades de cada uma. É muito importante fazer participar, desde o início as instituições governamentais responsáveis de cada área.

12.6. Apoio institucional

O plano de desenvolvimento deverá mencionar também o grau de colaboração dos órgãos de governo e de todas as instituições que prestarem apoio à Reserva. Especialmente deve ser assegurada a assistência técnica e extensão rural, a capacitação, a assessoria e o apoio financeiro. Devem ficar bem claras as responsabilidades.



O objetivo principal da Reserva Extractivista é melhorar as condições de vida dos moradores (Foto: Jeanine Levistre).



Na utilização das “áreas de uso comum” deve-se respeitar os usos e costumes da comunidade (Foto: Jeanine Levistre).

GESTÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Carlos Aragón Castillo

“Os elementos que fascinam aos ambientalistas do mundo inteiro, quanto a proposta de Reserva Extrativista, são os mesmos que, na devida dimensão, e com a adequada racionalidade, constituem o grande “charme” desta proposta. Ela não foi formulada em gabinetes tecnocráticos, não foi formulada por “intelectuais” para beneficiar o “povo”, mas, delimita, de forma criativa, o papel do Estado e o da sociedade civil, e incita a imaginação dos mais ortodoxos especialistas, principalmente por que, desde que foi aberto o debate sobre as alternativas ao desmatamento das florestas tropicais, não surgiu outra proposta que, de forma tão contundente, expressasse o conjunto de parâmetros necessários para se estabelecer o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação na definição de uma política para a Amazônia”

Mary Allegretti

Contexto

Em escala mundial, as questões ecológicas receberam destaque nas últimas décadas devido ao agravamento das perturbações ambientais, transformando-se em uma das preocupações atuais de parte da humanidade, tornando nítida a consciência de que o futuro da vida humana estará condicionado às formas pelas quais se faça a apropriação e a utilização da natureza e de seus recursos.

Ao longo da história das relações da humanidade com a natureza, o desequilíbrio do meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais se caracterizam como problemas projetados na era contemporânea, provocados pela dinâmica e pela expansão dos modelos de desenvolvimento adotados.

No caso dos países desenvolvidos, as questões ecológicas assumem caráter de problema essencialmente científico, na medida em que as sociedades definem suas políticas na busca de soluções, e dispõem de recursos materiais e financeiros para concretizá-las. Esses países concentram seus esforços na pesquisa dirigida em busca dos meios técnico-científicos para adequar suas imensas estruturas produtivas aos limites do equilíbrio com o meio ambiente.

Nos países em desenvolvimento, a solução dos problemas ambientais tem íntima relação com a erradicação das situações de pobreza, fome e desemprego, pois são estas condições que induzem o Homem à apropriação dos recursos naturais, sem compromisso com a perenização deste mesmo recurso que hoje o alimenta. Tarefa inadiável consiste na harmonização do respeito e da conservação da natureza com a dinâmica racional do desenvolvimento econômico-social, buscando excluir o conceito de que o crescimento econômico exige a contribuição dos recursos naturais e a degradação ambiental. Trata-se, portanto, de considerar o uso racional dos recursos naturais segundo uma proposta de desenvolvimento sustentado. Visando alcançar este objetivo, a política ambiental brasileira pressupõe a inclusão de meios para que a sociedade incorpore, definitivamente, a nova conceituação de uso dos recursos naturais como condição básica para viabilizar o desenvolvimento econômico-social com a conservação do meio ambiente.

A Legislação brasileira destaca o Meio Ambiente, entre os temas referentes à Ordem Social, atribuindo ao poder público a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais, o controle das atividades que atingem o equilíbrio do meio ambiente e a quali-

dade de vida, a preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético do País, a proteção à fauna e à flora, a criação de reservas territoriais a serem especialmente protegidas, e a promoção da educação e a conscientização ambiental.

Por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Governo executa a política de Meio Ambiente e efetiva a participação das instituições Governamentais e Não Governamentais a nível nacional e regional, no sentido de transformar a perspectiva do Estado e a expectativa da Sociedade em relação ao meio ambiente. A integração da política do meio ambiente com as políticas de desenvolvimento global e setorial no Brasil, está refletida, também, na revisão dos instrumentos governamentais, que determinam, por meio de projetos públicos ou privados, o uso das florestas com a responsabilidade da manutenção da integridade da unidade rural, com a garantia de sustentação do ecossistema e das comunidades locais.

Dispositivos legais que regulamentam as Reservas Extrativistas (RESEX)

A criação de uma Reserva Extrativista é formalizada por meio de decreto assinado pelo Presidente da República. Este processo deve nascer da demanda da população extrativista e deve recair sobre uma área que apresente os três requisitos legais básicos: potencial extrativo, possibilidade de exploração auto-sustentável e presença de população tradicionalmente extrativista (conforme detalhado no roteiro para criação e legalização das Reservas Extrativistas).

Este processo de implementação das RESEX refere-se a um conjunto de iniciativas a serem desencadeadas pelo Poder Público, pela população destinatária e pela instituição criada para assegurar a efetiva participação da sociedade em todo o processo: as entidades representativas dos moradores (Associações).

A cada um destes atores, estão definidas competências específicas no processo de implantação, conforme detalhamento a seguir:

Ao IBAMA - cabe:

- a) a regularização fundiária;
- b) a elaboração do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso;
- c) a elaboração do Modelo de Autorização de Uso; e
- d) a fiscalização.

À população destinatária caberá:

- a) a constituição de entidades representativas de moradores; e
- b) a elaboração do Plano de Utilização e Plano de Desenvolvimento

Ao IBAMA, em conjunto com as entidades representativas e com o CNS:

- a) o cadastramento populacional; e
- b) o diagnóstico sócio-econômico.

Às entidades representativas de moradores:

- a) Assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso; e
- b) Outorga dos Títulos de Autorização de Uso aos moradores da reserva.

Diretrizes para a gestão das reservas extrativistas

Os recursos naturais, no contexto ambiental, não podem ser vistos sob a ótica do explorador, que deseja a apropriação de seus valores econômicos, e nem sob a ótica de preservacionista, que deseja sua intocabilidade, mas de forma que identifique as possíveis alterações e sejam tomadas as medidas necessárias, para que se mantenha o equilíbrio e seja

garantida a manutenção de recursos naturais renováveis em harmonia com o desenvolvimento econômico. Para isto, é necessário uma nova ordem nas regras gerais que determinam o princípio usual, de forma que a distribuição dos benefícios, de se explorar ou manter tais recursos, tenham uma distribuição equivalente, tanto para o homem que deles sobrevive, quanto para o cidadão urbano que indiretamente absorve o oxigênio exalado pelas florestas.

A importância da biodiversidade tropical, por sua vez, determina a perspectiva de uma nova ordem na condução dos mecanismos de gestão pública dos recursos florestais, para buscar o equilíbrio entre os valores patrimoniais e os valores de uso desses recursos. Para tanto, políticas e modelos de gestão passam por um processo de reflexão entre o homem e o uso desses recursos.

A gestão dos recursos naturais, sob a ótica do desenvolvimento sustentado pressupõe, necessariamente, uma ampla revisão dos métodos e procedimentos tradicionalmente utilizados no processo de planejamento e de administração destes recursos. A diagnose e a gestão atual do meio ambiente devem levar em conta os interesses e direitos das populações locais.

A experiência histórica tem mostrado que a grande maioria das iniciativas de uso e conservação, principalmente de florestas tropicais nativas, feitas a revelia das populações locais, enfrentou serios problemas e, frequentemente, fracassou. Como exemplo podemos citar as vastas áreas de manejo florestal na Malásia, os parques da África, as áreas verdes urbanas do Brasil e a ocupação recente da Amazônia. Por outro lado, a integração das populações locais na gestão dos recursos naturais tem se mostrado como um componente não apenas facilitador da gestão, mas, também, como uma estratégia para se distribuir seus benefícios de forma socialmente mais justa e, assim, contribuir para o desenvolvimento sustentado.

Quadro institucional para gestão das reservas: CNPT

O Decreto de criação das Reservas Extrativistas, diz que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA é o órgão governamental encarregado de sua implantação, consolidação e de responder pela sua gestão. O esforço necessário para levar a termo estas obrigações levou a que o IBAMA optasse pela institucionalização de uma unidade administrativa específica, responsável pela gestão das RESEX. Assim, em 1992, foi criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT.

Num conceito relativamente flexível, são consideradas Populações Tradicionais aquelas comunidades que, tradicional e culturalmente, têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais renováveis. Atribui-se uma certa flexibilidade ao conceito em virtude da grande diversidade de comunidades que podem e devem ser atendidas pelo Governo. São os quebradores de coco babaçu nos rebordos da Amazônia, são os pescadores e catadores de moluscos do litoral brasileiro, são os vaqueiros "Kalungas", estes compostos por negros fugidos da escravidão, e que há dois séculos mantêm seus quilombos no interior de Goiás, etc... A rigidez do conceito poderá levar à eliminação de alguns grupos humanos, tais como os "Kalungas" deste atendimento, o que seria eticamente indesejável.

A fragilidade destas populações perante nossa cultura é imensa. Nossos conceitos de propriedade, rentabilidade e eficiência econômica, associados às nossas ofertas de conforto já destruíram muitas destas culturas em todo o mundo, absorvendo os remanecentes como marginais em nossas grandes cidades, sem atentar para os conhecimentos acumulados que permitiram sua sobrevivência através dos anos e, até, dos séculos.

Na Declaração do Rio de Janeiro, tais conhecimentos foram, finalmente, valorizados no

Princípio nº 22, onde se enuncia: “As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais...”

Em sua continuação, o mesmo princípio nº 22 estabelece que “Os Estados devem reconhecer e apoiar, de forma apropriada, a identidade, a cultura e os interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável”.

A “Declaração do Rio de Janeiro”, acordada entre mais de 150 países, veio dar a sustentação que faltava aos programas de apoio às comunidades tradicionais. Mas veio, também, aumentar a responsabilidade daqueles que se dedicam à promoção destas populações, sejam participantes de organismos governamentais ou não.

Harmonizar o desenvolvimento das populações tradicionais com a preservação de sua identidade, cultura e interesses, perante a diversidade das características individuais de cada comunidade e perante a nossa sociedade, não se apresenta como tarefa simples. Ainda não foram desenvolvidas metodologias para tanto, e podemos expressar nossas dúvidas de que isso possa ser feito. Cada grupo é único e, portanto, “habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável”, como reza a Declaração, exige ações individualizadas e respeitosas para com seus usos, costumes e conhecimentos.

As comunidades tradicionais extrativistas contribuíram e/ou foram as principais responsáveis pela preservação e conservação de grande parte dos recursos naturais renováveis da nação brasileira, atualmente sob a responsabilidade direta do IBAMA. O reconhecimento desse fato, marca um referencial no conceito de gestão e administração das Unidades de Conservação de Uso Direto, na medida em que introduziu novos parâmetros àqueles estritamente ambientais.

A criação do CNPT, em fevereiro de 1992, foi antecedida por intensas discussões sobre as harmonizações necessárias para atingir o triplo objetivo: desenvolvimento, preservação cultural e conservação ambiental, evitando que tais objetivos fossem excludentes entre si. Tal discussão, concluiu que a livre determinação das evoluções das culturas pelas próprias comunidades é o limite ético da atuação do CNPT. Este limite é, além de ético, também científico, pois permite preservar ao máximo as culturas e os conhecimentos acumulados pelas populações objeto da atuação. Tal princípio não se limita ao CNPT, e deve nortear a atuação de qualquer organismo ou pessoa estranha às comunidades tradicionais, por melhores que possam ser suas próprias intenções.

O limite ético obrigou, em dezembro de 1991, a emitir mais um conceito de desenvolvimento sustentável particularizado para as populações tradicionais, com o seguinte teor:

“Conceitua-se desenvolvimento sustentável para as populações tradicionais o processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam, reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente, suporte das atividades econômicas destas populações, a fim de melhor atender as suas necessidades e aspirações, respeitando a livre determinação sobre a evolução de seus perfis culturais”.

Evidentemente, a promoção do desenvolvimento, como concebido, não é uma tarefa fácil e, muito menos, repetitiva como um processo industrial. Não poderia ser centralizado, nem burocratizado. Não poderia depender da disponibilidade do Governo, nem das limitações de seus recursos. A finalidade do CNPT, então, conforme definido em seu Regimento Interno, passou a considerar um marco de possibilidades, assim expresso:

“O CNPT tem por finalidade promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandados pelas populações tradicionais, através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos órgãos governamentais constituídos para este fim, ou, ainda, por meio de organizações não governamentais...”

O reconhecimento da complexidade da finalidade, somado ao reconhecimento da histórica ineficácia das organizações em fazer chegar aos beneficiários os recursos que a eles deveriam ser destinados, condicionou o CNPT a tomar uma forma *sui-generis* na administração pública brasileira. Assim, seu Regimento dá prioridade ao apoio e à promoção, deixando o fazer para os beneficiários, que decidem o que, o porquê, o quando, o onde, o como e o com quem. Cabe, assim, ao CNPT, avaliar os pleitos das populações e harmonizá-los aos recursos disponíveis, repassar esses recursos diretamente aos organismos representativos das populações beneficiárias, monitorar sua aplicação e avaliar os seus resultados.

Cabe, também, ao CNPT promover reuniões dos líderes e dirigentes destas populações com técnicos e consultores, organizar cursos de gestão e administração, etc., visando capacitá-los para a gestão de seu desenvolvimento sustentado, tal como preceitua o princípio nº 22 da Declaração do Rio. O objetivo destas ações é de médio prazo, assentando-se numa perspectiva futura de transformar as populações tradicionais em comunidades desenvolvidas e auto-suficientes, totalmente independentes dos subsídios ora oferecidos. Finalmente, cabe, ainda, ao CNPT organizar, estruturar e garantir o arcabouço jurídico-institucional necessário aos objetivos de cada uma das comunidades beneficiárias.

A organização *sui-generis* do CNPT envolve, por outro lado, também sua direção. Embora seja uma unidade subordinada diretamente à Direção do IBAMA, sua estrutura decisória prevê a existência de conselhos permanentes, formados por representantes das populações tradicionais, de organizações não governamentais e do próprio IBAMA, que decidem por voto unitário, e, inclusive, indicam o Chefe do CNPT com o “*ad referendum*” do Presidente do IBAMA.

Estrutura do CNPT

O CNPT tem uma estrutura funcional de co-gestão entre representantes das populações tradicionais, organizações não governamentais e órgãos do governo federal e estadual, organizada da seguinte forma:

- I - Órgãos Colegiados:
 - a) Conselho Consultivo
 - b) Conselhos Regionais
- I.1 - Órgãos Executivos:
 - a) Escritório central em Brasília
 - b) Representações Estaduais

O Conselho Consultivo tem por objetivo fiscalizar as ações e propor diretrizes e políticas para atuação do CNPT, e ainda referendar a indicação do chefe do Centro. É composto por 15 membros, dentre instituições não governamentais e representantes das populações extrativistas.

Os Conselhos Regionais acompanham as ações e as atividades do CNPT a nível regional. É composto pelo Representante do IBAMA na região, por um representante do Governo do Estado e por representantes dos demais organismos da sociedade civil envolvidos nos planos, programas e projetos regionais do Centro.

Os escritórios executivos têm a função de executar os planos, programas, projetos e ações do CNPT. São compostos por um “grupo interdisciplinar” formado por técnicos dos

Governos Estaduais, técnicos do IBAMA, além de técnicos indicados pelo Fórum das Organizações Não Governamentais.

Apesar do volume de trabalho, os Escritórios do CNPT, em Brasília, são compostos por equipes compactas. Tais dimensões foram estabelecidas logo após a criação do CNPT, com o objetivo de manter desburocratizadas as relações com as populações das reservas apoiadas pelo IBAMA.

A importância da organização comunitária

Não podemos falar da gestão das Reservas Extrativistas sem antes entender o processo de formação das organizações comunitárias, e, não poderemos entender a organização comunitária sem antes analisar o processo histórico de criação das Reservas.

Até o final da década de 80, a produção gomífera era a principal atividade econômica do extrativismo e a borracha o produto florestal mais importante para as áreas extrativistas. A organização de sua produção e comercialização ficou por décadas a cargo dos seringalistas (patrões) e a aceitação pelo mercado não exigia mobilização, nem imprimia modificações na estrutura dessa organização.

Com o passar do tempo e o aprofundamento da crise nos seringais, mais e mais funções foram sendo assumidas pelo seringueiro. Em algumas áreas da região (Acre, principalmente) seringais inteiros ganharam relativa autonomia e as atividades de produção e comercialização puderam ser assumidas pelos seringueiros, ainda que de forma precária. Pequenas cooperativas chegaram a surgir nessas áreas e essa população vinha ganhando níveis de organização que respondiam às exigências da auto-gestão desse processo de autonomia.

Desta forma, estava em curso um processo de organização lastreado na experiência e tradição do trabalho com a borracha, produto não perecível, de fácil transporte e com mercado garantido, o que em todos os aspectos minimizava as dificuldades de inserção de qualquer atividade produtiva na floresta.

Estando esse processo em curso, a borracha sofre uma queda de preços, rebaixados a ponto de dificultar a sustentação econômica da grande maioria das populações extrativistas da Amazônia. Além disso, foram relaxados os mecanismos de reserva de mercado, que também funcionavam há décadas, não havendo mais garantia para a comercialização do produto.

Outros fatores se somaram ao processo, principalmente a propriedade da terra e a conservação dos recursos naturais, que geraram os chamados “empates”, onde os Sindicatos cumpriram papel importante, e se constituíram no ponto de partida para a criação das Associações e Organizações hoje existentes.

É importante lembrar que segundo a legislação brasileira, dentro do processo de consolidação das Reservas Extrativistas, as Associações cumprem um papel fundamental, visto que cabe a elas receber a concessão real de uso das áreas.

Ressalte-se que as recentes transformações sociais, a própria gestão sócio-ambiental das Reservas, a elaboração e acompanhamento dos instrumentos de gestão, a existência de programas de desenvolvimento sustentável propostos para estas áreas e a tendência à diminuição crescente da participação do Estado na economia do País, fazendo com que prevaleçam as relações de mercado, exigem que estas organizações sofram transformações.

O problema destas mudanças é que ao extrativista não é assegurado nenhum prazo de carência para que se ajuste à nova realidade, que exige um sistema de organização e

administração mais eficaz e eficiente, e, especialmente na área econômica, busca alternativas de beneficiamento e mercado para o produto e diversifica sua atividade econômica.

Sem a borracha como principal produto de sustentação econômica, o processo de modernização terá que acontecer a partir de outras atividades. Nesse “novo” caminho rumo à modernização, a organização comunitária e gerencial tem na gestão do processo produtivo uma importante vertente para sua concretização. Em primeiro lugar, o elenco de atividades a serem fomentadas na sustentação ao processo de modernização deve ser o mais diversificado e o mais próximo possível das atuais condições para a auto-gestão nas Reservas.

Numa espécie de movimento de baixo para cima, o volume e a diversidade da produção que passarão a ter lugar nessas áreas demandarão a mobilização das comunidades locais no sentido da organização dessa produção e da sua comercialização. Como numa reação em cadeia, essa demanda leva à definição de estratégias para o abastecimento interno, numa realidade já em processo de mudança, o que também concorre para consecução de melhor nível de organização, de modo particular a gerencial.

Por outro lado, é imprescindível que o fortalecimento institucional se dê também pela via da capacitação profissional e objetiva, através de cooperação específica. O desenvolvimento de metodologia adequada nas áreas de planejamento estratégico, administração e organização comunitária junto às comunidades locais, suas lideranças e entidades representativas deve ser concretizado.

Estudos realizados por especialistas dentro do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, concluíram que alguns pré-requisitos básicos para a implantação de um plano de fortalecimento gerencial para as RESEX devem ser levados em conta, constituindo-se atualmente na prioridade de atuação das organizações locais e do CNPT:

- a) As organizações responsáveis pelo gerenciamento de cada RESEX, no horizonte de longo prazo, são as associações, compostas de todos os moradores da reserva e não incluir pessoas de fora das RESEX. Reconhece-se, entretanto, que poderão ser aproveitadas as entidades representativas existentes, independente de sua abrangência espacial, desde que se constituam subconjuntos específicos para operacionalizar a implementação das RESEX;
- b) Os empreendimentos econômicos e as entidades representativas de moradores que gerenciarem as reservas devem ter como meta a separação de suas atividades, entre o próprio gerenciamento das Reservas e as atividades econômicas, embora no estágio inicial de organização, possam estar organizadas de forma conjunta. As organizações econômicas podem, quando for conveniente, incluir pessoas fora das reservas;
- c) As entidades representativas de moradores e entidades econômicas devem estar estruturadas, desde o início, visando a sua auto-sustentabilidade.

Instrumentos gestão das RESEX

Os instrumentos de gestão adotados para a gestão das Reservas Extrativistas são:

- a. Plano de utilização
- b. Plano de Desenvolvimento

Estes instrumentos foram detalhados no roteiro para criação e legalização das Reservas Extrativistas.



A integração das populações locais na gestão dos recursos naturais tem se mostrado como uma estratégia para se distribuir seus benefícios de forma socialmente mais justa e, assim, contribuir para o desenvolvimento sustentado (Foto: Jeanine Levistre).

RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ

Manoel Lima Feitosa

Dados geográficos e ambientais

A Reserva Extrativista do Alto Juruá, foi criada pelo Decreto n° 98.863, de 23 de janeiro de 1990, com uma área aproximada de 506.186 ha e está localizada no extremo oeste do Estado do Acre e do Brasil entre 8° 40' e 9° 30' de latitude sul e 72° 00 e 73° 00 de longitude oeste, no município de Taumaturgo de Azevedo que dista aproximadamente 150 km, em linha reta, do município de Cruzeiro do Sul, fazendo fronteira ao sul com o Peru, e na mesma bacia hidrográfica com áreas indígenas. Sendo a oeste com a tribo Kampa do Rio Amõnea, ao norte com a tribo Jaminawa- Arara, ao sul com a tribo Kampa do Rio Breu e Kaximinaua e a leste com a tribo Kaximinaua, todas em território brasileiro.

O acesso à área da Reserva pode ser por via aérea, saindo de Cruzeiro do Sul até o município de Taumaturgo de Azevedo, ou de barco, também partindo de Cruzeiro do Sul, pelo rio Juruá, que poderá durar de três a quatro dias de barco comum, ou um dia de barco do tipo "voadeira".

A área da Reserva Extrativista do Alto Juruá está inserida em um bioma que apresenta, macro-ecologicamente, pelo menos quatro tipos de florestas tropicais de terra firme, jamais inundadas, sendo uma com cobertura vegetal densa e a outra aberta. Os outros dois tipos de florestas estão ligados à rede hidrográfica: a floresta tropical aluvial inundada periodicamente e a floresta tropical de terraços, além de outras formações menos expressivas.

A formação florestal das terras baixas é caracterizada por terrenos sedimentares da Formação Solimões, dissecadas por processos erosivos, que originaram relevo em que predominam colinas e cristais, com altitude variando entre 200 a 500 metros, sendo que na área são encontradas as fisionomias da floresta aberta dissecada de palmeiras e de bambu.

As famílias florestais características são: Sapotaceae, Annonaceae, Leguminosae, Lecythidaceae, Euphorbiaceae e Tiliaceae. Com mais de 50% de presença por hectare, foi registrada a ocorrência de abiorana-seca (*Pouteria laurifolia*), abiorana-vermelha (*Priurella priurii*), axixá (*Sterculia pruriens*), envira-preta (*Guateria poppigiana*), ingá-xixica (*Inga alba*), João-mole (*Pisonia tomentosa*), mapatirana (*Pouroma* sp), matamatá (*Eschweilera matamata*), morácea-chocolate (*Pseudolmedia multinervis*) e pau d'arco-amarelo (*Tabebuia serratifolia*); já o estrato arbustivo (sub-bosque), apresenta uma variação na densidade conforme a estrutura do estrato arbóreo, apresentando-se mais densa nas áreas de bambu e palmeira, ficando menos denso a medida em que o estrato superior se fecha.

A floresta tropical densa aparece distribuída em manchas na região central e leste cercada pela floresta tropical aberta, sendo a segunda formação mais importante em termos de ocorrência. A floresta tropical aluvial de planície periodicamente inundada tem ocorrência restrita ao longo dos rios Juruá e Tejo em faixa de largura variável. A floresta tropical aberta aluvial de terraço é a que possui menor expressão na área da Reserva pela distribuição restrita a duas manchas na altura da desembocadura do rio Tejo (IDEAS,1993).

Os ritmos ecológicos da região são muito marcados pelas chuvas que apresentam total anual acima dos 2.200 mm, sendo os meses de dezembro, janeiro e fevereiro o trimestre mais chuvoso e junho, julho e agosto o mais sêco. A umidade relativa do ar, média anual, está acima de 85%. As temperaturas médias também decrescem entre junho e agosto e as médias anuais são relativamente baixas em termos de amazônia, situando-se por todo

o ano abaixo de 25° C, com máxima absoluta de 38° C e mínima absoluta abaixo dos 8° C. A insolação média anual é ligeiramente inferior a 1.800 horas.

Segundo a classificação de Koppen, o tipo climático é AM. Levando-se em conta a classificação de Bagnouls e Gaussen a região é Subtermaxérica Branda, com menos de um mês biologicamente sêco ao ano (ISPN,1994).

A área é frequentada pela Massa de Ar Equatorial durante todo o ano, pelo ar tropical da Baixa Pressão do Chaco, principalmente no verão e, ocasionalmente no inverno, pela Massa Polar. Dessa circulação, resulta um clima tropical chuvoso com períodos curtos de temperatura amena.

O fator climático, expresso por temperaturas elevadas e altas precipitações, que ocorrem praticamente durante o ano todo nessa região, tem permitido que os solos sejam desenvolvidos sob a ação de intenso intemperismo e lixiviação, que originam solos de feições físicas e químicas peculiares, evidentemente em associações com o tipo de material geológico e o tempo (RADAMBRASIL, 1977).

A área da Reserva Extrativista do Alto Juruá está situada em domínio pedológico dos Podzólicos Vermelho-Amarelo que cobrem aproximadamente três quartos da área. O restante da cobertura pedológica é formada principalmente por Cambissolos eutróficos presentes sobretudo na bacia hidrográfica do Rio Tejo. Brunizens Vermelho Amarelo ocorrem em pequena proporção e foram mapeados como unidades secundárias de associações. Nos vales planos dos rios Juruá e Tejo ocorrem ainda solos hidromórficos, sendo os solos Gley Pouco Húmico eutróficos com argilas de atividade alta e textura argilosa a unidade a mais expressiva em termos de superfície (IDEAS, 1993).

Aspectos históricos

A ocupação do Acre, como de toda a região Amazônica, começou com a busca de produtos da floresta com valor de venda no estrangeiro.

No século XIX, a extração do látex começou a ser feita pelos índios no baixo Juruá e no Purus. Essa borracha era vendida para comerciantes de Manaus e Belém que viajavam nesses rios comprando também erva-doce, canela, banha de tartaruga, óleo de copaíba, cacau e salsaparrilha. A borracha era o principal produto.

Com a seca no Nordeste nos anos 1877 e 1880, milhares de trabalhadores rurais nordestinos, famintos e sem trabalho saíram em busca de uma vida melhor. Muitos deles decidiram tentar a vida nos seringais da Amazônia.

Com a falência de seringalistas e Companhias importadoras e exportadoras de Manaus e Belém, os antigos empregados e gerentes passaram a operar o comércio itinerante como patrões locais e alguns deles residindo na mesma área que antes trabalhavam. As importações de alimentos foram substituídas pela produção local de farinha e outros produtos. Os seringueiros passaram a formar famílias maiores, dedicando-se à caça, à pesca e à coleta de outros produtos da floresta. A venda desses produtos era feita através dos patrões locais, ou através de regatões.

Com a Segunda Guerra Mundial, surge no mercado a borracha sintética, substituindo parcialmente a borracha natural. Na Amazônia, entre 1943 e 1985, o governo federal passou a apoiar e a estimular diretamente a borracha dos seringais nativos e o preço passou a ser administrado.

Nessa mesma época, O Instituto de Colonização e Reforma Agrária validou os títulos de terras no Acre. Os bancos federais financiaram os seringalistas com taxas de juros subsi-

terras no Acre. Os bancos federais financiaram os seringalistas com taxas de juros subsidiados. Essa política não beneficiava os seringueiros, mas gerou uma reação do setor industrial contra toda a atividade extrativa.

Em 1985, quando a inflação atingiu os dois dígitos mensais, o governo abandona a política de sustentação dos preços reais da borracha natural. Os adiantamentos a longo prazo são suspensos. Os seringalistas daquela região passam a se interessar pela extração madeireira. Em 1986 foi criada uma expedição de cobrança de dívidas com o apoio de policiais, provocando revolta dos seringueiros e moradores do rio Tejo e do seringal Restauração, que de pronto realizaram uma manifestação, cujo resultado foi a saída dos policiais da área. Nesse mesmo ano e no ano seguinte os seringueiros ficaram muito apreensivos com as pesquisas sobre o potencial madeireiro e os contatos preliminares para a instalação de infra-estrutura. Esse foi o contexto imediato para o projeto de criação de uma Reserva Extrativista na área, idéia ventilada pela primeira vez em 1987, em reuniões sindicais no seringal Restauração, quando o Conselho Nacional dos Seringueiros havia incluído em seu calendário de atividades um encontro dos seringueiros na micro-região.

Em 1988, com o início da atuação do Conselho Nacional dos Seringueiros na micro-região do Alto Juruá é realizado um levantamento preliminar na bacia do rio Tejo e é elaborado o projeto para criação da primeira Reserva Extrativista do Brasil. A Procuradoria Geral da República, em 1989, solicitou à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) a qualificação ecológica da região e, em 23 de janeiro de 1990, o Governo Federal através de Decreto no 98.863, criou a Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Informações sócio-econômicas da reserva

A Reserva Extrativista do Alto Juruá, segundo levantamento cadastral realizado através de Convênio formalizado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ) e Conselho Nacional dos Seringueiros- Regional do Vale do Juruá, tem 865 casas com uma população de 5.821 pessoas, o que dá uma média de 6,73 pessoas por família, e um número de 325 colocações e 10 fazendas.

A maioria dos moradores residentes nasceu nos seringais, com um pequeno número, principalmente da margem do Rio Juruá, nascido em cidades. Esses moradores são em sua maioria nordestinos ou descendentes de migrantes nordestinos que chegaram naquela região durante o primeiro ciclo da borracha (1885-1912) ou durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A área que é atualmente a Reserva Extrativista foi habitada até a última década do século XIX por populações indígenas da família linguística Pano representada pelas tribos Kaximinawa, Jaminawa, Amoaca e outros.

A densidade demográfica é de 1,15 habitante por km². A área da Reserva compreende a maior parte do atual município de Taumaturgo de Azevedo e nela residem pelo menos 60% da população.

A população é composta de 54,6% de indivíduos do sexo masculino e de 45,4% do sexo feminino; cerca de 56% tem menos de 15 anos de idade; a população com idade escolar, faixa de 5 a 15 anos, corresponde a 37% ou seja 2.265 crianças.

As mulheres saem mais cedo de casa porque se casam frequentemente entre os 12 e 16 anos de idade. Os homens saem mais tardiamente, trabalhando para os pais até cerca dos 20 anos.

Dados do levantamento sócio-econômico (1991) indicam que 53% do território da Reserva é apropriado como área de extração e 47% como tampão entre uma colocação e outra ou são zonas interfluviais desabitadas. Áreas com habitantes permanentes são identificadas por pequenas clareiras abertas na mata para sede de residência ou para pequenos roçados ou pastos. O território da Reserva está dividido da seguinte forma: (1) áreas com forte intervenção humana; (2) áreas degradadas e com vegetação pioneira; (3) áreas de floresta com uso extrativo e de caça regular; e (4) zonas com intervenção humana muito baixa e irregular.

Verifica-se que a migração dentro da Reserva é muito baixa. As famílias residem nos mesmos seringais há mais de 20 anos e nas mesmas colocações há mais de 10 anos. As mudanças quando ocorrem, tem causas diversas, podendo ser por casamento, pressão sobre os recursos naturais ou à medida que aumenta o número de casas em uma mesma colocação ou pelo desejo de morar próximo de parentes, ou à busca de escola ou de apoio médico, ou ainda de maiores facilidades de transporte.

No setor de transporte tudo é feito por barco ou canoas. Não há estradas nem para animais de carga. A comunicação dentro da área é feita por trilhas que são mantidas pelos próprios moradores. Dos pontos mais distantes dentro da Reserva até a sede da Associação gasta-se até dois dias de viagem de canoa, sem contar os trechos que são feitos a pé.

No setor educacional há registro no levantamento sócio-econômico (1991) de que o analfabetismo é alto, chegando a 78% da população, sendo 96% de crianças de 7 a 10 anos, 78% de jovens de 10 a 14 anos e 71% de jovens de 14 a 19 anos. O analfabetismo é maior entre os homens do que entre as mulheres.

Ainda conforme o levantamento sócio-econômico (1991), foram identificadas 19 escolas na área da Reserva e levantou-se que no ináximo 1/3 da população infantil das 2.265 crianças, na faixa de 5 a 15 anos, tenha acesso físico a escolas em um raio de até duas horas de caminhada das suas residências. Essas escolas são públicas, com professores pagos pela Secretaria de Educação do Estado do Acre, ou pela Secretaria de Educação do Município. Uma parte das escolas está inativa, por falta de professor.

No setor de saúde, a população vive sem qualquer infra-estrutura sanitária. Os serviços de saúde pública são incompletos e raros. Existe registro de que entre os anos de 1981 a 1990 a SUCAM fez uma visita somente à área, rio Tejo, para prevenção de malária, embora essas visitas devessem ser feitas anualmente. Até 1991, os seringueiros compravam remédios de patrões e marreteiros, ou se tratavam com rezadores ou com medicina caseira.

Em 1991, a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá formalizou um Convênio com a Health Unlimited (Saúde sem limite) objetivando a realização de assistência na área de saúde. Foram construídos doze postos para atendimento, foram treinados e são supervisionados doze agentes de saúde, foram produzidos dois manuais e foi iniciado um programa de vacinação regular. Para a realização desse trabalho existe um barco equipado e uma equipe permanente que inclui médico e dentista.

No diagnóstico preparado por Health Unlimited (Saúde sem Limite) segundo o Relatório sócio-econômico, são feitas as seguintes observações:

“A febre amarela não é um problema sério como em outras áreas do leste, mas são comuns as variedades vivax e falciparum de malária. A hepatite é um problema importante; a variedade letal delta foi recentemente detectada na região. Além disso, o Vale do Juruá tem um dos mais altos índices de lepra do mundo (quase 20 casos por 1.000 habitantes). O tétano néo-natal é uma das principais causas de mortalidade infantil, e epidemias de

sarampo e gripe causam mortes frequentes na população jovem. (...) A maior taxa de morbidez resulta de problemas de origem ambiental, tais como a infestação de parasitas intestinais e doenças da pele. Queixas de diarreias resultante da contaminação de fontes de água são extremamente comuns, e a iminência de contaminação pela epidemia de cólera proveniente do Peru e presente ao norte da Amazônia brasileira é uma fonte constante de preocupação. (...)” (Health Unlimited, 1992)

Gestão e organização social da reserva

A Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativistas do Alto Juruá, sociedade legalmente estabelecida com estatuto e diretoria regularmente eleita, fundada em 1988, e atualmente com 371 associados, é a gestora da área. Para isso em 1992, em assembleia, foram criadas comissões por rios, visando estimular a organização em nível local; foi conseguida a participação significativa dos moradores de algumas áreas, Rio Tejo, Rio Bagé e Boca do Rio Tejo; em outras áreas, afluente ou curso principal do Rio Juruá, a participação é baixa ou nula.

A sede da Associação na Boca do Tejo conta com uma infra estrutura composta por armazém com 300 m², hospedaria/alojamento com 450 m², loja, sala de reuniões e escritório; gerador de energia elétrica; placa solar e bateria para alimentar o rádio-transmissor. Possui também, 3 barcos do tipo baleeiras de 3 a 6 toneladas equipadas com motores a diesel de 18 hp. No interior da reserva há uma rede de 7 armazéns medindo de 40 a 70 m², equipados com balanças e máquinas calculadoras. Há uma frota de 11 canoas com capacidade para 500 kg de carga cada uma, equipadas com motores a diesel de 5hp atendendo as áreas interiores da Reserva. A Associação dispõe ainda de um conjunto de calandras, prensas metálicas para a produção de borracha do tipo folha fumada ou clara e de um armazém em Cruzeiro do Sul que foi cedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e que atualmente está em uso por várias Associações. Existem instalados e em pleno funcionamento três rádios transmissores-receptores, sendo um na Boca do Tejo, um na Restauração e um no Breu, alimentados por energia solar, que se comunicam diariamente com a sede do Conselho Nacional dos Seringueiros-Regional do Vale do Juruá, em Cruzeiro do Sul, e se constituem no apoio essencial às atividades comerciais a aos serviços de saúde e educação.

As famílias que habitam a área da Reserva ocupam-se das atividades de extração de látex, agricultura, atividades de caça e pesca e atividades artesanais e de serviços. Em torno de 65% dessas famílias exploram a seringueira e acima de 90% possuem roçados com mandioca, milho e outros produtos.

A divisão do trabalho na família é feita por sexo, os homens cuidam das atividades da extração da borracha, da caça e da pesca e as mulheres do trabalho doméstico e do quintal. No trabalho agrícola a participação é de ambos os sexos.

No caso da propriedade, tanto as mulheres como as crianças, podem ser proprietários de bens no interior da casa ou seringal. Os direitos na divisão dos investimentos são considerados.

O seringueiro, normalmente, trabalha 267 dias por ano, sendo 150 dias empregados no corte de estradas de seringa e 117 em preparo de roçados e preparo da farinha. Nas famílias que possuem 1,2 adultos trabalhando nesse padrão retiram de 1200 a 1800 kg de farinha e de 960 a 1200 kg de borracha por ano. A renda auferida na comercialização desses produtos, é utilizada pelo chefe de família nas aquisições de produtos básicos como: sal, sabão, munição para caça, combustíveis para o motor de transporte e da casa de farinha; instrumentos de trabalho e de caça e pesca como: machados, terçados, facas, lâminas de

cutar seringa, espingarda de caça, motores para fazer farinha, tarrafas de nylon para pesca; bens de consumo pessoal como: tecidos, redes de dormir e miudezas.

Plano de utilização

É importante salientar que a partir do ato da desapropriação a área torna-se propriedade da União, e o usufruto é cedido às populações locais extrativistas, através de suas Associações, evitando-se assim, a fragmentação do território. A condição para efetivar a cessão de uso é a aprovação do plano de utilização

Atualmente, a Reserva Extrativista do Alto Juruá, possui uma proposta, da comunidade, sobre a utilização da área.

A Associação, reponsável pela administração dos recursos naturais da Reserva, detêm o direito de fiscalizar a conservação das trilhas de seringa, do estoque de palmeiras e outros conforme o "Plano de Utilização" anteriormente aprovado em Assembléia. Compete ainda a Associação, com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros, planejar e executar as estratégias de desenvolvimento com conservação e fortalecimento associativo, por meio de equipamentos, infra-estrutura e contratação de pessoal técnico.

Iniciativas em curso

Várias iniciativas estão em andamento para a consolidação da Reserva Extrativista do Alto Juruá. A principal, é a sua inclusão no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (Projeto Reservas Extrativistas) que tem por objetivo geral testar modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais, através de:

- i) fortalecimento da organização produtiva e comunitária;
- ii) desenvolvimento de tecnologias para a produção de subsistência e produtos destinados ao mercado;
- iii) desenvolvimento de infra-estrutura econômica e social;
- iv) manutenção dos estoques de recursos naturais; e
- v) conservação da biodiversidade.

Outras iniciativas em curso:

Apoio à organização comunitária

Organizar a comunidade extrativista sempre foi um desafio, pois o isolamento do homem na floresta e a falta de maior comunicação com os centros urbanos, são fatores que caracterizam o extrativista amazônida.

A participação das comunidades nas decisões de políticas governamentais nasceu nos anos 70 e vem crescendo a cada dia. O sucesso da viabilidade, no caso específico das Reservas Extrativista, dependerá dessa organização pois a criação dessas áreas pressupõe a co-gestão entre o governo e a sociedade civil organizada.

Treinamento para melhoria da qualidade da borracha

Objetivando o aumento da renda do seringueiro, vários treinamentos estão sendo realizados para a melhoria da qualidade da borracha. Estes treinamentos visam a introdução de tecnologia para produção de Placa Bruta Defumada (PBD) em substituição ao sistema tradicional de produção de bolas ou pelas.

Treinamentos para fiscais colaboradores

Por ser a Reserva Extrativista área de conservação de uso direto, ou seja que tem a comunidade envolvida na sua gestão, estão sendo realizados treinamentos sobre os aspectos

técnicos, legais e administrativos de fiscalização dessa área. Tal procedimento, tem amparo na Legislação Ambiental Brasileira, conforme a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 003, de 16 de março de 1988.

Apoio ao aproveitamento das áreas de capoeira

Nas áreas de floresta modificada pela ação do homem, algumas ações estão sendo adotadas. Uma delas é a formalização de um acordo entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ), objetivando o aproveitamento dessas áreas de capoeira através da formação de pomares demonstrativos.

Apoio ao Projeto de Pesquisa

Recentemente foi formalizado um Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Universidade de São Paulo (USP), objetivando o desenvolvimento de estudos, pesquisas, troca de informações e assessoria mútua na execução de atividades necessárias à consolidação da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Os trabalhos de pesquisa que estão sendo realizado tem o apoio financeiro da Fundação John D. e Catherine T. MacArthur.

Principais problemas

Os problemas existentes na Reserva, em sua maioria estão ligados ao setor de saúde e à educação.

No setor saúde, embora exista um acordo formalizado, que tem previsão de financiamento até 1997, com a Health Unlimited (Saúde sem Limites) para o desenvolvimento de uma série de ações na área, carece que os serviços oficiais de saúde pública sejam reativados como forma preventiva e até curativa às doenças mais comuns nessa área como a febre amarela, malária, hepatite, verminose e lepra.

No setor educacional, os problemas começam no planejamento escolar, pois não existe um calendário adequado à sazonalidade das atividades produtivas, particularmente não coincidente com os períodos de pico das tarefas de implantação de roçados (agosto e setembro) e preparo quinzenal de farinha. Além desse problema, falta equipamentos básicos como: carteiras, lousas, filtros para água, sanitários; material didático como: livros, cadernos e lápis.

Os professores, em sua totalidade do sexo feminino, são jovens e com formação elementar. Falta supervisão na área da Reserva. Faltam mais escolas e professores em locais do interior da reserva para atender a mais ou menos 1500 crianças que estão fora do raio de atendimento dessas escolas.

No setor primário, falta uma política de crédito e incentivo para melhoria e aumento da produção de borracha natural dos seringais nativos, bem como o incentivo ao desenvolvimento de outras atividades extrativas.

Informações sócio-econômicos adicionais

Produção, preço, e renda média bruta anual

Resex Alto Juruá	Produção	Preço	Renda bruta	
	KG	US\$	US\$	Participação %
Mandioca	2.761.080	0,03	82.832,40	7,78
Milho	2.422.000	0,12	290.640,00	27,29
Tabaco	27.853	0,38	10.584,14	0,99
Borracha	365.722	0,60	219.433,20	20,60
Aves	6.660	2,00	13.321,00	1,25
Suínos	2.422	14,00*	33.908,00	3,18
Bovinos	2.422	28,00*	67.816,00	6,37
Caça e Pesca	753.242	0,46	341.491,32	32,53
TOTAL			1.065.026,06	100

* preço por arroba

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - ECOTEC: Estudo de Pré-investimento de Projeto RESEX, 1994.

Produção, preço, e renda média bruta anual familiar

Resex Alto Juruá	Produção	Preço	Renda bruta	
	KG	US\$	US\$	Participação %
Mandioca	4.560	0,03	136,80	7,78
Milho	4.000	0,12	480,00	27,29
Tabaco	46	0,38	17,40	0,99
Borracha	604	0,60	362,40	20,60
Aves	11	2,00	22,00	1,25
Suínos	4	14,00*	56,00	3,18
Bovinos	4	28,00*	112,00	6,37
Caça e Pesca	1.244	0,46	572,24	32,53
TOTAL			1.758,92	100

* preço por arroba

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - ECOTEC: Estudo de Pré-investimento de Projeto RESEX, 1994.

Domicílios e população por zona - RESEX alto juruá						
Estabelecimentos	Margem	%	Interior	%	Total	%
Grupos Domésticos	222	26	632	74	854	10
Localidades	37	12	278	88	315	10
Fazendas	9	90	1	10	10	10
População	1.482	28	2.832	72	5.314	10

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - Almeida, Mauro/ Levantamento Sócio-econômico Projeto RESEX, 1994.

Sexo de chefes do grupo doméstico - RESEX alto juruá		
Sexo do chefe	Número	%
Masculino	785	94,9
Feminino	42	5,1
Sem Informação	30	—
TOTAL	857	100,0

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - Almeida, Mauro/ Levantamento Sócio-econômico Projeto RESEX, 1994.

Idade dos chefes do grupo doméstico - RESEX alto juruá (1991)			
Grupos de idade	Número	%	% acumulada
Menos de 30 anos	246	31,1	31,1
30-40 anos	241	30,5	61,6
41-50 anos	135	17,1	78,6
51-65 anos	122	15,4	94,1
Mais de 65 anos	47	5,9	100,0
Sem informação	66		
TOTAL	857	100,0	

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT Almeida, Mauro/ Levantamento Sócio-econômico Projeto RESEX - 1994

Condição civil dos chefes do grupo doméstico - RESEX alto juruá (1991)			
Condição civil	Número	%	% acumulada
Casamento Religioso	514	65,6	65,6
Casamento Civil	10	1,3	66,9
Junto/consensual	177	22,6	89,5
Civil e Religiosi	11	1,4	90,9
Viúvo/Seperado	56	7,1	98,0
Solteiro	15	1,9	100,0
Sem Informação	74	8,6	
TOTAL	857	100,0	

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - Almeida, Mauro/Levantamento Sócio-econômico Projeto RESEX, 1994.

Grupos domésticos por número de filhos - RESEX alto juruá		
Número de filhos	Grupos domésticos	%
Sem Informação	107	—
01 Filho	60	8,0
02 Filhos	68	9,1
03 Filhos	64	8,5
04 Filhos	64	8,5
05 Filhos	74	9,9
06 Filhos	76	10,1
07 Filhos	78	10,4
08 Filhos	61	8,1
09 Filhos	67	8,9
10 Filhos	42	5,6
11 Filhos	41	5,5
12 Filhos	17	2,3
13 Filhos	20	2,7
14 Filhos	5	0,7
15 Filhos	4	0,5
16 Filhos	4	0,5
17 Filhos	3	0,4
19 Filhos	1	0,1
22 Filhos	1	0,1
TOTAL	857	100,0

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - Almeida, Mauro/ Levantamento Sócio-econômico Projeto RESEX, 1994.

Taxas de analfabetismo for região e faixa de idade - RESEX alto juruá (1991)					
%	Tejo/Margem	Tejo/Centro	Juruá/Margem	Juruá/Centros	Reserva
05-09 anos	94,4	98,5	93,3	98,6	97,0
10-14 anos	87,6	88,9	76,5	87,6	84,5
Mais de 14 anos	78,2	81,2	62,8	75,5	74,8
Total (+5)	83,1	85,6	72,1	81,8	80,7

Fonte: Almeida, Mauro/Levantamento Sócio-econômico da Reserva alto Juruá, 1991.

Analfabetismo para o país (Total e Rural), Em milhões (1985)			
Regiões	Alfabetizados	Analfabetos	Total
Brasil (milhões)	69,7	32,7	102,4
%	68%	32%	100
Rural (milhões)	15,3	17,0	32,3
%	47,4%	52,6%	100

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil - 1986, Cap. 12,2 (p. 162).

Frequência à escola da população entre 7 e 14 anos de idade - RESEX alto juruá					
	(1) 7-14 anos	%	(2) Total	%	(1) / (2) (%)
Frequência escola	392	31,2	497	9,3	78,9
Não Frequência	864	68,8	2.734	84,6	31,6
Sub-total	1.256	100	3.231*	100	
Total	1.256		5.317		23,6

Nota: Pessoas com 07 anos ou mais, incluindo sem resposta.

Fonte: Almeida Mauro, Levantamento sócio-econômico da reserva do Alto Juruá, Pesquisa, 1991.



A área que é actualmente a Reserva Extrativista do Alto Juruá foi habitada até a última década do século XIX por populações indígenas da família linguística Pano (*Foto: Julio Ruiz Murrieta*).

RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

Manoel Lima Feitosa

Dados geográficos e ambientais

A Reserva Extrativista Chico Mendes foi criada através do Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990, e está compreendida entre os paralelos 10°05'41'S e os meridianos 67°56'10'WGR e 69°48'22'WGR, se localiza no Estado do Acre dentro dos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco, conforme a antiga divisão política do Estado, com uma área de 970.570 hectares. Valendo registrar que a área foi demarcada pelo Exército, via Centro de Cartografia Automatizada (CCAUEX), através de um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

O acesso à Reserva Chico Mendes pode ser feito por via rodoviária até o extremo Sudoeste, Assis Brasil, pela estrada BR-317, exceto no período chuvoso, quando o acesso se restringe somente até o extremo Sudeste, Brasiléia. Essa rodovia - BR 317 - praticamente, contorna a área da Reserva em seu lado Este-Sul com regular trafegabilidade durante todos os meses do ano, somente, até Brasiléia.

Por via fluvial, é possível adentrar à área da Reserva pelo Rio Xapuri e afluentes, exceto no período de seca, quando praticamente, não é possível a navegação devido ao baixo nível de água e à formação de enormes bancos de areia. Outro acesso viável é pela parte mais oriental da Reserva, município de Sena Madureira, pelo Rio Iaco e Rio Macauã e seus afluentes. Por via aérea, é possível se chegar a todas as Cidades no entorno da Reserva, que possuam campo de pouso. O melhor é o Aeroporto Internacional de Rio Branco.

A área da Reserva Chico Mendes encontra-se inserida em um bioma de floresta tropical aberta, com ocorrência de 3 (três) tipos de sub-bosques diferenciados: floresta tropical aberta com bambú, floresta tropical aberta com palmeiras, floresta tropical aberta com cipó e algumas áreas de floresta tropical densa. O clima é quente e muito úmido com uma temperatura média anual em torno de 26° C. O período mais quente ocorre nos meses de setembro, outubro e novembro com médias máximas de 38o C, e o período mais frio em junho, julho e agosto com médias mínimas de 20° C. A precipitação média anual está em torno de 2.200 mm. A maior precipitação ocorre durante os meses de janeiro, fevereiro e março que atingem um somatório de até 800 mm. O período mais seco é registrado nos meses de junho, julho e agosto com média acumulada de até 150 mm.

O relevo da área, segundo a classificação do RADAMBRASIL, é do tipo planalto rebaixado da Amazônia ocidental e depressão Rio Acre e Rio Javari, caracterizada por uma plataforma regular sem nenhuma formação rochosa como montanhas e/ou serras. A altitude varia de 100 a 200 m.

De modo geral os solos do Acre são predominantemente de alta fertilidade com boa capacidade de troca catiônica, existindo porém manchas de solos pobres que produzem bem no primeiro ano, em função dos nutrientes acumulados pelas cinzas das queimadas, mas que se esgotam rapidamente devido ao baixo nível tecnológico utilizado em seu uso, pois permitem o carreamento e a lixiviação decorrente da alta precipitação pluviométrica. Esses tipos de solo ocorrem, principalmente, em algumas áreas do vale do Acre.

Segundo o RADAMBRASIL os principais tipos de solos que ocorrem no Estado do Acre são:

- Podzólico Vermelho Amarelo Eutrófico
- Podzólico Vermelho Amarelo Álico

- Cambissolo Eutrófico
- Cambissolo Distrófico
- Hidromórfico Gleyzado Distrófico
- Hidromórfico Gleyzado Eutrófico
- Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico

Aspectos históricos

A proposta de Reserva Extrativista, segundo o Conselho Nacional dos Seringueiros, nasceu originalmente da luta pela identidade dos seringueiros, povos que viveram explorados secularmente pelos patrões da borracha nativa na Amazônia. O processo se iniciou em Xapuri, no Estado do Acre, onde Chico Mendes se destacou como liderança, através do Sindicato de Trabalhadores Rurais que era um fato novo na vida do seringueiro e que, canalizando o confronto direto com os pecuaristas ganhou espaço em 1985 no I Encontro Nacional dos Seringueiros realizado em Brasília, Distrito Federal, com a participação de 130 seringueiros do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará.

O movimento ganha forma, a partir da experiência vivida pelos seringueiros que se contrapõem ao modelo de desenvolvimento definido pelo Governo Federal, nos anos 70, para aquela região. O Programa do Governo Federal, idealizado de cima para baixo, objetivava a implantação de projetos agroflorestais, de mineração, madeiros e agropecuários cujos resultados geraram violentos conflitos, mortes, grande concentração fundiária, êxodo das populações tradicionais e devastação da região.

As formas de resistência, de luta pela terra no Acre, adquirem um sentido amplo com vários elementos de difícil separação:

- *O ecológico*: sem a floresta não há extrativismo e sem este extrativismo a terra não interessa para os seringueiros;
- *O econômico*: permanecer na terra é garantir a sobrevivência e;
- *O sócio-cultural*: pois resistir também vai significar o direito de ser extrativista.

As especificidades dessa luta são muitas e merecem reflexão, uma delas diz respeito à questão agrária e fundiária que se impõe. Os seringueiros já habitavam na floresta tirando dela sua sustentação. Nos anos 70 estavam num processo de mudanças profundas na sua forma de vida, aceleradas pela crise da borracha nativa; muitos seringais foram vendidos para empresários do sul do Brasil que transformaram a floresta em área de pastagem, acabando com o meio de vida dos seringueiros e castanheiros.

Os seringueiros e castanheiros passaram a resistir a essas mudanças e expulsão, unindo-se em Sindicatos Rurais e organizando os chamados 'empates' (forma de luta organizada e pacífica para impedir as derrubadas).

Assim, estava iniciado um dos processos de conquista de autonomia dos seringueiros da região do Vale do Acre, que abrange os Municípios de Xapuri, Brasília, Rio Branco, Assis Brasil e parte de Sena Madureira. Esse dado é fundamental para se estabelecer comparações com outras formas de luta e resistência pela posse da terra no País e talvez definidor de uma proposta de Reforma Agrária para aquela região.

A permanência na floresta, exigia um modelo de ocupação que respeitasse a distribuição natural das espécies e que permitisse ao extrativista, viver com a herança cultural da qual ele faz parte. Com essa proposta, foram criados os Projetos de Assentamento Extrativista (PAE's) através da Portaria INCRA/P/No 627, de 30 de julho de 1987. Esse modelo, atendia aos anseios das populações extrativistas no tocante a sua distribuição espacial mas, devido às suas características de reforma agrária, necessitava de tempo para a sua regulamentação. Comparadas as vantagens e desvantagens desse modelo, optou-se pelo novo

modelo 'Reserva Extrativista' baseada nos componentes homem e natureza a fim de que ambos sejam conservados.

Nesse modelo 'Reserva Extrativista' as terras pertencem à União, mas com o usufruto dos que nela trabalham ou habitam.

Em 1990, os resultados da luta pela terra são atingidos. O Conselho Nacional dos Seringueiros consegue o espaço para o reconhecimento legal do Governo Federal, de que a área proposta para Reserva possuía interesse social, e, pelo Decreto de no 99.144, de 12 de março de 1990, é criada a Reserva Extrativista Chico Mendes.

Informações sócio-econômicas

a) População

A Reserva Extrativista Chico Mendes tem uma população de 1.838 famílias, totalizando 12.017 habitantes, formadas em sua maioria de jovens, com idade entre 9 e 17 anos. A densidade demográfica é de 1,2 habitantes por km². A organização familiar é importante e determinante para a divisão social do trabalho. É verificado que o número de casados é superior ao de solteiros e viúvos. O número médio de pessoas por família está em torno de sete e o sexo feminino prevalece sobre o masculino. O seringueiro, tradicionalmente, procura reunir sua família.

Ocorre um processo migratório natural dentro da área da Reserva. Muitas famílias se deslocam de um seringal para outro a procura de melhores condições de vida. Os fatores que levam a esta migração é a baixa produtividade das seringueiras, escassez de caça, conflitos com vizinhos, familiares, fazendeiros e marreteiros, morte de um familiar e/ou a mudança de um membro da família para outro seringal.

A migração ocorre, também no sentido inverso, da cidade para a Reserva, quando as condições desejadas não são encontradas, como por exemplo, o emprego, a escola para os filhos, a moradia, etc. Existe ainda outros indicativos de migração que se somam ao citado: Seringueiros brasileiros que moram na fronteira da Bolívia e voltam ao Brasil pelas causas mais variadas possíveis, que vão desde a desilusão com o preço da borracha até a exploração pelo marreteiro ou patrão, além da discriminação por serem estrangeiros.

A concentração da população na área ocorre em função das condições geográficas. O seringueiro que mora próximo de rios, estradas, vilarejo ou município possui facilidade de escoamento da produção e de locomoção; na maioria das vezes estuda. O seringueiro que mora há alguns dias de viagem, na área mais central, quase nunca vai à cidade, e depende exclusivamente do marreteiro e sem dúvida, sua forma de vida é inferior.

b) Produção

Na área da Reserva existem 1.144 colocações em atividade e 39 inativas. Cada colocação tem em média 672 hectares e cada estrada de seringa tem mais ou menos 100 hectares com um número de 100 a 150 seringueiras, produzindo anualmente em torno de 2,1 mil toneladas. Nessas áreas, com exceção de poucas, a ocorrência da castanheira (*Bertolletia excelsa*), segundo produto de importância da unidade produtiva (colocação), tem uma concentração média de até 257 árvores, das quais mais de 50% em plena produção, com uma média anual de 0,94 latas/castanheira, totalizando 340 mil latas, ou seja 3740 toneladas. Essa produção é considerada baixa, devido à forma rudimentar de coleta, armazenamento e transporte.

Em termos de participação na renda média líquida do extrativista (produtos comercializados) a borracha participa com 44,7%, a castanha 24,6%, os alimentos 21,0%, a criação

Reservas Extrativistas

de pequenos animais 8,5% e os demais produtos extrativos como frutas, óleos, resinas e palmitos com 1,2% (CNS,1992).

Em comparação com as outras Reservas a produção média por família é uma das mais altas, 714 kg de borracha e 113 latas de castanha por ano.

As colocações, estão num processo de abandono. Fato observado pela não construção de novas benfeitorias, reparos nas casas, cercas, casas de farinha, paióis, etc.

As atividades desenvolvidas com o corte da seringa e a coleta da castanha, são responsáveis pela manutenção do seringueiro e pela integração dessa população ao mercado nacional e internacional. Essas atividades, também desenvolvidas pelas mulheres, são de responsabilidade dos homens.

As principais atividades na área da reserva são o extrativismo que contribui com 62% da receita, a agricultura que contribui com 29% da receita e a agropecuária com apenas 9%. Na Reserva Chico Mendes o extrativismo atinge um índice de 70% quando comparado com as outras reservas. A extração da borracha absorve em torno de 17% do total da mão-de-obra da colocação. Desse total, 88% das operações são desenvolvidas pela mão-de-obra masculina, ficando a participação da mulher em torno de 12%.

A criação de animais desempenha um papel de 'reserva de recursos' para casos de emergência, como doenças ou escassez da caça. Essa atividade, que na amostra geral da área contribui com 9% da receita, tem nos bovinos a maior contribuição (4,2%) seguido de suínos (3,0%) e aves (1,8%). O sistema de criação usado é o extensivo, onde os animais compartilham do mesmo habitat com o homem, principalmente as aves e suínos. Os bovinos, que normalmente ocupam uma área média de 2,6ha de pasto, possuem, a pesar de raros, currais e abrigos

A agricultura é praticada de forma itinerante e, basicamente, de subsistência: arroz, milho, feijão e mandioca, com a utilização da mesma área por um período máximo de 4 anos.

A comercialização e o abastecimento são problemáticos na Reserva devido às distâncias e às condições de acesso até as colocações pois, basicamente, só existem os rios como vias de acesso. O principal fornecedor de mercadorias ao seringueiro é o marreteiro. A produção, de maneira geral, é vendida a vista, podendo ser a dinheiro ou pelo sistema de troca por produtos de primeira necessidade.

c) Moradia

As benfeitorias como casa de farinha, engenhoca, prensa, galinheiros, pequenos cercados e chiqueiros para porcos, são encontrados nas colocações que possuem melhores condições de vida.

A residência do seringueiro é geralmente construída de ripas de paxiúba (*Iriartea* sp), paredes e assoalhos, coberta de cavacos de madeira ou palha de diversas palmeiras. O número de cômodos depende do tamanho da família, em geral possuem três divisões (quarto, sala e cozinha), com variação muito grande de tamanho, com área de vinte e/ou até mais de cem metros quadrados.

Os espaços e limites de uma colocação são sempre naturais, marcados por rios, igarapés, estradas de seringa ou castanheiras e dificilmente são encontradas cercas ou marcos de divisão. As cercas existem em número reduzido e, somente para proteção dos animais domésticos. Os caminhos ou varadouros pertencem a todos, mesmo que o traçado deste seja no quintal de uma casa e geralmente são limpos e conservados em mutirão.

d) Educação

Na Reserva Chico Mendes, existem 86 escolas para atendimento das famílias dos serin-

gueiros. Desse total, 11 escolas com 16 professores e 319 alunos matriculados, estão financiadas pelo Projeto Seringueiro, destinado a orientar o aprofundamento do estudo de leitura, escrita e conhecimentos gerais trabalhados na alfabetização. O governo do Estado, através da Secretaria de Educação, mantém um Acordo com o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), onde parte dos professores são remunerados por esse acordo e parte são mantidos pelas comunidades.

e) Saúde

A assistência à 'saúde' existente na área, é desenvolvida pelos próprios seringueiros que são treinados para serem os agentes de saúde nas colocações em que residem, desenvolvendo um trabalho tanto de prevenção, orientação/educativo como atendimento de primeiros socorros, vacinação e aplicação de soros. Esta filosofia de trabalho é do Projeto Seringueiro.

Gestão e organização social

Os seringueiros conheceram a organização no sentido político, somente, a partir do surgimento dos sindicatos na região do vale do Acre-Purus na década de 70. Antes dos sindicatos, não havia entidade que aglutinasse as reivindicações dessa população de extrativistas.

A vida nos seringais era marcada pelo isolamento e pela produção individual. Foi a luta pela terra, nos anos 70, que marcou profundamente a vida política dos seringueiros e lhes deu uma identidade e direitos que hoje se revertem em seu benefício.

Atualmente, os seringueiros possuem, nas diversas formas de organização, um dos elementos básicos para a administração e funcionamento das Reservas. O nível de participação em atividades sociais e políticas se acentua rapidamente. Participam de sindicatos, cooperativas, associações, partidos políticos, comunidades eclesiais de base e centros comunitários. A maior participação é do homem, mesmo em atividades religiosas como comunidades eclesiais de base e centros comunitários.

Para o Conselho Nacional dos Seringueiros e para o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), a organização dentro da Reserva é prioridade. Pois, é através das formas de participação coletiva e democrática que os seringueiros poderão se tornar conscientes e responsáveis pelo desenvolvimento de suas potencialidades. A organização é a forma adequada para o estabelecimento de meios de maior participação e envolvimento das comunidades e para se chegar a propostas alternativas para a viabilização de suas aspirações.

Plano de utilização

A Reserva Extrativista Chico Mendes, está definindo o seu plano de utilização. A proposta que foi apresentada pela Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá ao IBAMA, segundo o Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, já foi objeto de discussão junto à população da Reserva Chico Mendes, mas considerando que as Associações não estão Juridicamente estabelecidas, este processo deverá ser estendido até o final de 1995.

Iniciativas em curso

Várias iniciativas estão em andamento para a consolidação da Reserva Extrativista Chico Mendes. A principal, é a sua inclusão no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (Projeto Reservas Extrativistas) com o objetivo geral de testar modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais, através de:

Reservas Extrativistas

- i) fortalecimento da organização produtiva e comunitária;
- ii) desenvolvimento de tecnologias para a produção de subsistência e produtos destinados ao mercado;
- iii) desenvolvimento de infra-estrutura econômica e social;
- iv) manutenção dos estoques de recursos naturais; e
- v) conservação da biodiversidade.

Outras iniciativas em curso são:

— Apoio a organização comunitária

Organizar essa comunidade sempre foi um desafio, pois o isolamento do homem na floresta, é a principal característica do extrativismo. A participação das comunidades nas decisões de políticas governamentais nasceu nos anos 70 e vem crescendo a cada dia. O sucesso de viabilidade, no caso específico das Reservas Extrativista, dependerá dessa organização pois a criação dessas áreas pressupõe a co-gestão entre o governo e a sociedade civil organizada.

— Treinamento para melhoria da qualidade da borracha

Objetivando o aumento da renda do seringueiro, vários treinamentos estão sendo realizados para a melhoria da qualidade da borracha. Estes treinamentos visam a introdução de tecnologia para produção de Placa Bruta Defumada (PBD) em substituição ao sistema tradicional de produção de bolas ou pelas.

— Treinamentos para fiscais colaboradores

Por ser a Reserva Extrativista área de conservação de uso direto, ou seja que há o envolvimento da comunidade em sua gestão, estão sendo realizados treinamentos sobre aspectos técnicos, legais e administrativos de fiscalização dessa área. Tal procedimento, tem amparo na Legislação Ambiental Brasileira, conforme a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente no 003, de 16 de março de 1988.

Principais problemas

Os problemas existentes na Área da Reserva são inúmeros. No campo da saúde registra-se a falta de medicamentos, o não cumprimento do calendário de vacinação, a falta de melhoria no atendimento, há a necessidade de ampliação do número de postos de saúde, é necessário uma melhoria na qualificação dos agentes através de um trabalho integrado com as escolas e maior envolvimento da comunidade.

Os Dados do levantamento sócio-econômico de abril/1992 revelam que as condições sanitárias são precárias. Cerca de 80% das famílias não possuem fossa negra. A água utilizada provém, na grande maioria, de igarapés ou cacimbas, sendo raros os poços. Menos de 20% das famílias filtra ou ferve a água para beber.

No campo da Educação há falta de material didático e de comunicação dos professores com os pais; é necessário a construção de mais escolas e de treinamento para os professores; o currículo escolar deve ser voltado para a área agrícola, etc. Lembrando da necessidade que existe de organização escolar e comunitária.

No setor de transporte é necessário a abertura de ramais e aquisição de barcos e de animais de carga. Falta uma política de preço para os produtos da floresta oriundos do extrativismo como a borracha e a castanha, é necessário uma melhor organização da produção através do fomento, em particular do crédito agrícola.

Informações sócio-econômicas adicionais

Produção, preço, e renda média bruta anual for família				
RESEX chico mendes	Procução	Preço	Renda bruta	
	KG	US\$	US\$	Participação %
Agricultura			683,00	47,12
Borracha	914	0,60	428,00	29,56
Castanha	1.250	0,10	125,00	8,62
Animais domésticos	264	0,49	129,36	8,92
Caça e Pesca	182	0,46	83,72	5,78
TOTAL			1.449,48	100

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - ECOTEC: Estudo de Pré-investimento do Projeto RESEX, 1994



Reserva Extractivista Chico Mendes: extração de óleo de copaiba "Copaifera sp." (Foto: Miguel vom Behr).

Calendário do sistema de produção do seringueiro - Reserva extrativista chico mendes

Período / Meses Atividades	Chuva						Seco						Chuva			
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
Extrativismo:																
— Corte e coagulação do látex	X	X	X	X												
— Repouso das seringueiras			X													
— Limpeza das estradas			X													
— Coleta de Castanha	X	X														X
Agricultura:																
— Preparo da Terra					X	X	X	X								
Plantios:																
— Arroz									X	X						
— Milho									X	X						
— Feijão									X							
— Mandioca					X											
Colheita:																
— Milho		X	X	X												
— Arroz		X	X													
— Feijão	X									X						X
Criações:																
— Pequenos Animais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
— Ordenha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Caça:	X															
Pesca:																
Comercialização:	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Obs.: O extrativismo de outras espécies (medicinais, oleaginosas, etc.), é praticado durante o ano todo, de acordo com a época de produção de cada espécie.
 FONTE: CNS/Levantamento Sócio-econômico das Reservas do Vale do Acre/Purus. 1992.

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ

Miguel von Behr

Dados geográficos e ambientais

É a primeira Reserva Extrativista criada fora dos limites da Amazônia Legal e também a primeira Marinha. A área pertence a um dos maiores manguezais do Sul do Brasil.

A Reserva, com um total de 1444 ha, engloba 700 ha de baía e 744 ha de manguezal. Localiza-se na área urbana da cidade de Florianópolis no Estado de Santa Catarina ao sul do país, que possui cerca de 1 milhão de habitantes, sendo que se constitui na maior área de manguezais ainda preservados da Ilha de Santa Catarina. Como tal, a Reserva é indispensável para a manutenção da pesca na Baía Sul de Florianópolis, porque o manguezal é o viveiro e local de reprodução das principais espécies marinhas de valor econômico existentes na região (peixes, crustáceos e moluscos).

O ambiente marinho da Reserva, formado pelo manguezal e baixio (banco de areia onde o nível d'água do mar atinge pouca altura) encontra-se energeticamente interligado pela exportação de matéria orgânica do mangue para o mar e também pelo uso do mangue por espécies típicas do baixio e da água da baía. Além das espécies que residem no mangue, um grande número de espécies visitantes, ocasionalmente, nas suas etapas juvenis, entram na área e a usam como criadouro.

A criação da Reserva foi baseada, em estudos e experiências já em desenvolvimento, coordenados pelo IBAMA com a participação de pescadores, com o objetivo de desenvolver uma proposta de manejo e exploração de uma das espécies marinhas existentes na área, do tipo molusco bivalve denominado localmente como berbigão (*Anomalocardia brasiliensis*). No restante do país esta espécie é conhecida como sarnambi (na Bahia), vongôli (em São Paulo), etc. A exploração deste molusco é realizada no baixio adjacente ao manguezal.

Outras espécies da fauna marinha com valor econômico ocorrem na Reserva, como por exemplo: o camarão rosa e branco, peixes como a tainha, parati, pescadinha, corvina, bagre, algumas espécies de crustáceos como os caranguejos e moluscos.

Os post larvas de camarões se movem para dentro do mangue, onde permanecem por quatro ou cinco meses, reiniciando a seguir sua migração para o baixio e mar aberto, para completar seu ciclo vital, mostrando desta forma a importância do manguezal no processo reprodutivo desta espécie.

A área da Reserva pertence ao Governo Federal (manguezal e baixio). Neste sentido o processo de regularização fundiária da Reserva já foi concluído, sendo que não teve custos de desapropriação das terras e indenização de benfeitoria.

Pela sua importância ambiental para a baía, grande parte do manguezal da Reserva teve que ser demarcado (por intermédio de canais) antes da sua criação, visando impedir a destruição da área causada pelo intenso processo de urbanização existente atualmente no entorno da Reserva.

História da reserva

A Reserva foi criada através do Decreto n° 533 de 20/O5/92.

Em 1988 a SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), hoje incorporada ao IBAMA, preocupada com a necessidade de regulamentar a exploração do berbigão, que estava sendo retirado desordenadamente, portanto comprometendo a sua reprodu-

ção, começou a realizar um estudo científico visando a implantação experimental de uma fazenda marinha de berbigão em forma de projeto piloto. Esse projeto esteve sob coordenação do Biólogo Marinho Ernesto Tremel. Nesse projeto foram envolvidos pescadores, no sentido de regulamentar a exploração da enorme quantidade de molusco berbigão, extraído da área sem critério e com sério risco de comprometer o equilíbrio ecológico do ambiente.

Em 1992, preocupados com a continuidade das ações e com o objetivo de garantir o acesso à área além de possibilitar a continuidade do projeto e a obtenção de apoio financeiro e técnico, pescadores, junto com a Superintendência do IBAMA em Santa Catarina, reivindicaram através do CNPT a realização de um estudo visando a transformação de parte da baía e dos manguezais adjacentes, em uma Reserva Extrativista, considerando que também há o uso coletivo dos recursos naturais daquele espaço.

Diversas Organizações governamentais e não governamentais participaram e apoiaram na criação da Reserva:

- Procuradoria Geral da República;
- Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE);
- Colônia dos Pescadores Z11;
- Conselho Nacional dos Seringueiros;
- Superintendência do IBAMA em Santa Catarina;
- Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (EPAGRI);
- Ministério da Aeronáutica-Base Aérea de Florianópolis;
- Delegacia do Patrimônio da União-DPU/SC
- Capitania dos Portos de Florianópolis;
- Universidade Federal de Santa Catarina (Departamento de Antropologia e Biologia);
- Instituto de Estudos da Amazônia e Ambientais (IEAA);
- Associação dos Moradores da Costeira do Pirajubaé

Dados sócio-econômicos

Das cerca de 115 (cento e quinze) famílias que dependem dos recursos marinhos da Reserva, aproximadamente 15 (quinze) famílias realizam, com autorização do IBAMA, o manejo da espécie berbigão e aproximadamente 100 (cem), exploram outros recursos marinhos da Reserva como peixes, camarões, ostras, caranguejos, e outros moluscos, garantindo a conservação desses recursos.

Os beneficiários da Reserva vivem a apenas algumas dezenas de metros da mesma, a 5 quilômetros do centro de Florianópolis, no Bairro da Costeira do Pirajubaé, de alta densidade urbana. Portanto, a área é atendida por todos os serviços públicos de uma cidade grande, ou seja, comércio, escolas, lazer, posto de saúde, supermercado, etc. Vale a pena frisar que apesar de haver uma alta densidade populacional próximo à Reserva, o número de pescadores que se utilizam da espécie berbigão é pequeno para garantir a capacidade de reprodução da área.

A principal fonte de renda dos beneficiários da Reserva é a atividade pesqueira e cerca de 40% possuem atividades secundárias como trabalhadores da construção civil e do próprio comércio próximo à Reserva.

Todos extraem do mangue, do banco de areia (baixio) e da baía, recursos marinhos para seu sustento.

Cerca de um quarto dos dependentes da Reserva, auferem renda de outra atividade econômica, como carpintaria, costura ou como empregados em lojas ou construções.

Quanto à exploração de camarão e peixe, grande parte dos pescadores o fazem com rede de emalhar. 40% também utilizam tarrafa para pesca exclusiva de camarão, para consumo e comercialização.

O berbigão com casca, comercializado em 1990 foi de 153 toneladas e em 1991, 178 toneladas. A extração é realizada duas vezes por semana. Estima-se uma produção anual de 200 toneladas, desde que seja mantido o controle de rotatividade, tamanho mínimo e repovoamento, como ocorre atualmente.

Como o berbigão filtra água para retirar dela a sua alimentação, a comercialização e a distribuição da produção são efetuadas depois da depuração dos animais feita por uma empresa especializada, e aprovada pelo Ministério da Agricultura. Há também o controle sanitário da água contida no produto. Só então a produção é enviada para os restaurantes de frutos do mar ou de massas de São Paulo e Rio de Janeiro onde o vôngoli, sozinho ou acompanhado como complemento de pratos, como espagueti ao 'vôngoli', é degustado. O berbigão possui 30% a mais de conteúdo protéico que o mexilhão, outro fruto do mar muito apreciado no Brasil.

Gestão e organização social da reserva

Na Reserva foi criada uma microempresa que revende a produção dos extrativistas. A extração do berbigão é autorizada pelo IBAMA a cada seis meses, baseado no volume de produção, cujos dados coletados são entregues pelos pescadores ao revendedor com acompanhamento do IBAMA. Esta medida visa manejar bem os recursos marinhos da Reserva.

As famílias beneficiadas com a Reserva, acumulam conhecimento e rica experiência sobre o manejo dos recursos marinhos. Essa tradição gerou uma elevada especificação dos artefatos de pesca típicas e das práticas para captura e manejo dos recursos naturais. Preservar a tradição cultural da pesca artesanal, desejada pela população, é uma prioridade tanto para cientistas sociais como para ambientalistas.

A Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, entendida como um espaço e um instrumento legal, visa contribuir para garantir a tradição. Ela é de fundamental importância para viabilizar a implementação de medidas práticas relacionadas ao extrativismo sustentável dos recursos naturais marinhos.

Vale a pena destacar o trabalho realizado pelo pesquisador Ernest Tremel, junto aos pescadores no sentido de, através da pesquisa científica, conscientizá-los, transformando atividades predatórias dos pescadores, em uma forma racional de exploração dos recursos marinhos.

O extrativismo existente na Reserva depende da integração entre o mangue, o baixio e a pesca na baía. Ele representa um importante componente da economia local e da tradição cultural. A Reserva garante a continuidade da integração das populações tradicionais com o ambiente.

Plano de utilização

A captura do berbigão é feita respeitando-se alguns critérios científicos, com o objetivo de garantir que a população de moluscos já existente, seja preservada por tempo indeterminado. Nas últimas décadas o estoque existente sob o baixio da baía vinha sendo ameaçado pela captura desordenada, mesmo de moluscos de menor tamanho, que ainda não tinham se reproduzido.

A solução encontrada para resolver esse problema foi a confecção de um equipamento usado na extração chamado de gancho semelhante a um arado e que não retira os indivíduos mais jovens que ainda não se reproduziram. É também estabelecido um limite, tanto para o número de coletores como para o volume de produção.

Paralelamente a isso, foi realizado um estudo científico de acompanhamento e registro estatístico das dimensões médias de cada carga retirada, trabalho inédito no Brasil, desenvolvido pelo Dr. Ernesto Tremel. O gancho faz o trabalho de seleção. Os moluscos com menos de 17 cm saem pelas grades, junto com as impurezas. Os ganchos, que brevemente serão personalizados, visando facilitar o controle de extração, são de construção simples, feitos pelos próprios trabalhadores com ferro e solda elétrica. Além deles, apenas latas de azeite de 18 kg, usadas como medida e sacos de aniagem formam os rústicos instrumentos de trabalho.

A maré é o referencial do trabalho dos extrativistas, que antes que a água suba, precisam atingir a cota permitida pelo Plano de Utilização.

Portanto, o sistema de extração se baseia em três pontos: seletividade na captura, poupando os mais jovens; rotatividade dos locais de exploração e repovoamento ininterrupto.

Iniciativas em curso

Atualmente o CNPT vem apoiando iniciativas no sentido de implantar efetivamente a Reserva. As duas últimas medidas vem sendo realizadas em conjunto com o órgão Estadual de apoio ao extensionismo pesqueiro:

1. Demarcação do restante dos manguezais através da abertura de canais e demarcação do banco de areia (baixo) onde se localizam os berbigões;
2. Extensionismo pesqueiro visando incentivar a melhor organização administrativa e política da Associação dos Pescadores da Reserva Extrativista;
3. Realização de um detalhado cadastramento e levantamento sócio econômico dos pescadores, tanto profissionais como de subsistência, que vivem no entorno da Reserva e que operam no seu interior.

Principais problemas

1. Invasão de barcos de pesca de outras regiões na área da Reserva.
2. Aumento do número de pescadores amadores na área de pesca artesanal.
3. Avanço da urbanização nas áreas de manguezal da reserva ainda não demarcadas.
4. Falta uma maior organização entre os pescadores que não extraem os berbigões.



Extração do bergigão “*Anomalocardia brasiliana*”
(Foto: Miguel von Behr).

RESERVA EXTRATIVISTA DO FREXAL

Miguel von Behr

Dados geográficos e ambientais

A Reserva, está situada no Município de Mirinzal no Estado do Maranhão. Foi criada pelo Decreto No 536 de 20 de Maio de 1992 e tem uma área de 9.542 ha.

Em relação às Reservas do Maranhão e Tocantins, a Reserva Extrativista do Frexal oferece melhores condições de acesso. A Reserva é cortada no seu terço Oeste na direção Norte Sul, pela Rodovia pavimentada MA-006, que liga a área à cidade de São Luiz, capital do Estado do Maranhão, localizada a uma distância de aproximadamente 300km. Possui ainda algumas vias carroçáveis e caminhos internos.

Pela sua localização a área pertence à Micro Região Homogênea da Baixada Ocidental Maranhense e está incluída na Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, criada por Decreto Estadual em Junho de 1991.

O clima na região é sub-úmido e os solos predominantes são hidromórficos indiscriminados. De acordo com o Projeto Radam-Brasil (projeto de mapeamento dos recursos naturais do Brasil), a área localiza-se na superfície sub litorânea de Bacabal, que é formada por um conjunto de colinas suaves, modeladas em rochas sedimentares das Formações Barreiras e Itapecurú, estando insenta das influências direta das marés.

A cobertura Florestal predominante é de Floresta Secundária Latifoliada, com áreas devastadas que favorecem o aumento do número de palmeiras de babaçu, e de floresta ciliar ao longo dos cursos d'água. O sistema de drenagem da Reserva, pertence à bacia do Rio Uru, onde encontram-se áreas de campos inundáveis, característicos da Baixada Ocidental Maranhense.

Dois tipos de intervenções podem ser facilmente identificados: atividades agrícolas de subsistência (pequenas roças de milho, mandioca e arroz) e atividades agropecuárias em grande escala (pastos e plantações de café, guaraná e pimenta do reino).

Estas intervenções vem sendo desenvolvidas em maior proporção nas partes mais altas da Reserva, enquanto que nas partes mais baixas, os buritizais e açazais das margens do rio Uru e outros cursos d'água, estão quase intactos. As áreas de campos inundáveis vem sendo utilizadas basicamente para: o plantio de arroz, a extração de pescado e outras atividades extrativistas como a coleta de ervas medicinais.

A grande quantidade de babaçuais, tucuns e pindovais são vegetação resultante de áreas desmatadas abandonadas. O seu estágio atual mostra que a devastação da mata original (pré-amazônica) foi realizada há várias décadas. Mesmo a região de mata denominada 'Mata do Jacundá', que apresenta características de floresta tropical pré-amazônica, apresenta feições próprias de mata secundária. Os pindovais são predominantes em muitas áreas da Reserva, principalmente naquelas mais intensamente utilizadas para a agropecuária.

Contudo, principalmente nos igarapés, margens de rios, regatos e igapós, ainda se encontram feições de vegetação original, com a predominância de buritis, juçaras e andirobas, mostrando que tem se mantido e relativamente preservada a mata ciliar e consequentemente os mananciais de água.

História da reserva

O processo histórico de criação desta Reserva está ligado à luta que a comunidade negra do Frexal, defende há muitos anos, pelo reconhecimento do Estado ao direito de terem

Reservas Extrativistas

acesso à terra, garantido aos remanescentes das comunidades de quilombos no texto da Constituição do Brasil. Com a declaração da área em Reserva Extrativista, o Estado Brasileiro reconheceu o relevante valor histórico do povoado do Frexal, para o processo civilizatório nacional.

Cabe lembrar que na área, antes da entrada dos proprietários, sempre existiu uma comunidade negra perfeitamente integrada ao ambiente natural, e que estabeleceu sistemas de produção estável.

A área foi adquirida em 1974, pelo Sr. Tomas de Mello Cruz do Sr Adan Dietrich von Bolow, através de escritura pública de compra e venda, conforme consta no cartório do 1º ofício da Comarca de Guimarães, no livro No 21 às fls.30 (verso) a 32.

Durante o processo de criação da Reserva, várias organizações Governamentais e não Governamentais apoiaram e participaram do processo:

- Sindicato dos Trabalhadores de Mirinzal;
- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos;
- Centro de Cultura Negra;
- Cáritas Brasileira
- Paróquia de Mirinzal, vinculada à Diocese de Pinheiro;
- Procuradoria Geral da República;
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo do Maranhão;

Dados sócio-econômicos

Aproximadamente 180 famílias vivem no interior da Reserva, distribuídas em três pequenas comunidades (Frexal, Rumo e Deserto).

Embora muitas áreas de babaçuais tenham sido devastadas ainda existem grandes extensões que possibilitam a sua exploração extrativista. Contudo, o baixo preço atual do coco babaçu no mercado desestimula as comunidades locais de praticar tal atividade, preferindo muitas vezes trabalhar como diarista nas fazendas.

Conforme o Mapeamento e Levantamento do Potencial das Ocorrências de babaçuais, realizado em 1982 pelo Ministério da Indústria e Comércio, a Reserva Extrativista está inserida numa mancha de babaçuais de 338.700 ha, coberta em 40% o que corresponde a uma área de 135.480 ha. A concentração de palmeiras adultas é de 74 palmeiras por hectare e ocorrem em média 24 palmeiras produtivas em cada hectare, ou seja 32,0%. A concentração de palmeiras adultas refere-se ao número médio de palmeiras adultas detectadas por módulo na mancha. A produtividade média é de 608,7 Kg por hectare e a mancha de babaçuais onde se localiza a Reserva produz 82.466,7 toneladas.

Tradicionalmente a amêndoa de babaçu é utilizada para a produção de óleo e leite, suas folhas para confecção de cestos e construção de casas e a sua casca para a produção de carvão vegetal.

As outras palmeiras ocorrentes na região como o buriti, a juçara (ou açá) o tucum; a bacaba, são utilizadas basicamente como alimento com considerável importância na economia doméstica. Diversas 'plantas ervas' (terminologia local) tem importante papel na medicina popular das comunidades. Pode-se citar dentre as espécies mais utilizadas: a contra-erva, hortelã-de-folha grossa, mastruz, arruda, boldo, quina, pega-pinto, para-tudo, algodão, jataúba, janaúba, bacuri, santa-maria, araticum, catinga-de-bode, junca, goiaba-azedada, andiroba, maria-cagona, quando-é, assussena, juçara (raiz), pinhão branco e jaborandi.

Também são bastante utilizadas algumas espécies de cipós tais como: titarra, usado para

confeção de cestos para pesca e cipó-branco e curuapé, usados para amarrar paus de cerca e para amarrão de casas.

Várias espécies de fauna ocorrem na região como: pacas, veados, capivaras, cutias, caititus e outros animais. Entretanto, tendo em vista a forte pressão gerada pelos desmatamentos e a ação da caça de subsistência, a população destas espécies diminuiu consideravelmente. Quanto à pesca, as espécies mais consumidas são a traíra, pacu, aracú, piranha, piauí, piaba, etc.

Quanto à educação, existem apenas escolas de alfabetização básica, com primeiro grau incompleto, nos povoados da Reserva. Existem alguns postos de saúde, mas funcionam em condições precárias.

Gestão e organização social da reserva

A Reserva possui três associações de moradores: Frexal, Rumo e Deserto, que ainda não estão totalmente integradas para geri-la. No momento, há um esforço muito grande por parte da Associação dos Moradores da comunidade que leva o mesmo nome da Reserva (Frexal) de se criar uma única associação, que segundo os moradores, surgirá com maior naturalidade a partir do momento em que o IBAMA obtiver o direito de posse das terras.

Plano de utilização

Na Reserva, o extrativismo vegetal, a caça, a pesca e a agricultura de subsistência integraram-se harmonicamente antes de o meio ambiente sofrer ações impactantes de agentes externos, no caso, dos últimos grandes proprietários. O manejo do uso múltiplo dos recursos naturais da Reserva, desenvolvido atualmente pelos moradores no que sobrou daquilo que foi devastado, oferece um modelo de produção com a vantagem de exercer menor pressão sobre a terra.

O manejo dos babaçuais, mesmo não sendo explorados com muita intensidade no momento, para aumentar sua produtividade, poderá ser realizado mediante o desbaste seletivo das palmeiras comprovadamente improdutivas e através do controle da superpopulação de pindovas (palmeiras de babaçu pouco desenvolvidas) e da combinação de florestas de babaçuais com culturas perenes adaptadas à região (May, 1990).

A implantação de um Colégio Agrícola como é o desejo da comunidade, aproveitando um grande sobrado, localizado próximo à comunidade do Frexal, poderá viabilizar discussões e implantação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentado dos recursos naturais da Reserva. As características da Reserva Extrativista do Quilombo do Frexal propiciam uma excelente forma para se colocar em prática tais projetos.

Considerando as grandes extensões de áreas alteradas no território da Reserva, durante a elaboração do seu Plano de Desenvolvimento, especial ênfase deverá ser dada na recuperação de áreas degradadas, como experiência para toda a região da Baixada Maranhense. Dessa forma, a Reserva Extrativista pretende ser uma unidade piloto sobre o uso sustentável dos recursos naturais utilizado pelas populações tradicionais.

Iniciativas em curso

Recentemente foram finalizadas as atividades de levantamento fundiário da Reserva Extrativista, (levantamento cartorial e avaliação das terras e benfeitorias), permitindo que o IBAMA efetuasse a desapropriação da Reserva. Esses trabalhos, que tiveram o importante apoio do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, permitiram avaliar o custo de desapropriação.

Principais problemas

1. Falta de uma maior organização comunitária entre as três associações
2. As características especiais da Reserva, exigem que as ações a serem nela desenvolvidas sejam totalmente diferenciadas das outras Reservas, devido às especificidades culturais, sociais ecológicas e geográficas
3. Falta de uma política específica para os produtos oriundos da extração do babaçu através do estabelecimento de linhas de crédito adaptadas às especificidades culturais, ecológicas, econômicas e sociais dos extrativistas.



Os buritizais e açazais das margens do rio Uru e outros cursos d'água, estão quase intactos (Foto: Julio Ruiz Murrieta).

RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI

Adalberto Iannuzzi Alves

Aspectos históricos

A Reserva Extrativista do Rio Cajari, localiza-se na parte sul do Estado do Amapá, região ocupada a partir do ciclo da borracha, em meados do século passado. Essas terras foram apropriadas inicialmente pelo seringalista José Júlio de Andrade, que durante seus mandatos de Deputado Federal e Senador, conseguiu registrar, através de manobras cartoriais, área superior a 3.000.000 Ha, incluindo terras dos Estados do Pará e Amapá.

Nesse período, foram atraídos para a região um número significativo de nordestinos e caboclos, que desenvolviam apenas atividades extrativistas, como a coleta de borracha, balata, maçanduba, castanha do Brasil, couros de animais selvagens, óleos medicinais, etc.. Enquanto isso, o Coronel José Júlio, como era conhecido na região, acumulava riquezas explorando o trabalho daquela gente.

Com o enfraquecimento político dos coronéis, em 1948 essas terras foram vendidas a um grupo de comerciantes portugueses que além de criar uma empresa de comércio e navegação, continuaram mantendo os extrativistas pelo sistema de aviamento. Essa empresa, ficou na região durante 19 anos, vendendo posteriormente essa 'propriedade' para o milionário americano Daniel Ludiwig, fundador do Projeto Jari.

Esse Projeto tinha como finalidades básicas a implantação de atividades florestais (silvicultura e manufatura de celulose) e agropecuárias (produção de arroz e criação de bubalinos), além da exploração mineral (caulim e bauxita) e madeireira.

Com a implantação do Projeto Jari, o extrativismo tradicional foi abandonado, passando a empresa a promover grandes desmatamentos em áreas de castanhais e seringais visando o plantio de espécies florestais exóticas, para a produção de celulose.

Sem o apoio dos patrões, uma parte da população abandonou a atividade extrativista pelo sub-emprego no Projeto Jari. Outra foi embora da região e aqueles que ficaram foram obrigados a se submeter a exploração econômica de 'regatões', que apoiados pelas indústrias de beneficiamento de castanha e borracha do Estado do Pará, assumiram o abastecimento da população pelo sistema de aviamento.

Com a quase falência da Empresa Jari, em 1981, um grupo de empresários brasileiros, financiados pelo Governo, assumiu os destinos da Empresa. Desde então, a nova Jari vem enfrentando muitos problemas para administrar as suas atividades, problemas esses causados principalmente pela baixa fertilidade dos solos, erosão, intolerância de algumas espécies aos veranicos, surgimento de pragas e doenças, entre outros.

Para proteger uma área de terras tão grande, a Empresa Jari criou sua própria 'segurança', que passou a perseguir a população, proibindo-a de exercer suas atividades. Com o surgimento dos conflitos, os extrativistas começaram a se organizar, e criaram inicialmente uma associação que mais tarde se transformaria em cooperativa. No mesmo momento, começou também o processo de discussão sobre a propriedade da terra e o usufruto dos recursos naturais, promovida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Macapá.

Em 1985, quando da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Macapá, também se incorporou à luta pela criação de áreas protegidas para os seringueiros, tais como aquelas destinadas aos índios. Essa proposta foi incorporada ao Programa Nacional de Reforma Agrária (1987), na figura dos Projetos de

Assentamento Extrativista-PAE e no âmbito da política ambiental através das Reservas Extrativistas(1990).

Nesse novo contexto, em outubro de 1987, foram iniciados os trabalhos para definição de áreas para a implantação de PAE's no Estado do Amapá. Esse estudos, coordenados pelo então Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento-MIRAD e contando com a participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Macapá, Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jarí, Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá e Instituto de Estudos Amazônicos, subsidiaram a criação dos PAE's do Rio Maracá I, II e III, em 1989, e da Reserva Extrativista do Rio Cajarí em março de 1990.

Aspectos geográficos e ambientais

a) Caracterização Climática

O clima da Reserva Extrativista do Rio Cajarí-AP, é caracterizado por alta pluviosidade, com precipitação anual variando entre 2.300 mm e 2.400 mm. É nos meses de fev/mar/abr que acontecem as maiores chuvas, enquanto que entre os meses de setembro e dezembro, ocorre o período mais seco. Segundo Koppen o clima é do tipo **Af** na região próxima ao Canal do Norte (Rio Amazonas) e **Am** no Centro/Norte da Reserva, onde predomina a formação vegetal Campo Cerrado.

A Umidade Relativa do Ar tem média anual de 85%, e a Temperatura anual varia entre 16°C e 38°C, com valor médio em tórno de 26°C. A Insolação média anual varia entre 2000 a 2200 horas.

Pela classificação bioclimática de Bagnouls e Gaussen, a área é Termoxeroquímica Ate-nuada em transição para Mesoxerotérica com até 04 meses biologicamente secos no Centro-Norte.

b) Rêde Hidrográfica

Essa Reserva é drenada pelas bacias dos Rios Cajarí e Ajuxurí, Igarapé Tambaquí e outros pequenos igarapés vindos do nordeste, e todas as águas se dirigem para o Canal do Norte, Rio Amazonas.

O Rio Cajarí no seu alto e médios cursos, apresenta solos com características de drenagem excessivamente incipiente, e a planície aluvial favorece o acúmulo de água e a formação de terraços alagados, chamados pelos moradores da região de várzeas.

No baixo curso, o Rio Cajarí e os outros cursos d'água, se confundem com as áreas de depósito aluvionares do Canal do Norte, formando meandros, diques, furos, paranás e lagoas. As cheias e vazantes são controladas pelas marés.

c) Solos

Os solos da Reserva, em sua maioria, apresentam textura entre média a argilosa, fertilidade natural baixa, concreções e vulnerabilidade à erosão, e estão representados pelos seguintes grandes grupos:

- Latossolo Vermelho Amarelo
- Latossolo Amarelo
- Podzólico Vermelho Amarelo Distrófico
- Hidromórficos
- Gley Eutróficos e Distróficos
- Aluviais Eutróficos e Distróficos
- Litólicos Distróficos

d) Cobertura Vegetal

As formações vegetais existentes na Reserva Extrativista do Rio Cajari, são:

Contato Savana/Floresta:

Dois tipos de áreas de transição (Contato), estão bem caracterizados: (i) CAMPO CERRADO, que ocupa 9% da área, e acontece nas cabeceiras do Rio Cajari, ao centro e a nordeste da área e(ii) PARQUE, ocupando 5% da área, ocorrendo na parte nordeste da Reserva.

Formações Pioneiras

Vegetação Aluvial Campestre: ocupa 12% da área, e ocorre ao longo do médio e em pontos do baixo Cajari.

Ocorrência de Floresta Densa

Floresta Tropical Pluvial Densa dos Baixos Platôs: ocupa 38% da área, apresentando como principais representantes florestais o Angelim (*Dinizia excelsa*), Maçaranduba (*Manilkara huberi*), Faveira (*Parquia pendula*), Tauari (*Couratari spp*), Tachis (*Tachigalia sp*), e Jutai-açu (*Hymenaea oblongifolia*).

Floresta Tropical Pluvial Densa Ciliar dos Terraços: Ocupa 1% da área, com alta ocorrência de Anani (*Sinphonia globulifera*), Açaí (*Euterpe oleracea*), Virola (*Virola surinamensis*), Ingá (*Inga sp*), Seringueira (*Hevea brasiliensis*) e Itaúba (*Mezilaurus spp*).

Floresta Tropical Pluvial Densa dos Platôs Subinontanos: ocupa 13% das Reserva, e tem como representantes o Tauari (*Couratari spp*), Faveira (*Parkia spp*), Angelim (*Dinizia excelsa*), Maçaranduba (*Micropholis guianensis*), Louro Prata (*Ocotea guianensis*) e Samaúma (*Ceiba pentandra*).

Floresta Tropical Pluvial Densa dos Furos: ocupa 10% da Reserva, e concentra as Palmeiras, principalmente o Babaçu (*Orbigua martiana*) Ucuúba (*Virola surinamensis*), Buriti (*Mauritia flexuosa*) e Seringueira (*Hevea brasiliensis*).

Floresta Tropical Pluvial Densa dos Altos Platôs: ocupa 12% da área, e apresenta a Maçaranduba (*Manilkara ubere*), Faveira (*Parquia pendula*), Taxis (*Tachigalia sp*) e floresta de cipós como principais representantes.

e) Geologia e Geomorfologia

Geologicamente, a área da Reserva Extrativista do Rio Cajari situa-se na Plataforma Amazônica, e é composta predominantemente por sedimentos cenozóicos pouco consolidados que recobrem rochas sedimentares de idades paleozóicas.

f) Fauna

A fauna da região da Reserva tem características bem diferenciadas dependendo do ecossistema onde ocorre, apresentando características bem diferentes quanto à seus hábitos, forma de alimentação, etc.

No ecossistema de Floresta Densa, verifica-se a presença de antas, cotias, preguiças, quatí, macacos e gatos.

No Ecossistema de Campos de Cerrado ocorrem principalmente animais de hábitos terrestres como répteis, pequenos roedores, mamíferos herbívoros, etc.

O Ecossistema de Áreas Ribeirinhas e de Água Doce apresenta uma fauna mais abundante, tanto terrestre quanto aquática como os jacarés, tartarugas, lontras, ariranhas,

Reservas Extrativistas

capivaras, anta, paca e grande quantidade de aves como marrecos, garças, socós, patos, ariramba, além de peixes dos mais variados.

Informações sócio-econômicas

a) População

Origem da População: A população da Reserva Extrativista do Rio Cajari tem a seguinte origem:

- Amapá - 84%
- Pará - 12%
- Maranhão - 02%
- Outros - 02%

Principais Características da População:

- N. de Famílias residentes = 672
- Densidade populacional = 0,721 habitantes /Km²;
- É uma população essencialmente jovem, apresentando 78% dos moradores com idade inferior a trinta anos de idade;
- Unidade familiar composta de 03 a 08 pessoas;
- 31% das famílias moram em vilarejos enquanto que 62% moram de forma dispersa ao longo dos rios.

Influência da Existência de Recursos Naturais na Formação dos Vilarejos

- A proximidade de castanhais e seringais contribuiu para a formação das localidades de: Água Branca, Marinho, Boa Esperança, Sta. Clara, Sororoca, Acampamento, Santarém, e D. Maria.
- Por outro lado, as comunidades de Maranata, Ajuruxí, Santana do Cajari e São Pedro, que estão localizadas na áreas de várzea, têm como base econômica a coleta de borracha, frutos e palmito de açaí e madeiras diversas.

b) Infra Estrutura Existente

Para uma melhor visualização da Reserva, estabeleceu-se a sua divisão em três setores distintos, Setor Terra Firme, Rio Cajari e Ajuruxí, cuja infra-estrutura, existente em cada comunidade é a seguinte:

Setor Rio Cajari: Esse Setor é bastante isolado em relação aos centros urbanos, o acesso é feito somente por barcos, e tem população de 981 pessoas, distribuídas em 174 famílias.

- São João - tem posto de saúde e escola;
- Sta. Rita - não tem posto de saúde e a escola funciona na casa de um morador;
- Itaboca - tem uma escola;
- Santana do Cajari - tem uma escola que funciona precariamente;
- Conceição do Muriacá - funciona uma escola e um posto de saúde;
- São João II - tem posto de saúde e escola;
- Boca do Braço - tem uma escola;

Setor Ajuruxí: Compreende a parte litorânea e região dos lagos do Rio Ajuruxí e Ariramba. Tem população de 1.352 pessoas, distribuídas em 227 famílias.

- São Pedro - não tem escola nem posto de saúde;
- Macedônia - tem escola e apesar de não ter posto de saúde, conta com um enfermeiro;
- São José - tem uma escola que funciona precariamente na casa de um morador;

- Santo André - não tem posto de saúde nem escola;
- Ariramba - tem escola e posto de saúde;
- São Bernardo - tem escola e posto de saúde;
- Maranata - tem escola e posto de saúde.

Setor Terra Firme: Compreende as áreas de influência da rodovia BR 156, tem fácil intercâmbio com os centros urbanos e tem uma população de 1.146 pessoas, distribuídas em 221 famílias.

- Acampamento - tem uma escola;
- Água Branca - funciona escola, posto de saúde e tem um armazém em construção;
- Marinho - tem escola e enfermeiro;
- Santa Clara - tem escola, cantina e armazém em construção;
- Boa Esperança - não tem nenhuma infra-estrutura;
- Sororoca - não tem nenhuma infra-estrutura;
- Açaizal - não tem nenhuma infra-estrutura;
- Santarém - funciona uma escola;
- Dona Maria - funciona uma escola.

c) Produção

Para garantir sua sobrevivência, a população residente na Reserva Extrativista do Rio Cajari, utiliza sua força de trabalho em atividades extrativas e pequena produção agropecuária. Está organizada na forma de Unidade de Produção Familiar, onde toda força de trabalho é distribuída dentro de um calendário que respeita os ciclos da floresta. Os espaços produtivos não são necessariamente contínuos, e sua distribuição se dá de forma aleatória, obedecendo às condições impostas pela natureza nos seus aspectos físico-geográficos (proximidade dos rios) e biológicos (distribuição das espécies vegetais na floresta). Essa população mantém uma relação muito estreita com a natureza, seja na mata ou nos rios, utilizando toda uma experiência e saber, acumulados ao longo de várias gerações.

Atividades Extrativistas

Nessas atividades, há toda uma sistemática definida ao longo dos anos pela população, onde a natureza oferece de forma concentrada as espécies fornecedoras de matéria prima, e a população do seu lado, respeita os ciclos da floresta, alternando atividades extrativas e agropecuárias. Dentro dessa sistemática, os espaços florestais destinados à coleta, são denominados de 'ponta': Ponta de Castanhal, de Açaizal, ou 'estradas' no caso da borracha. Essas pontas normalmente são privativas em relação a uma atividade principal, como no caso do castanhal, porém não é para a caça de subsistência e/ou coleta de cipós, por exemplo. Da mesma forma acontece com os rios, cuja atividade de pesca é livre, respeitando-se somente a não utilização de apetrechos predatórios como o timbó, bomba, etc.

Os principais produtos coletados pela população da Resex Rio Cajari são a castanha, no Setor Terra Firme e o açaí para frutos ou palmito nos Setores Ajuruxí e Cajari. A atividade de coleta de borracha que já teve seus tempos áureos na região, atualmente está paralisada em função dos baixos preços pagos ao produto, além da grande dificuldade de sua comercialização.

c) Comercialização

Setor Terra Firme

Nesse setor, o transporte é todo feito por veículos através da Rodovia BR 156, e sua produção é absorvida pela população de: Laranjal do Jarí (62%), Macapá (13%) e o restante fica na própria Reserva (21%).

Reservas Extrativistas

Setor Ajuruxí

O transporte é feito totalmente por via fluvial em pequenas embarcações, e os mercados mais procurados são os dos municípios de: Santana(58%), Mazagão(5%), Macapá(1%), e na Própria Reserva, onde são comercializados 32% desses produtos.

Setor Rio Cajari

A exemplo do que acontece no Setor Ajuruxí, o transporte da produção é todo feito por barcos, e destina-se aos municípios de Laranjal do Jari(51%), Macapá(17%), Santana(15%), enquanto que 14% negocia seus produtos na própria Reserva.

Organização social

A população da Reserva Extrativista do Rio Cajari, está organizada em torno da ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA DO VALE DO RIO CAJARI-ASTEX-CA, fundada em setembro de 1991, que tem como objetivo principal preservar a floresta com seu ecossistema e garantir às populações locais a exploração auto-sustentável dos recursos naturais renováveis, especialmente a produção extrativista, de forma a alcançar o equilíbrio ecológico e a sadia qualidade de vida dos povos da floresta.

A ASTEX-CA tem quatro órgãos de decisão:(i) Assembléia Geral (reúne-se anualmente), (ii) Conselho Deliberativo (composto de 13 membros, dos quais dois são indicados pelo CNS/Amapá),(iii) Diretoria Executiva (composta do Presidente, Vice, Secretário e Tesoureiro) e (iv) Conselho Fiscal (composto de 03 titulares e 03 suplentes). Apesar dessa estrutura, somente a Diretoria Executiva vem funcionando normalmente. Todas as atividades da Associação, até o momento, são executadas em conjunto com o CNS/Amapá.

Principais problemas

A comunidade da Reserva Extrativista do Rio Cajari, a exemplo do que acontece em toda a Amazônia é caracterizada por alto índice de analfabetismo, graves problemas de doenças, grandes dificuldades de transporte e escoamento da produção, comunicação deficiente e fragilidade das organizações de base.

A ASTEX-CA, entidade criada pelos extrativistas com o objetivo de fortalecer a organização comunitária e fomentar o desenvolvimento harmonioso da Reserva, ainda não está cumprindo integralmente a sua função, necessitando para tanto que seus membros recebam treinamentos nas áreas de Administração, Organização Comunitária, Levantamento de fundos e Planejamento.

Iniciativas em curso

Várias iniciativas estão em andamento visando a consolidação das Reservas Extrativistas. A principal delas é a inclusão de quatro dessas Unidades no Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras - Projeto Reservas Extrativistas, inclusive a do Rio Cajari/AP.

O objetivo geral desse Projeto, é testar modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais, na administração dos recursos naturais renováveis nas florestas tropicais, através da co-gestão entre Governo e sociedade. Pretende-se viabilizar a geração de renda, equidade social e difusão de experiências, tendo como base a conservação dos recursos naturais.

Os objetivos específicos desse sub-projeto são: (i)fortalecer a organização produtiva e

comunitária, (ii)desenvolver tecnologias, envolvendo a produção de subsistência e os produtos destinados ao mercado, (iii)desenvolver infra-estrutura econômica e social, (iv)manter os estoques de recursos naturais, e (v)conservar a biodiversidade.

Outras atividades em andamento:

— Treinamento de Fiscais colaboradores

É uma atividade que está prevista na Legislação Ambiental Brasileira e consiste no treinamento das comunidades locais em aspectos técnicos, legais e administrativos de fiscalização. São chamados de 'Fiscais Colaboradores' e sempre que encontram alguma atividade ilegal dentro da Reserva, em regime de mutirão, lavram autos de constatação, circunstanciados, que são enviados à entidade credenciadora, para aplicação da legislação.

— Apoio a Organização comunitária

A principal característica da atividade extrativista na amazônia foi marcada pelo isolamento do homem na floresta, falta de comunicação com os centros urbanos e quase total independência de subsistência. Organizar essas populações sempre foi um grande desafio.

A partir dos anos setentas, essa realidade vem se modificando lentamente e nos últimos anos muitos esforços tem sido direcionados para a ampliação das organizações comunitárias de base. No caso específico das Reservas Extrativistas, essa organização éfundamental, uma vez que essa proposta pressupõe a co-gestão dessas unidades entre govêrno e sociedade civil organizada.

— Construção de armazéns e cantinas comunitárias

O sistema comercial mais usado na amazônia se caracteriza pela intermediação dos 'regatões' que efetuam a troca de gêneros de primeira necessidade por produtos extraídos da floresta. -83- uma troca quase sempre desfavorável aos extrativistas, na medida em que pagam altos preços pelas mercadorias e recebem em troca muito pouco pelos seus produtos.

Para quebrar esse círculo vicioso, estão sendo implantadas várias cantinas comunitárias, em locais estratégicos da Reserva, com a finalidade de substituir esse sistema e organizar a comercialização da produção.

Outras informações sócio-econômicas

Ocupação dos chefes de família antes de ocupaem A Reserva do Rio Cajari	
— Extrativismo:	42%
— Agricultura:	30%
— Trabalho Urbano:	25%
— Garimpo:	3%
TOTAL:	100%
Experiência de trabalho com o extrativismo na Reserva Rio Cajari	
— > 15 anos:	78%
— 09 A 15 anos:	10%
— 03 A 08 anos:	05%
— < 03 anos:	07%
TOTAL:	100%

Tempo de residência das famílias na Reserva Rio Cajari	
— > 15 anos:	78%
— 09 A 15 anos:	10%
— 03 A 08 anos:	05%
— < 03 anos:	07%
TOTAL:	100%
Formas de ocupação das terras Na Reserva Rio Cajari	
— Ocupação espontânea:	49%
— Herança:	24%
— Cessão de Empresa Jari:	08%
— Compra de Terceiros:	05%
— Cessão pelo Governo:	02%
— Não ocupam:	12%
TOTAL:	100%

FONTE: Banco Mundial - IBAMA/CNPT- CNS. Levantamento Sócio-econômico da Reserva Extrativista do Rio Cajari, 1993

Doenças mais comuns ocorrentes nas famílias - Da Reserva Rio Cajari	
Doenças	RESEX (famílias)
Problemas Respiratórios	60%
Diarréias	48%
Verminoses	48%
Malária	33%
Acidentes	12%
Sarampo	04%
Outras	11%

Participação relativa das famílias entrevistadas - Em entidades atuantes na Reserva Rio Cajari	
Entidades	RESEX - SIM %
Comunidades de Base	66%
Sindicato	24%
Associação	20%
Cantina	16%
Cooperativa	04%
Outra	03%

Principais problemas existentes na Reserva Rio Cajari	
Não tem	45%
Conflitos de Terra	17%
Venda de Colocação	02%
Acesso a Castanhais	05%
Pesca Irregular	03%
Caça Irregular	02%
Outros	23%

FONTE: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - CNS, Levantamento Sócio-econômico da Reserva Extrativista do Rio Cajari, 1993.

Situação das unidades de produção quanto Coleta dos produtos florestais - Reserva Rio Cajari			
Produtos	Total na reserva		
	Coletam	Vendem	Vendem > 50 %
1. Castanha	38%	36%	35%
2. Açaí Fruto	57%	07%	04%
3. Palmito	25%	25%	25%
4. Borracha	0%	0%	0%
5. Látex	04%	04%	04%
6. Amapá	03%	01%	01%
7. Andiroba	09%	02%	01%
8. Cacau	05%	01%	01%
9. Cipó titica	16%	03%	01%
10. Outro Cipó	12%	01%	01%
11. Palha	19%	01%	01%

FONTE: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - CNS, Levantamento Sócio-econômico da Reserva Extrativista Rio Cajari, 1993

Tabela demonstrativa das principais culturas E sua importância comercial - Reserva Rio Cajari			
Culturas	Total na reserva		
	Plantam	Vendem	Vendem > 50 %
1. Arroz	22%	07%	03%
2. Milho	51%	27%	13%
3. Mandioca	72%	52%	36%
4. Macaxeira	64%	24%	11%
5. Batata Doce	52%	19%	09%
6. Cará	53%	20%	09%
7. Melancia	22%	08%	04%
8. Abacaxi	57%	18%	05%
9. Abacate	33%	07%	03%
10. Banana	64%	28%	16%
11. Cupuaçu	49%	13%	06%
12. Laranja	58%	17%	09%
13. Limão	58%	17%	09%
14. Tangerina	46%	10%	05%

FONTE: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - CNS, Pesquisa de Campo. agosto/1993.

Comunidades e famílias: RESEX Rio Cajari	
Comunidade	Famílias
ACAMPAMENTO	15
ÁGUA BRANCA	48
MARINHO	42
SANTA CLARA	19
BOA ESPERANÇA	12
SOROROCA	13
AÇAIZAL	08
SANTARÉM	13
DONA MARIA	20
SÃO JOÃO	30
SANTA RITA	12
TABOCA	11
SANTANA	10
CONCEIÇÃO	15
SÃO JOÃO II	13
BOCA DO BRAÇO	12
SÃO PEDRO	18
MACEDONIA	11
SÃO JOSÉ	21
SANTO ANDRÉ	28
ARIRAMBA	55
SÃO BERNARDO	18
MARANATA	30



RESEX Rio Cajarí (*Foto: Miguel von Behr*).

RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO

Adalberto Iannuzzi Alves

Aspectos históricos

Durante a década de 70, grandes mudanças aconteceram no antigo território de Rondônia, hoje Estado, motivadas principalmente pelas políticas e estratégias do Governo Federal visando a ocupação das áreas de fronteira na região norte do país.

Dentro dessa política, vários projetos de colonização foram implantados, modificando lentamente o sistema de produção até então empregados na região, cuja base era o extrativismo da borracha, castanha e outros produtos regionais. A modificação se dava porque os migrantes assentados tinham uma outra concepção de produção, precisando cada vez mais promover desmatamentos para implantação dos seus cultivos.

Em 1981, com a criação e implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE, Projeto financiado pelo Banco Mundial (US\$ 411 milhões), e a consequente construção/pavimentação da BR 364, acelerou-se ainda mais o processo migratório, transformando radicalmente em menos de 10 anos, quase toda a estrutura social, cultural e ambiental naquele Estado, mesmo com o compromisso assumido em seu documento original, de orientar a colonização em uma área de 410 mil Km², entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia. O Polonoroeste se propunha também a assentar comunidades de pequenos agricultores embasada na agricultura auto-sustentada, com atendimento básico nas áreas de saúde, educação, escoamento da produção, protegendo a floresta e garantindo a manutenção das terras e das culturas das comunidades indígenas.

Na sua vigência, esse Programa fomentou os mais altos índices de desmatamento de toda região. De uma área de 1.217 Km² em 1975 passou para 30.046 Km² em 1987, e apesar de todos os recursos financeiros investidos, esteve longe de atingir os objetivos propostos, e pode ser considerado um desastre tanto do ponto de vista ambiental quanto social.

A partir daí, diversas entidades não-governamentais lançaram uma campanha nacional e internacional exigindo sua paralisação, e foi nesse contexto que a proposta de criação da Reserva Extrativista ganhou força no Estado de Rondônia. Em julho de 1988, atendendo a uma forte pressão de várias organizações extrativistas e de assessoria, o Governo de Rondônia, através de Decreto, definiu uma política de ordenamento ambiental, visando a ocupação racional das terras estaduais - Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico.

Dentre as 06 Áreas definidas pelo Zoneamento, uma delas, a Zona IV, definiu as bases para o ordenamento e desenvolvimento do extrativismo, na ótica do Governo de Rondônia. Considerando que na sua concepção essa proposta não contemplava as principais reivindicações dos extrativistas, referido zoneamento veio a se transformar no principal instrumento de pressão, utilizado pelas organizações não-governamentais, para forçar o Governo do Estado a promover mudanças tanto na proposta quanto na forma de condução dessas políticas.

Nessa mesma época, os seringueiros do Acre, temendo que se repetissem os mesmos problemas acontecidos em Rondônia, iniciaram um movimento de oposição ao asfaltamento da BR-364, no trecho entre Porto Velho e Rio Branco, caso não fossem adotadas providências para garantir o acesso à terra aos seringueiros e o respeito às comunidades indígenas.

Fortalecidos pela experiência de resistir, através dos empates, aos desmatamentos promovidos pelos fazendeiros, começaram a se articular e ampliar o movimento também no estado de Rondônia, fomentando as bases para a criação das Reservas Extrativistas.

Crescia muito a mobilização dos seringueiros na busca do estabelecimento de novas premissas de uso e ocupação da terra, e principalmente da sua emancipação em relação ao sistema comercial vigente - o aviamento. Como consequência direta desse crescimento, foi criado em 1985 o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, que com a liderança de Chico Mendes, passaria a partir daí a congregar e todas as forças políticas na busca do seu reconhecimento enquanto protetores da floresta.

Em continuidade ao movimento, e contando com apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS, Instituto de Estudos Amazônicos-IEA e Instituto Estadual de Floresta-IEF/RO, foi realizado em fevereiro de 1989 o I Encontro Estadual de Seringueiros e Soldados da Borracha, que devido ao assassinato de Chico Mendes em outubro do ano anterior, foi coordenado por Raimundo Barros, primo de Chico. Nesse Encontro, realizado em Guajará-Mirim, foi reforçada a tese da necessidade dos seringueiros terem para si áreas protegidas como aquelas destinadas às comunidades indígenas. Referido Encontro, à exemplo de outros que aconteceram nos Estados do Amazonas, Amapá, Pará, Mato Grosso e Acre, mobilizava sempre, grandes contingentes tanto de seringueiros quanto de simpatizantes da nova proposta.

Assim, ainda durante o ano de 1989, o INSTITUTO DE TERRAS DE RONDÔNIA - ITERON, contando com o auxílio técnico de outras instituições estaduais e federais, realizou o Levantamento Sócio-Econômico, Fundiário e Edafo-Florístico da Bacia do Rio Ouro Preto, com a finalidade de criar uma Floresta Extrativista Estadual. Foi a base de estudos utilizada para a criação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em março de 1990.

Dados geográficos e ambientais

a) Localização

O Rio Ouro Preto é afluente da margem esquerda do Rio Pacás Novos, pertencentes à bacia do Rio Mamoré, nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova do Mamoré. A área da Reserva está compreendida entre os meridianos de 64° 01' 18" e 65° 10' 32" de longitude Oeste e os paralelos 10° 35' 11" e 11° 02' 30" de latitude sul;

b) Confrontações

Norte: Gleba Samaúma, Setores Bananeira, Pacaás Novos(Soldados da Borracha), Evandro da Cunha (Soldados da Borracha) do Projeto Fundiário Guajará-Mirim;

Sul: Gleba Samaúma, Setor Evandro da Cunha (Soldados da Borracha) do Projeto Fundiário Guajará-Mirim;

Leste: Área Indígena Urú-Eu-Wau-Wau

Oeste: Rio Pacaás Novos

c) Clima

O clima da Reserva é do tipo Am, e está condicionado por uma precipitação média anual da ordem de 2.200 mm, sendo os meses de dez/jan/fev o trimestre mais chuvoso, e jun/jul/ago o mais sêco. A temperatura média anual é superior aos 24°C, com máxima absoluta anual de 38°C e mínimas absolutas que podem descer aos 4-6°C, durante as "friagens" no mês de julho. A umidade relativa do ar tem média anual de 85%, com insolação média de 2.000 horas. A evaporação tem índices elevados em função da alta pluviosidade e temperatura, apresentando média anual de 900 mm, evaporação potencial anual de 1400 mm e evaporação real anual de 1200 mm.

d) Tipologia Vegetal/Bioma

Em termos biogeográficos, a área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto está situada

dentro do Domínio Amazônico, na província do Madeira, tendo como tipo de bioma dominante a floresta tropical úmida.

Em menor proporção ocorre a região das formações pioneiras, sub-região de áreas de acumulação inundáveis, cujas formações são arbóreas e situam-se em áreas deprimidas sob influência aluvial de solos hidromórficos gleysados. As espécies de maior valor econômico encontradas na área são: Itaúba, Maçaranduba, Sorva, Caucho, Copaíba, Seringueira e Castanheira.

e) Geologia

A totalidade da área da Reserva situa-se “na província geológica de depósitos cenozóicos, que são na sua quase totalidade produtos de movimentos epirogenéticos, caracteristicamente de cobertura, incluindo aluviões, eluviões e coluviões.

Os sedimentos pleistocênicos superiores e halocênicos tem maior participação na representação desta província, todos eles com dominância de depósitos fluviais. Os primeiros com maior representação espacial, são formados por argilitos, siltitos, arenitos interdigitados, claros a vermelhos; os últimos, restritos à drenagem atual, são formados por cascalho, areia, siltes e argila inconsolidada”.

O relevo caracteriza-se por uma superfície plana que compreende sedimentos quaternários e subordinadamente litologias pré-cambrianas, apresentando uma cobertura vegetal predominante de floresta aberta com intercalação de savanas e em trechos mais restritos, de formações pioneiras.

f) Hidrografia

A área da Reserva é drenada pela bacia hidrográfica do Rio Ouro Preto, que tem como principais tributários os igarapés Concordia, Repartição e Amarelo. O rio Ouro Preto tem suas nascentes na Serra do Pacaás Novos, desembocando no Rio Pacaás Novos, próximo à foz deste no Rio Mamoré.

No inverno o Rio Ouro Preto é navegável por embarcações de pequeno e médio calados (15 a 30 tons), enquanto que no período sêco (verão), apenas pequenas embarcações e canoas conseguem navegar.

g) Pedologia

Dados da EMBRAPA, indicam que na área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, predominam associações de solos gley pouco húmicos álico, textura argilosa, fase floresta equatorial higrófica de várzea + solos aluviais distróficos, horizonte A moderado, textura indiscriminada, fase floresta equatorial perenifólia de várzea, ambos Tb, relevo plano de várzea.

h) Aptidão Agrícola

Levantamentos realizados pelo Projeto RADAMBRASIL indicam que os solos da área da Reserva são em sua grande maioria inaptos para o uso agrícola intensivo, compreendendo terras mais apropriadas para a preservação da flora e da fauna.

Informações sócio-econômicas

a) População

Os grupos sociais que vivem do extrativismo na amazônia, são em geral, descendentes de migrantes nordestinos que, em dois momentos se dirigiram para a região. Primeiro no início deste século, quando aproximadamente 500 mil pessoas foram para a região, e depois durante a 2ª Grande Guerra, porém em menor quantidade.

Reservas Extrativistas

Na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto residem 123 famílias, aproximadamente 750 pessoas, que dependem economicamente da utilização dos recursos naturais existentes e da agricultura de subsistência. Essas famílias estão ditribuídas ao longo dos cursos d'água que facilitam seu deslocamento dentro e para fora da área, e têm como base de distribuição a "colocação".

A colocação é uma unidade produtiva, composta de mais ou menos 03 (três) estradas de seringa, com 150 seringueiras em média por estrada. Os limites de cada colocação são normalmente estabelecidos pelos seringueiros em função de algum acidente geográfico, não coincidindo necessariamente com os áreas atingidos pelas estradas.

b) Infra-Estrutura

A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto em Rondônia, através da sua Associação-ASGM, tem uma boa infra-estrutura operacional, a saber:

Transporte:

- 01 Jipe Toyota
- 04 Barcos com capacidade para 03 tons.
- 06 Barcos de alumínio (voadeira)
- 02 Motores de popa de(25 Hp e 40 Hp)
- 09 Motores rabeta de 07 Hp
- 02 Motores diesel Yanmar
- 10 Animais de carga

Comunicação:

- 02 Rádio Amadores

Educação:

- 07 Escolas

Saúde:

- 04 Postos de saúde

c) Produção

Na área de produção, há dois modelos atualmente em uso na Reserva, o extrativismo de produtos da floresta e a agricultura de subsistência.

No caso do extrativismo, o principal produto coletado é a borracha, cuja produção está concentrada na região dos rios Pacaás Novos, Rio Ouro Preto e Rio Novo. A grande maioria dos seringueiros reside em "colocações", normalmente localizadas às margens desses rios e/ou afluentes, exatamente onde há alta densidade de seringueiras nativas da espécie *Hevea brasiliensis*. Nas terras altas, as chamadas florestas de terra firme, a espécie predominante é a *Hevea benthamiana*, e é utilizada como alternativa econômica durante o período chuvoso, quando as várzeas permanecem alagadas.

Os seringueiros dessa região produzem em média 1200 kg de borracha por família por ano, do tipo CVP-Cernanbí Virgem Prensado.

Outro produto importante na renda dos seringueiros é a Castanha-do-Brasil, cujos frutos são coletados durante o período chuvoso em alternância com a borracha, respeitando sempre os ciclos da floresta. As castanheiras, via de regra, estão concentradas nas terras altas juntamente com as madeiras nobres.

Há ainda a extração de óleos de copaíba(muito utilizada na medicina regional), pataúá(usa-do como alimento), babaçú, bacaba(alimentação) e açaí(alimentação e palmito).

A pesca é uma importante fonte de proteínas para as comunidades que residem nas áreas do médio e baixo Rio Ouro Preto, enquanto que a caça é mais abundante nas partes altas.

d) Comercialização

Uma das bases da organização dos seringueiros em toda a amazônia foi a suspensão do pagamento de “renda” aos antigos patrões. A renda, era uma taxa de 15% paga sobre a produção de borracha e castanha anualmente. Além do pagamento dessa taxa, o seringueiro se obrigava a entregar toda produção ao patrão, isto é, não tinha direito de ele próprio fazer o comércio do seu produto. Esse era o grande motivador das dívidas impagáveis dos seringueiros, pois recebiam mercadorias com preços altamente onerados e davam em troca os produtos coletados, normalmente com preços muito abaixo daqueles em vigência.

Outra característica da dominação dos patrões, era a proibição da formação de roçados ou pequenos plantios de subsistência, com a alegação de que essa atividade era prejudicial à extração de borracha, mas no fundo tinha como finalidade aumentar a dependência do seringueiro em relação ao patrão, pois dessa forma ele não teria meios de sobreviver sem o sistema de “aviamento”.

No caso específico de Guajará-Mirim, o processo de suspensão do pagamento da renda foi bastante traumático, provocando uma reação imediata dos seringalistas que bloquearam todo o processo de “aviamento” e comercialização da produção na área da Reserva.

Para superar essas dificuldades, os seringueiros criaram uma Comissão Municipal, que com apoio da Diocese de Guajará-Mirim, Conselho Nacional dos Seringueiros, entre outros, compraram um barco e mercadorias e começaram a montar um sistema alternativo de abastecimento e comercialização da produção; foi o passo inicial para a criação da Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim.

Organização social

Os seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, estão organizados através da Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim/ASGM, fundada em março de 1991, e que tem como objetivos principais:

- i) Defender os interesses sócio-econômicos dos seus membros, através de ajuda mútua;
- ii) Gerar renda que permita aos associados a sua auto-manutenção e melhoria do seu padrão de vida, através da conservação dos recursos naturais da amazônia;
- iii) Defender Políticas para a Borracha e Extrativismo;
- iv) Patrocinar a promoção cultural e social dos seus sócios;

Os órgãos de decisão da ASGM são a Assembléia Geral, que acontece de dois em dois anos, e a Diretoria, formada por: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário e Tesoureiro, Conselho Fiscal. A diretoria se reúne de seis em seis meses. A estrutura operacional da ASGM é composta de 08 membros, incluindo cinco diretores e três funcionários contratados, motorista, secretária e assessor de contabilidade.

A responsabilidade de cada membro é estabelecida durante o planejamento, normalmente estabelecido para seis meses.

Além do seu quadro de pessoal, a ASGM conta com apoio técnico de outras instituições não-governamentais como Conselho Nacional dos Seringueiros- CNS, Instituto de Estudos Amazônicos-IEA, Comissão Pastoral da Terra-CPT...

Plano de utilização

No caso das Reservas Extrativistas, o manejo é estabelecido através de um Plano de Utilização. Referido Plano, é definido pelas comunidades, e tem como princípio básico respeitar seus modos de vida.

São partes integrantes do Plano de Utilização:

Finalidades do Plano - Aquí estão descritos os meios a utilizar para manter a Reserva como unidade destinada à utilização auto-sustentável dos recursos naturais renováveis, pelos seus moradores. Constam as condutas não predatórias incorporadas à cultura das populações tradicionais, e em harmonia com a legislação ambiental brasileira;

O plano serve como referencial para comprovar que a utilização dos recursos é auto-sustentável, não prejudicando o meio ambiente e respeitando a legislação ambiental vigente; ele serve para que o IBAMA acompanhe o cumprimento das normas estipuladas de respeito ao meio ambiente.

Constam no Plano explicações da entidade responsável pela sua implementação de como será feito o controle.

As intervenções do homem no meio ambiente, estão bem definidas, e divididas em categorias: Extrativistas e agro-pastoris (intervenções tradicionais), novas intervenções (atividades a serem introduzidas, extraindo novos produtos na parcela ideal, como frutos, óleos, essências e até madeiras), intervenções na fauna, intervenções nas áreas de uso comum.

No caso das intervenções extrativistas, estão descritos itens como: Extrativismo à explorar, tamanho ideal para cada família explorar, formas dessa exploração, responsabilidades de cada um na área, precauções e cuidados a observar na Reserva, divisão espacial entre extrativismo e atividades agro-pastoris, tamanho da área para as atividades agro-pastoris, utilização da capoeira e do pasto.

Principais problemas

Da comunidade:

A comunidade residente na Resex Rio Ouro Preto, apresenta de maneira geral baixo nível de escolaridade, seus hábitos alimentares e de higiene devem ser melhorados, sua organização comunitária requer maiores intervenções visando sua funcionalidade.

Da Associação:

Precisa melhorar seu quadro funcional nas áreas de planejamento e coordenação, elaboração, execução e avaliação de projetos, levantamento de fundos e administração financeira, administração de cantinas comunitárias, manutenção de equipamentos, barcos e motores e tem uma grande dependência de recursos financeiros externos, além de baixa consciência da necessidade de gerar renda para se manter no futuro.

Iniciativas em curso

- Treinamento de fiscais colaboradores;
- Treinamento de Agentes de Saúde;
- Resgate da Medicina Popular;
- Sistemas Agro-florestais. Em conjunto com INPA, EMBRAPA e IEA, estão sendo efetuados levantamentos de dados sobre Sistemas Agro-ecológicos atuais, visando basicamente a prestação de assistência técnica e fomento para implantação de pomares e hortas caseiras; implantação de Unidades de Demonstração e Unidades de Observação. Nesse trabalho estão envolvidas 07 comunidades que

receberam centenas de mudas e sementes. Com esse trabalho espera-se fortalecer a base de subsistência da população da Reserva, diminuir a dependência de gêneros de primeira necessidade em relação ao comércio de Guajará-Mirim, viabilizar alternativas adicionais de renda através da venda dos excedentes, além de adotar práticas de conservação de solos.

- Implantação de Pomares. Já foram implantados 02 pomares mistos, com 23 espécies de fruteiras, entre as quais, pupunha, acerola, manga, araçá-boi, côco, açaí, abacate cupacú e cajú;
- 02 Unidades de cultivo de mandioca X leguminosa, com objetivo de testar o controle natural de plantas daninhas, adubação verde, aumento da produtividade;
- 01 Unidade com 03 variedades de batata-doce, que após a seleção da melhor variedade, esta será distribuída aos interessados;
- Distribuição de sementes de hortaliças e assistência técnica para cultivo de beringela, tomate, pimentão, abóborta, cumentro, cebolinha e couve;
- Introdução de 02 cultivares de arroz, Guaporé e Br 5102, com vistas a fazer testes de produtividade em relação as variedades atualmente usadas.

Outras informações sócio-econômicas

Produção, preço, e renda média bruta anual				
RESEX rio ouro preto	Produção	Preço	Renda bruta	
	kg	US\$	US\$	Participação %
Agricultura			21.787,50	26,43
Borracha	70.000	0,60	42.000,00	50,95
Animais domésticos	23,100	0,49	11.319,00	13,73
Caça e Pesca	15.925	0,46	7.325,50	8,89
TOTAL			82.432,00	100

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - ECOTEC: Estudo de Pré-investimento do Projeto RESEX, 1994

Produção, preço, e renda média bruta anual por família				
RESEX rio ouro preto	Produção	Preço	Renda bruta	
	kg	US\$	US\$	Participação
Agricultura			249,00	26,43
Borracha	800	0,60	480,00	50,96
Animais domésticos	264	0,49	129,00	13,69
Caça e Pesca	182	0,46	84,00	8,92
TOTAL			942,00	100

Fonte: Banco Mundial - IBAMA/CNPT - ECOTEC: Estudo de Pré-investimento do Projeto RESEX, 1994



Na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto residem 123 famílias, aproximadamente 750 pessoas, que dependem economicamente da utilização dos recursos naturais existentes (Foto: Jeanine Levistre).

RESERVAS EXTRATIVISTAS DO CIRIACO, MATA GRANDE E EXTREMO NORTE DO TOCANTINS

Miguel von Behr

Introdução

Principalmente por se situarem muito próximas entre si, ou seja, somente a algumas dezenas de quilômetros, estas três Reservas localizam-se dentro da mesma micro região. Portanto, devido a essa particularidade, apresentam as mesmas características geográficas e ambientais, além do mesmo processo histórico de criação. Da mesma forma, as Reservas também estão inseridas dentro de uma realidade sócio-econômica similar e se encontram, no mesmo estágio, inclusive quanto às etapas de implantação, regularização fundiária e da organização social das comunidades. Consequentemente, os seus problemas também são semelhantes. Nesse sentido, considerando todos esses aspectos, os tópicos ora descritos são válidos para as três Reservas e no final de cada um, as particularidades de cada Reserva serão apresentadas separadamente.

Dados geográficos e ambientais

No Brasil é denominado de 'babaçu' a série de espécies de palmeiras do gênero *Orbignya*, que ocorre em áreas contínuas, desde o Estado do Amazonas até o Mato Grosso do Sul, e do Ceará ao Estado de Rondônia. Apesar de ser bastante difícil estimar a área exata de ocorrência de babaçuais, devido ao seu caráter de espécie invasora, apenas nos Estados de maior concentração de babaçu ou seja, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Tocantins e Goiás, foram mapeados, segundo levantamento realizado pelo Ministério da Indústria e Comércio, cerca de 185.000 Km², com 40% da área efetivamente coberta. Segundo o Mapeamento das Ocorrências e Prospecção do Potencial Atual do Babaçu no Estado Maranhão (1981), ele possui a maior área coberta de babaçuais no Brasil, ou seja, 46.248,46 Km².

A zona do cocal ou babaçal para AB'SABER(1971) e EITEN (1977) é uma vegetação tampão na transição Cerrado/Caatinga/Mata Amazônica, sem contudo pertencer a nenhuma delas. Alguns pesquisadores tem nomeado o babaçal como um tipo individualizado de vegetação (FEITOSA, 1983; FERRI, 1974). Entretanto, a maioria dos trabalhos considera o babaçal, no seu atual estado de expansão, como uma forma de vegetação secundária.

As formações de babaçuais distribuem-se , pela ordem decrescente de área ocupada, nos climas: sub-úmido, úmido tropical, subúmido seco tropical. Na faixa correspondente ao clima úmido-tropical, concentra-se o exemplo mais expressivo de expansão do babaçu no Maranhão. A região onde se localizam as Reservas, é de clima sub-úmido, tropical. Faz parte da Pré-Amazônia Maranhense e apresenta cobertura vegetal de babaçu (*Orbignya martiana* e *O. oleifera*) que ocorre nas Reservas ora em forma contínua, ora em grupos, que podem ser densos espaçados, em galerias ao longo de cursos d'água, sujeitos a inundação no período das chuvas, ou em depressões entre as elevações, de acordo com os aspectos fisionômicos e geomorfológicos das regiões em que se inserem. Os babaçuais localizam-se preferencialmente, nas faixas de terras onde há maior disponibilidade de água no solo durante todo o ano. Além disso, estão associados a capoeiras e a agricultura tradicional, praticada pelos extrativistas em pastagens artificiais. Nas áreas de capoeira, em formação e em pastagens abandonadas, existem grandes concentrações de pindoveiras (babaçu pouco desenvolvido) que dominam as outras espécies. Vale ressaltar, que o babaçal consorciado com capoeira é a consorciação ou associação mais frequente no Estado do Maranhão. Ocupam o segundo lugar, em área coberta, as formações de babaçu

com pastagens, segundo o Mapeamento das Ocorrências e prospecção do potencial Atual do Babaçu no Estado do Maranhão, 1981).

Os babaçuais apresentam características de vegetação de origem antrópica, sendo considerada mata pioneira ou invasora, ou seja, coloniza os espaços após a degradação da floresta. Ocorrem em grandes áreas contínuas, associadas com diversos tipos de vegetação que sucederam as formações climax pré-existentes. Baseado no Mapa de Vegetação do Diagnóstico Ambiental do Estado do Maranhão, realizado pela Secretaria do Meio Ambiente e Turismo do Estado (1981) as Reservas se localizam numa região onde a tipologia vegetal se caracteriza como área de transição entre Floresta Estacional Perenifolia aberta e densa com babaçu.

A palmeira, já presente como elemento nas florestas nativas originais, tem a característica de poder tornar-se espécie dominante após a derrubada da floresta, esta feita para expansão da fronteira agrícola e posterior implantação de pastagens.

Portanto, as florestas secundárias, principalmente as palmeiras, desempenham um importante papel nas estratégias econômicas dos agroextrativistas. Essas estratégias estão se tornando cada vez mais necessárias, uma vez que a sobrevivência dessas populações é cada vez menos viável em muitos países em desenvolvimento.

Por outro lado, ainda existem nas Reservas, em pequenas proporções, e com maior destaque na Reserva da Mata Grande, áreas de cerrado e floresta Amazônica primária com outras palmeiras de interesse econômico para os extrativistas como a macúba (*Acrocomia aculeata*), buriti (*Mauritia flexuosa*) e bacaba (*Oenocarpus bacaba*)

Em geral o babaçu vegeta em solos de textura arenosa até argilosa, bem drenados, sobre latossolos, concrecionados indiscriminados, aluminosos hidromórficos e areias quartzozas.

Reserva Extrativista do Ciriaco

Foi criada através do Decreto no 534 de 20 de Maio de 1992. Possui uma área de 7.050 ha e está localizada ao Norte do Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, envolvendo áreas dos Povoados de São Francisco, Ciriaco e Alto do Peba no Oeste do Estado.

O acesso terrestre à área pode ser feito por duas vias: pela estrada que liga o povoado de São Domingos (localizado no eixo da estrada Imperatriz-Cidelândia) ao núcleo urbano de Viração, (implantado às margens do Rio Tocantins, ao sul de Ciriaco), ou via Belém-Brasília, indo até a altura do Km 50, a partir de Imperatriz, daí seguindo a Cidelândia e São Domingo.

Outra alternativa de acesso, embora a Reserva esteja toda em terra firme, é o Rio Tocantins, tendo como ponto de apoio a localidade de Viração.

Reserva Extrativista da Mata Grande

Criada através do Decreto no 532 de 20 de Maio de 1992, localiza-se no Município de João Lisboa e Imperatriz, no Estado do Maranhão, abrangendo os povoados de Mata Grande e Água Viva no Sudoeste da Serra do Arapari, ao Oeste do Estado do Maranhão.

A Reserva, com 10.500 hectares, é acessível por três vias: pela estrada que liga Água Viva e Vila Dimas (bairro de Imperatriz); por Vila Bananal, situada na altura do Km 30 da Rodovia Belém-Brasília até o povoado de Mata Grande e pela estrada Imperatriz-João Lisboa-Mucuiba, também até Mata Grande.

Dada as condições desfavoráveis de manutenção das estradas da região, a via de melhor acesso é através de João Lisboa, muito embora ela seja a de maior percurso.

Exceto os trechos da Rodovia Belém-Brasília e da Imperatriz-João Lisboa, as estradas

que dão acesso à área são pouco estáveis e dificilmente oferecem condições de tráfego durante 'inverno', época das chuvas.

Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins

O Decreto no 535 de 20 de Maio de 1992 sustenta legalmente a criação desta reserva que possui 9.280 ha. Situa-se ao Norte da Estrada TO-496 e ao sul do Rio Tocantins, abrangendo quase a totalidade do Município de Carrasco Bonito, no extremo Norte do Estado de Tocantins.

A via de melhor acesso atravessa a cidade de Augustinópolis e como no caso das outras duas reservas, as estradas que cortam a Reserva são de difícil trânsito especialmente durante a época das chuvas.

História das Reservas

Os extrativistas desta região, organizam-se em vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais para defenderem os seus interesses.

Considerando a necessidade de preservar a palmeira como patrimônio genético, fonte rica e natural de óleo vegetal e levando em conta as reivindicações dos trabalhadores extrativistas de ter acesso aos recursos naturais, dos quais sobrevivem, foi identificada a necessidade de discutir a criação de Reservas Extrativistas. Desta forma, iniciaram-se os estudos para criação das mesmas na região.

Além de reconhecimento aéreo da região, foram realizadas visitas de campo e foram identificados os povoados adjacentes e do interior das áreas propostas. Isso possibilitou escolher a área que apresentasse maior densidade de babaçu de forma contínua.

Em função de que na região as pessoas mais velhas acumulam os conhecimentos, na chegada a cada povoado, procurava-se o morador mais idoso e após as apresentações, dava-se início as entrevistas, visando obter maiores informações sobre a região, identificando o processo histórico de ocupação e as mudanças que foram feitas nos ecossistemas.

Em reuniões com os líderes dos sindicatos dos trabalhadores e com a própria comunidade da região, discutiu-se e identificou-se também, entre outros assuntos, as possíveis áreas onde poderia ser criada uma Reserva Extrativista. Foram sugeridas várias áreas para análise.

Reserva Extrativista do Ciriaco

As organizações governamentais e não governamentais que participaram e apoiaram o processo de criação da Reserva Extrativista do Ciriaco foram:

- Procuradoria Geral da República;
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo do Maranhão;
- Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz
- Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural-CENTRU
- Paroquia Santa Tereza D'ávila
- Caritas Brasileira

Reserva Extrativista da Mata Grande

As Organizações governamentais e não governamentais que participaram e apoiaram a criação da Reserva Extrativista Mata Grande, foram:

- Procuradoria Geral da República
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo do Maranhão;
- Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais

Reservas Extrativistas

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz
- Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural-CENTRU
- Paróquia Santa Tereza D'ávila
- Cáritas Brasileira

Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins

As organizações governamentais e não governamentais que participaram e apoiaram a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins, foram:

- Procuradoria Geral da República
- Fundação Natureza do Tocantins - NATURANTINS
- Comissão Pastoral da Terra - CPT
- Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axixa do Tocantins
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET
- Sindicato dos Trabalhadores de Augustinópolis
- Fundação de Ciência, Aplicação e tecnologia Espaciais-FUNCATE
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguatins
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Praia Norte
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguatins, Buriti, São Sebastião e Esperantina

Informações sócio-econômicas

Segundo o levantamento sócio-econômico preliminar encomendado em 1992 pelo CNPT, dentre as bases de recursos extrativos que viabilizam as Reservas Extrativistas, os babaçuais tem importância correspondente à dos seringais amazônicos, em face da sua ampla distribuição geográfica na Pré-Amazônia e no Nordeste brasileiros e por ser o sustentáculo de uma atividade econômica - a quebra do coco babaçu - da qual dependem cerca de 450 mil famílias (IBAMA, 1990). Portanto, a importância sócio econômica dos babaçuais pode ser traduzida pelo número de famílias que deles diretamente dependem. Entretanto, a queda da indústria extrativista de babaçu deve-se a diversos motivos, dentre eles, o baixo preço da amêndoa, a sistemática transformação das áreas de babaçuais em pastagens, as tecnologias de processamento ineficientes e projetos superdimensionados. Esta situação acarreta terríveis consequências, não só para as indústrias, como também para os trabalhadores rurais, que dependem do babaçu para sobrevivência. Considerando que menos de 20% da produção total de babaçu é comercializado atualmente, o extrativismo da espécie, oferece enorme potencial como alternativa sustentável ao desmatamento (Anderson, 1992). Embora os maiores obstáculos tecnológicos para o processamento do babaçu tenham sido superados, os fracassos do passado sugerem que a saída mais apropriada está nas indústrias de pequena escala, cujos custos de investimento e operação são mínimos, além de serem também mais adequadas do ponto de vista social. Segundo os Anais do Workshop sobre Alternativas Políticas, Sociais e Tecnológicas para o Desenvolvimento Sustentável do Babaçu, realizado em 1992, a importância social do extrativismo do babaçu aumenta ainda mais porque a exploração do produto ocorre no período de entressafra das principais culturas regionais, concorrendo, portanto, para manutenção dessas famílias e contribuindo para conter o êxodo rural.

Os babaçuais fazem do Brasil o país com maior potencial oleaginoso do mundo. A indústria do babaçu já foi a maior indústria do mundo destinada à transformação de um único produto vegetal nativo. Além disso, o babaçu é tido como um dos mais eficazes produtores de biomassa dentre as espécies florestais nos ecossistemas tropicais sub-úmidos (Anderson, 1983). Estima-se, no entanto, que 90% da produção nativa de cocos desses palmeirais permanecem inaproveitados na mata, todos os anos. Na raiz desse desperdí-

cio, encontra-se o não acesso à terra pelo pequeno produtor, ou seja, os direitos de propriedade exercidos pelos latifundiários sobre os recursos naturais, determinam a divisão dos benefícios obtidos com a sua exploração. A estrutura agrária e agrícola que tem modificado e dificultado o acesso do pequeno produtor aos babaçuais, tem afetado o abastecimento de matéria prima à indústria de óleo, mas é sobre a estratégia de sobrevivência do pequeno produtor que recai diretamente esse problema.

Hoje, com o avanço do processo de expansão na região, também com a prevalência do latifúndio e da pecuarização extensiva, grande parte dessa população, que são descendentes de indígenas, negros e migrantes do Nordeste semi-árido, se comprime em povoados paupérrimos, implantados no único espaço físico que lhes sobrou naquela imensa região: a estreita faixa situada entre as estradas e as cercas das grandes fazendas. As casas são de parede de barro (taipa) cobertas com folhas de palmeira, com quase nada no seu interior. É nessas franjas de terra escassa, improdutivo, e na maioria das vezes sem água, que uma imensa população de trabalhadores resiste à submissão, na esperança de ver seu direito à vida garantido pelo Estado.

Na base dessa resistência está o coco-babaçu, colhido nas fazendas pelos homens e quebrado em casa pelas mulheres, as conhecidas quebradeiras de coco. Submetido a moldes de inspiração medieval, o desenvolvimento dessa atividade produtiva somente pode ser entendido e explicado na necessidade premente e inadiável, imposta pelo dia-a-dia, na luta pela sobrevivência.

Encurralada pelos fazendeiros, que exploram sua força de trabalho em tarefas sazonais e mal remuneradas, como roçagem e limpeza de pastos, a maioria dessa população, além de entregar seus direitos de posse a especuladores, só consegue plantar alguma roça de subsistência (arroz, milho, feijão e mandioca) sob pagamento de escorchantes renda ao dono da terra (até 50% da produção) e com a condição de, após cada colheita, transformar a área em pastagens. De acordo com o cadastramento e levantamento sócio - econômico das Reservas, realizado em 1993, cerca de 80% dos chefes de família tem como principal atividade econômica a roça e em termos de ocupação quase a metade da população que utiliza as Reservas são arrendatários. Uma parte significativa, portanto, sequer consegue essa 'benesse' dos proprietários, não tendo simplesmente como produzir para sua subsistência. Além disso os locais de coleta de babaçu estão cada vez mais distantes em função da formação de novas pastagens.

O coco, então, é praticamente a única alternativa para muitas famílias e comunidades inteiras e a mais importante atividade produtiva para a população dos babaçuais. Conforme referido cadastramento e levantamento sócio - econômico das Reservas Extrativistas, mais da metade das mulheres coletam babaçu, com maior destaque para a Reserva do Extremo Norte do Tocantins (80,6%) e praticamente 90% dos entrevistados das três Reservas, tem como principal produto do extrativismo, o babaçu. Constrange, no entanto, a violência a que se expõe o trabalhador e sua família para conseguir o coco de que dependem para sobreviver. As mulheres quebram 10 Kg de babaçu, para trocar ao final do dia, por menos de 2 Kg de arroz (ASSEMA, 1990). Além disso, a quebra de coco, em diversas áreas, é desenvolvida muitas vezes de forma praticamente clandestina, visto que grande parte dos fazendeiros, não permite que se entre em suas áreas para colhê-lo.

Portanto a quebra do coco de babaçu e a agricultura de subsistência, constituem as principais atividades econômicas desenvolvidas na área. A venda da força de trabalho familiar ao fazendeiro, é uma das raras formas de obtenção de renda na região a que o trabalhador se expõe por absoluta necessidade e falta de alternativa.

A região produz, principalmente, amêndoa de coco, arroz, milho, feijão e mandioca, possibilitando uma renda menor de um salário mínimo (menos que US\$80,00), o que obriga

essas comunidades a se submeterem ao esquema dos fazendeiros locais. O trabalho de diaristas, ao mesmo tempo que reforça a parca renda familiar, torna os trabalhadores cativos do latifúndio.

Segundo o Levantamento sócio - econômico preliminar realizado em 1992 a pedido do CNPT para subsidiar a criação das Reservas, numa situação de livre acesso às terras que trabalham, estima-se, que a renda atual, consideradas as mesmas condições de produção e comercialização predominantes, seria três vezes maior que a atual.

Apesar do grande potencial energético e alimentar, com exceção da amêndoa, quase todo o restante do fruto, (epicarpo, mesocarpo e endocarpo), obtido da quebra manual, é desperdiçado, ou seja, cerca de 90%. Este pode ter os seguintes usos: consumo direto, extração do leite, óleo para alimentação, produção de sabão, cosméticos e iluminação, borra usada na alimentação animal, larvas de insetos extraídas das amêndoas e usadas no consumo humano, iscas, casca, que produz um carvão vegetal de ótima qualidade, fumaça contra insetos, alcatrão, artesanato, fibras têxteis, álcool, revestimentos de parede e pisos, etc. Sendo assim, para 240.000 toneladas de amêndoas, são desperdiçadas anualmente 800.000 t de mesocarpo amiláceo, 2,9 milhões t de epicarpo fibroso e endocarpo lenhoso, equivalendo a um milhão de toneladas de carvão com 85% de carbono fixo, 280.000 m³ de álcool anidro, 234.000 toneladas de metanol e 184.000 toneladas de ração e outros produtos (IPES, 1983 in Diagnóstico dos Principais Problemas Ambientais do Estado do Maranhão, 1991).

Entretanto, o processo de importação de óleo da Malásia, por grandes compradores, como a Gessy Lever e Colgate Palmolive, tem causado desequilíbrios entre os fabricantes regionais de óleo de babaçu. Consequentemente, a importação desse óleo atua como uma regulação de preços no mercado de óleos vegetais. (ASSEMA, 1993). Em comparação com o óleo de babaçu, o óleo da Malásia, chega aos portos Brasileiros praticamente pela metade do preço, já com todos os impostos adicionados. Com a redução da alíquota do imposto de importação, as indústrias enfrentam hoje dificuldades para negociar no mercado interno os seus produtos, conforme diagnóstico realizado no Workshop sobre babaçu realizado em São Luís em 1992. As pequenas cooperativas agroextrativistas também ainda não tem condições de reunir um volume de produção e capital suficiente, estando sujeita aos desequilíbrios dos fabricantes de óleos locais. Além disso, dada a estiagem em alguns anos, os períodos definidos como de safra e entresafra tem sofrido variações, inclusive variando de microrregião, expressando maiores diferenças entre áreas de maior presença de capoeiras e áreas degradadas(pastagens abandonadas).

De acordo com o Mapeamento das Ocorrências e Prospecção do Potencial Atual do Babaçu no Estado do Maranhão (1981), a produtividade média Estadual está em torno de 1.804 Kg/ha e a porcentagem média de palmeiras produtivas por hectare é de 48,8%. Encontra-se, desde áreas sem produção de coco, até aquelas com 10.500 Kg/ha/ano, autênticas exceções. Segundo o Engenheiro Agrônomo, Pesquisador da EMBRAPA/EMAPA, José Mário Ferro Frazão, apesar da palmeira nunca ter sido domesticada e requerer de 15 a 20 anos para atingir a maturidade, o seu potencial produtivo é de 13 milhões de toneladas de coco/ano. Conforme o Diagnóstico dos Principais Problemas Ambientais do Estado do Maranhão (1991), o Estado está com uma área estimada de ocorrência do babaçu em 10.300,5 palmeiras em 1000 ha, o que dá uma participação de 54,2% do total de palmeiras de babaçu em todo o país. Ainda de acordo com o referido Diagnóstico, a produção média no Estado do Maranhão por hectare, pode oscilar entre uma e três toneladas, podendo chegar a 7,10 ou 15 t/ha por ano. Para se obter 10 Kg de amêndoas, por exemplo, utiliza-se mais de 120 Kg de coco inteiro e após 8 horas de serviço, em média, uma quebradeira hábil pode obter até 15 Kg, sendo que a média do Estado é de cerca de 5 Kg por dia de trabalho (ASSEMA, 1990).

Entretanto, o pouco volume comercializado na área de influência das três Reservas, é causado, em parte, pela falta de maior organização das comunidades na questão da comercialização. Apesar de ter havido certo avanço com a experiência das cantinas comunitárias, a comercialização é feita por marreteiros (intermediários) que, geralmente , moram nos povoados, mas não são trabalhadores como os demais. Esses marreteiros fazem parte de uma cadeia de intermediação e moram na maioria das cidades próximas, mas raramente aparecem nas comunidades. A intermediação termina com a colocação dos produtos nos maiores mercados da região (Imperatriz e Açailândia). Os extrativistas também levam às estradas os produtos que necessitam vender, para conseguir algum dinheiro e assim comprar remédios e mantimentos.

Para se abastecerem, as famílias dos povoados contam com algumas ‘bodegas’, que geralmente são dos próprios intermediários, onde encontram o essencial (açúcar, sal, café, etc) a preços altíssimos, mantendo os trabalhadores atrelados aos marreteiros por dívidas crônicas. Na medida em que a organização das comunidades vem aumentando, uma alternativa a essa dependência dos intermediários vem surgindo na área de influência das reservas: é a implantação das cantinas comunitárias mantidas pelas associações das mulheres quebradeiras. Nas cantinas comunitárias troca-se, a preços melhores para os extrativistas, produtos básicos por babaçu; este é vendido pelas associações locais para nova compra de produtos como açúcar, fósforo, sal, querosene, etc. Em diversos locais, como na egião do Lago do Junco e Imperatriz, no Maranhão e em Sítio Novo e São Miguel onde atua o Clube Agrícola Sete Barracas, no Estado de Tocantins, novas cooperativas agroextrativistas vinculadas aos Sindicatos que compõem a ASSEMA, e outras iniciativas de base, estão buscando estabelecer formas descentralizadas de processamento e comercialização do babaçu. Essas iniciativas, que contaram com apoio do CNPT, oferecem a promessa de diminuir os custos de transporte e de aumentar os ganhos daquele segmento da população mais dependente do babaçu.

Deve-se destacar que, quando os preços do babaçu passam a subir, a partir desse trabalho das cantinas comunitárias, fazendeiros próximos aos povoados onde há cantinas de maior produção, começam a contratar ‘catadores’ de coco, que irão ser quebrados por quebradeiras da cidade, pela metade do preço. Várias vezes, grupo de quebradeiras de coco na área de influência das três Reservas, resolvem ‘empatar’, ou seja, impedir a saída de caminhões carregados, fechando a estrada. Segundo os extrativistas, eles não são contra que quebradeiras da cidade tenham acesso aos babaçuais, mas contra os fazendeiros que submetem os trabalhadores ao humilhante tratamento. Da mesma forma, na área de abrangência das Reservas, já ocorreram vários ‘empates’ contra a devastação de babaçuais, semelhantes aos da Amazônia, organizados pelas quebradeiras.

É importante também frisar que os agroextrativistas defendem que apesar do coco estar na ‘ dita’ propriedade dos fazendeiros, esta é a luta pelo BABAÇU LIVRE: ninguém o plantou, nem o cultivou, é uma riqueza da nação, como os rios, o ar, ultrapassando as regras da propriedade privada. Os trabalhadores entendem que a função social da propriedade , garantida pela Constituição Federal, não se aplica apenas à terra, mas aos demais recursos naturais, para os trabalhadores que deles fazem parte.

Além dos produtos advindos da palmeira babaçu, os trabalhadores exploram nas Reservas outras plantas nativas como o pati (suas amêndoas podem ser misturadas com as do babaçu) e o inajá (coco consumido como alimento).

As principais espécies medicinais na mata, utilizadas pela população são:imbaúba, tipi, mastruz, jambu, jaborandi e canapu.

A caça, que já foi muito importante na área, continua sendo uma das principais fontes

Reservas Extrativistas

de proteína animal da população. Espécies ainda ocorrentes: caititu, veado, capivara, tatu, cutia, anta, etc.

A pesca também tem sua importância para a população local. As espécies mais consumidas são: surubim, curimbata, piaú, matrinhã e traíra.

A maioria dos povoados da área de influência da Reserva contam com escola com ensino somente até o 1º grau e funcionando em precárias condições. As instalações são muito ruins e os professores, na maioria leigos, são mal remunerados.

Apesar de existirem postos de saúde na maioria dos povoados, o atendimento é totalmente insuficiente, tanto em termos de medicamentos como de médicos. Em alguns povoados existem agentes de saúde, mas o transporte público para remoção de doentes inexistente.

A maioria dos povoados são providos de rede de energia elétrica, todavia não acessível à maioria das famílias residentes, devido ao baixíssimo poder aquisitivo da população.

Poucos são os povoados que possuem sistema de transporte coletivo.

Reserva Extrativista do Ciriaco

Cerca de 200 famílias tem vinculação com a Reserva e os povoados que mais diretamente dependem da Reserva são: Ciriaco, São Francisco e Alto do Peba.

Conforme o Mapeamento e Levantamento do Potencial das Ocorrências de Babaçuais (1982) as Reservas Extrativistas do Ciriaco e Mata Grande estão localizadas numa mancha de babaçuais de 241.500 ha com 70% de cobertura (169.050 ha) possuindo uma concentração média de palmeiras adultas por hectare de 66 espécies e 46% de palmeiras produtivas. A média de palmeiras produtivas é de 31 por hectare. A concentração de palmeiras adultas refere-se ao número médio de palmeiras adultas detectadas por módulo na mancha. A produtividade média é de 1.364,1 Kg/ha e a produção de babaçu por mancha, onde estão situadas as Reservas de Ciriaco e Mata Grande, é de cerca de 230.601,1 toneladas.

Reserva Extrativista da Mata Grande

Aproximadamente 150 famílias dependem dos recursos naturais da Reserva e vivem nos povoados de Mata Grande, Água Viva e São Luiz.

Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins

Em torno de sessenta famílias se utilizam da Reserva para sua sobrevivência, distribuídas pelos seguintes povoados: Centro do Gonçalves, Centro Firmino, Vinte Mil, Cachimbo e da sede do Município de Carrasco Bonito.

Segundo o mesmo trabalho citado na Reserva Extrativista do Ciriaco, a Reserva do Extremo Norte do Estado do Tocantins, está inserida em uma mancha de babaçuais de 222.250 ha, com 40% de cobertura (88.900 ha), possuindo uma concentração média de palmeiras adultas por ha de 54 espécies e 12% de palmeiras produtivas. Como nas outras duas Reservas, a concentração de palmeiras adultas refere-se ao número médio de palmeiras adultas identificadas por módulo na mancha. A produtividade média é de 751,8 Kg/ha e a produção de babaçu por mancha, onde se localiza a Reserva gira em torno de 66.835 ton.

Organização social

Conforme já havia sido previsto durante levantamento sócio-econômico que fundamentou a criação destas Reservas, a forma de organização nas suas áreas de influência ainda é insuficiente para garantir o manejo sustentado dos recursos da Reserva.

Nos povoados, a criação de Associação específica para a Reserva, apesar de estar em processo de formação e de haver muito esforço por parte das lideranças locais, é dificultada pelo fato de que as pessoas confundem associação, sindicalização e organização coletiva de invasão de terras. Além disso, segundo a população, o fato do IBAMA não ter desapropriado as terras dificulta uma maior organização social dos moradores, pois há uma enorme discriminação por parte dos proprietários em relação àqueles trabalhadores que tentam se organizar, impedindo-os de plantar e extrair babaçu nas suas terras, além de outras represálias. Por outro lado, os esforços por parte dos pequenos produtores do babaçu no sentido de assegurar, dentre outros direitos, o usufruto sobre as palmeiras, são dificultados pelo fato de que na região, existe muita gente necessitando de trabalho. Isso facilita que grupos de trabalhadores aceitem as condições de trabalho impostas pelo patrão, em prejuízo daqueles que, um pouco mais organizados, estão tentado exigir mais respeito aos seus direitos (CONTAG, 1983 , in May, 1990)

A grilagem de terras e a atividade pecuária, que disputam com vantagem, palmo a palmo de chão com o extrativismo do babaçu, provocam constantes conflitos sociais.

Em cada povoado das três Reservas, há um delegado sindical responsável pelos trabalhos de articulação e mobilização junto aos trabalhadores, pois os sindicatos são os principais instrumento de defesa de seus interesses.

Segundo o cadastramento e levantamento sócio - econômico das Reservas (1993) os agroextrativistas mais organizados são da Reserva do Extremo Norte do Tocantins, pois 83% dos entrevistados pertencem a algum sindicato ou associação. Nas outras duas Reservas, a distribuição entre aqueles que participam ou não de algum sindicato ou associação é praticamente dividida paritariamente.

Reserva Extrativista do Ciriaco e Mata Grande

As instituições que atuam junto às comunidades destas duas Reservas, com vistas à sua organização são: a Cooperativa dos Agroextrativistas de Imperatriz, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, a Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e a Comissão Pastoral da Terra todos com sede ou representantes em Imperatriz, que está situada a alguns quilômetros das Reservas.

Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Augustinópolis, o Clube Agrícola Sete Barracas, a Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e a Comissão Pastoral da Terra são praticamente as únicas instituições que atuam junto aos extrativistas desta Reserva, no sentido de apoiar a sua organização.

Plano de utilização

O manejo do uso múltiplo dos recursos naturais desenvolvido atualmente pelos agroextrativistas da região, oferece um modelo de produção com a vantagem de exercer menor pressão sobre a terra.

O extrativismo, a caça, a pesca e a pequena agricultura de subsistência integraram-se harmonicamente, antes do meio ambiente sofrer ações impactantes dos latifundiários.

Os pequenos produtores são os que melhor uso fazem desse ecossistema florestal, por serem mais eficientes no manejo dos babaçuais, integrando a quebra do coco às outras atividades produtivas que essas áreas possibilitam, de modo particular as voltadas a produção de alimentos.

Visando o aumento da produtividade dos babaçuais, recomenda-se que seja feito o mane-

jo dessas áreas, através do desbaste seletivo das palmeiras comprovadamente improdutivas, a níveis de 200 palmeiras por hectare, que é considerado um babaçual denso pelo Mapeamento das Ocorrências e Prospecção do Potencial Atual do Babaçu no Estado do Maranhão (1981). O controle de superpopulação de pindovas (babaçu pouco desenvolvido) e consórcio dos babaçuais com culturas perenes adaptadas à região, também contribui para aumento da produtividade dos babaçuais.

Nas áreas onde a densidade das palmeiras está em torno de 80 plantas por hectare, que por sinal é a frequência média nestas três Reservas, segundo referido Mapeamento realizado em 1981, deve ser feito um trabalho para recuperação desses babaçuais degradados, através da ocupação dos espaços existentes com as próprias pindovas. Para tal, é necessário fazer o controle das pindovas excedentes, procurando-se deixar apenas cerca de 20 pindovas mais vigorosas intercaladas nos espaços vazios existentes.

Vale a pena frisar que nas conclusões do Mapeamento anteriormente citado (1981), é mencionado que as variações de produtividade dos babaçuais não estão necessariamente correlacionados aos graus de adensamento, pois encontram-se babaçuais densos com produtividade altas, média e baixas fato também verificado em babaçuais mediamente densos e rarefeitos, guardadas as devidas proporções.

Pode-se fazer também a recuperação de babaçuais onde houve o corte raso, manejando-se a população de pindovas com prazo de 15 a 20 anos, tempo necessário para as mesmas se transformem em babaçuais adultos e entrem em fase de produção.

A baixa produtividade de alguns babaçuais deve-se ao fato de que cerca de 50% das palmeiras são praticamente improdutivas, ou seja, produzem apenas inflorescências masculinas, e que sucessivamente sofrem 'stress' causado pelo manejo inadequado. Além disso, as palmeiras são submetidas a um alto grau de concorrência com outras espécies vegetais associadas, assim como a super população de pindovas.

Através de um manejo racional envolvendo práticas simples como desbaste das palmeiras improdutivas e das pindoveiras, pode-se obter nos babaçuais destas três Reservas, um incremento de produtividade em cerca de 50% num prazo de 3 a 4 anos, conforme observações colocadas no levantamento sócio econômico que subsidiou a criação das Reservas.

Iniciativas em curso

Já foram finalizadas as atividades de levantamento fundiário das Reservas Extrativista visando efetuar a regularização fundiária para promover a desapropriação. Esses trabalhos permitiram avaliar o custo de desapropriação das terras e benfeitorias, cujo valor não foi depositado na justiça devido a falta de recursos. Vale ressaltar que houve muitas dificuldades e grande resistência por parte dos proprietários no sentido de impedir a realização desse trabalho de avaliação que contou com o importante apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Deve-se frisar que o Decreto de criação das Reservas assegura o ingresso dos órgãos governamentais nas Reservas. Entretanto, para garantir a segurança dos avaliadores, houve a necessidade do IBAMA ingressar na justiça para garantir o acesso às propriedades e realizar o trabalho de avaliação.

É importante destacar que dentro do processo de desapropriação destas três Reservas, operou-se a caducidade dos prazos estabelecidos para o ingresso das ações judiciais de desapropriação, conforme legislação vigente. No entanto, as áreas continuam sendo Reservas Extrativistas, sendo que após um ano, ou seja, Maio de 1995, é possível reeditar o Decreto e iniciar o processo de desapropriação.

Principais problemas

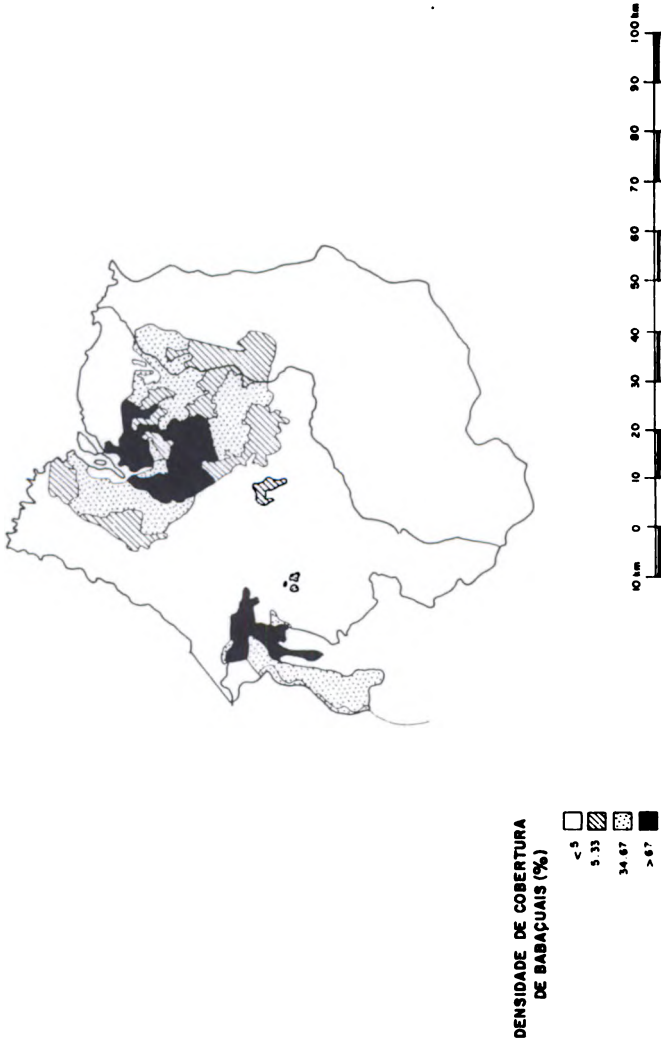
1. Pouca organização comunitária, causada pela falta de clareza na população entre sindicalização, associação e invasão de terras.
2. Constantes conflitos sociais provocados pela grilagem de terras.
3. As atividades sociais da comunidade de um modo geral se confundem com as atividades religiosas e política partidária.
4. Falta de uma política específica para os produtos oriundos da extração do babaçu, através do estabelecimento de linhas de crédito, adaptadas às especificidades culturais, ecológicas, econômicas e sociais dos extrativistas.



Fruto do buriti “*Mauritia flexuosa*” (Foto: Julio Ruiz Murrieta).

DENSIDADE DE COBERTURA DOS BABAÇUAIS NO MEIO-NORTE E NO NORTE DO GOIÁS

(SEGUNDO ANDERSON E ANDERSON, 1983; MIC/STI, 1982).



CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO/DINPED/IBAMA

**ÁREAS DE OCORRÊNCIA DE BABAÇUAIS
em GO, TO, MT, PI e MA**



FONTE : MAPEAMENTO E LEVANTAMENTO DO POTENCIAL DAS OCORRÊNCIAS DE BABAÇUAIS NOS ESTADOS DE MARANHÃO, PIAUÍ, MATO GROSSO E GOIÁS. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO/SECRETARIA DE TECNOLOGIA E INDÚSTRIA. BRASÍLIA, 1982.

CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO/DIRPED/IBAMA

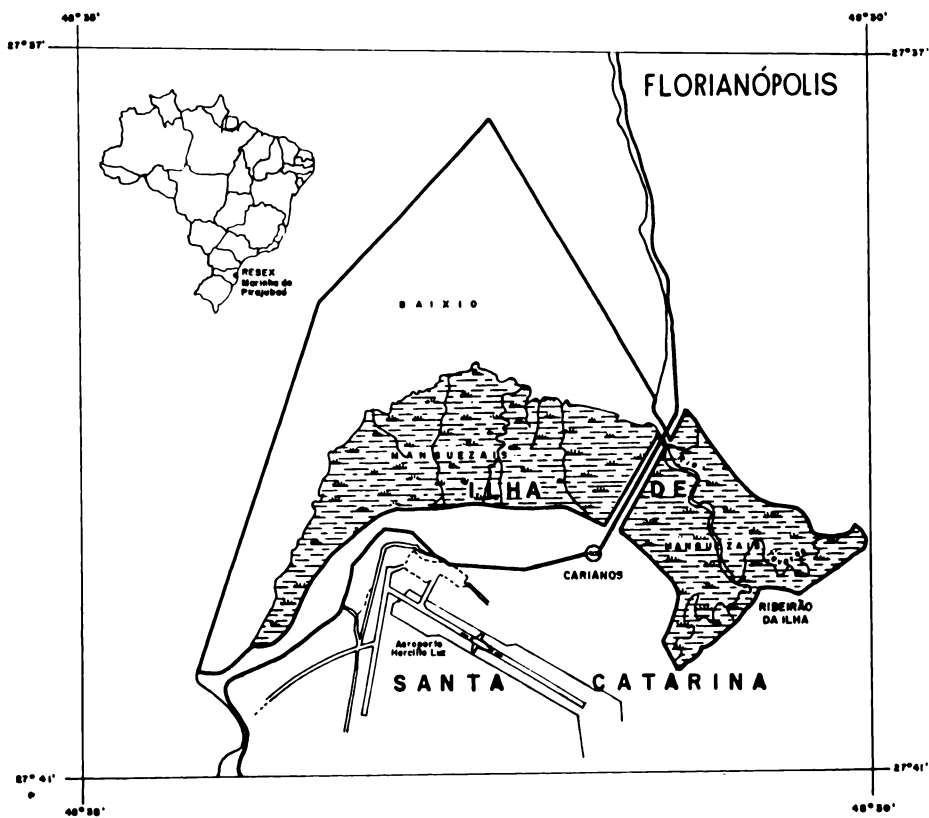
LOCALIZAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO BRASIL



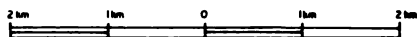
CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO/DIRPED/IBAMA

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ

- ESTADO DE SANTA CATARINA / BRASIL -



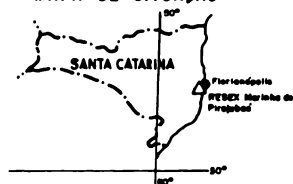
ESCALA 1 : 50.000



CONVENÇÕES:

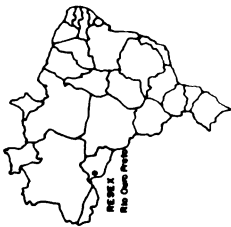
- RIOS 
- LIMITE DA RESERVA 
- LIMITE INTERNACIONAL 
- LIMITE ESTADUAL 
- CIDADES 
- RODOVIA 

MAPA DE SITUAÇÃO

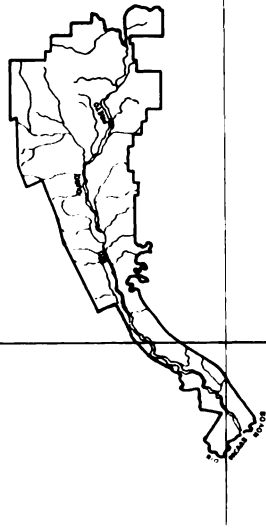


CENTRO DE SENSORAMENTO REMOTO/DIRPED/IBAMA

RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO
 - ESTADO DE RONDÔNIA / BRASIL -

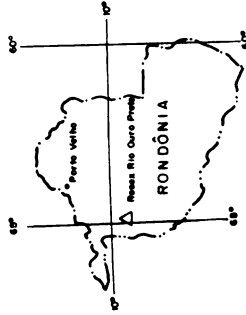


65° 00'



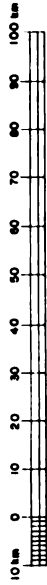
11° 00'

MAPA DE SITUAÇÃO



CONVENÇÕES:

- RIOS
- LIMITE DA RESERVA
- LIMITE INTERNACIONAL
- CIDADES
- RODOVIA

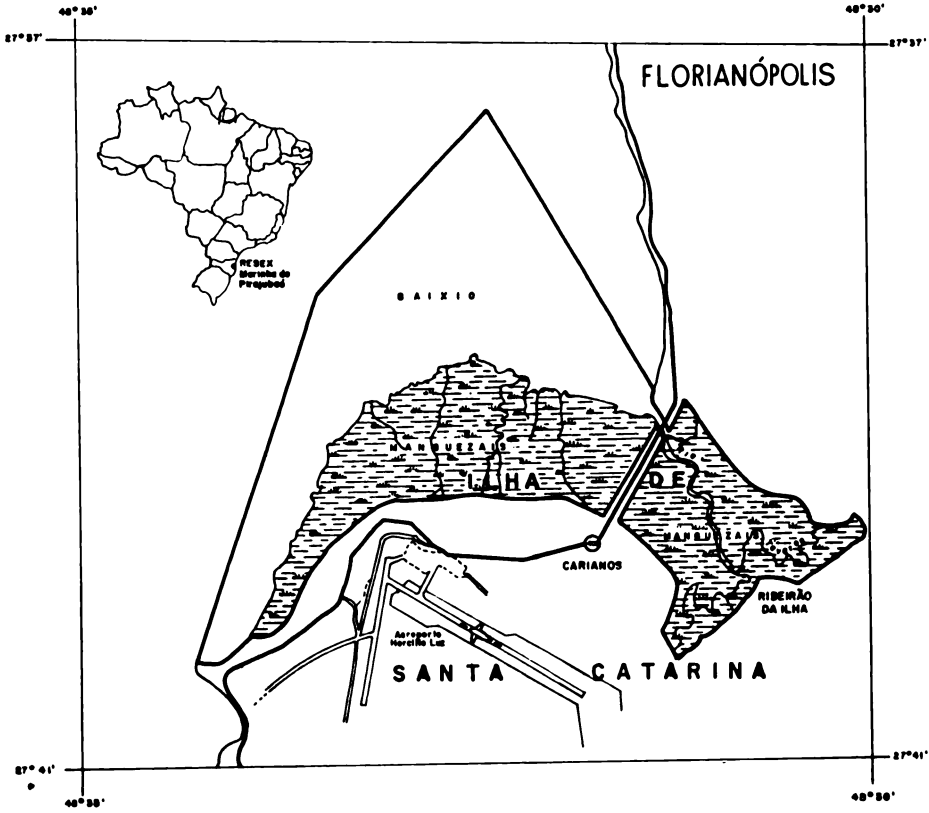


ESCALA - 1:1.000.000

CENTRO DE SERVICIOS REMOTO/DIRP/IBAMA

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ




- ESTADO DE SANTA CATARINA / BRASIL -



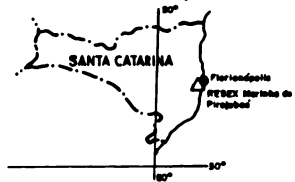
ESCALA 1:50.000



CONVENÇÕES:

- RIOS 
- LIMITE DA RESERVA 
- LIMITE INTERNACIONAL 
- LIMITE ESTADUAL 
- CIDADES 
- RODOVIA 

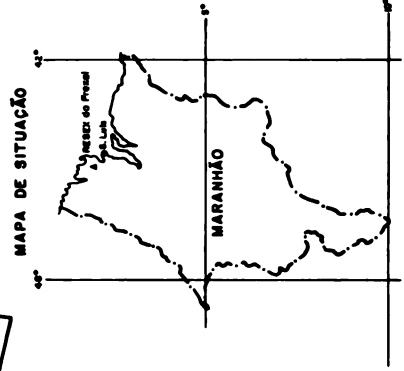
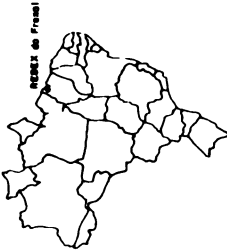
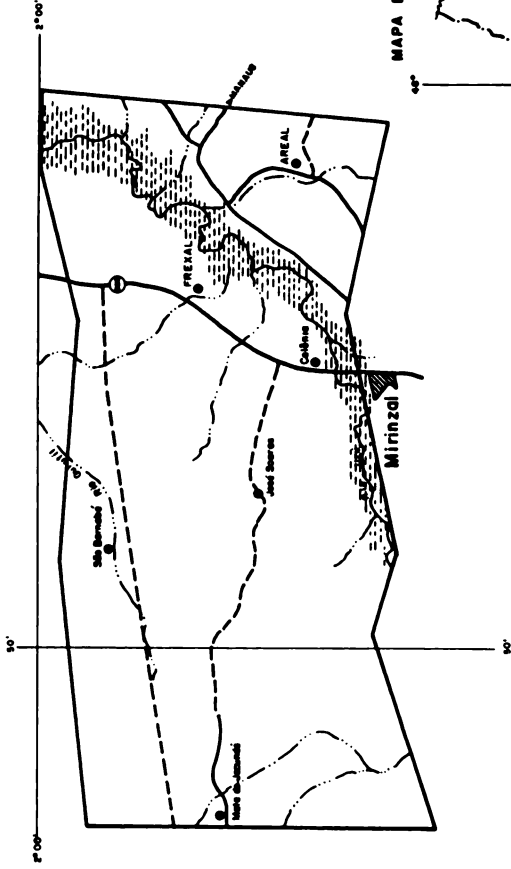
MAPA DE SITUAÇÃO



CENTRO DE SENSORAMENTO REMOTO/DIRPED/IBAMA

RESERVA EXTRATIVISTA DO FREXAL -

- ESTADO DO MARANHÃO BRASIL -



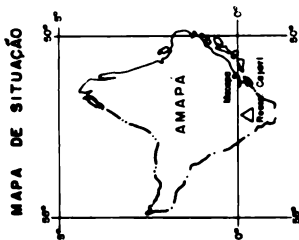
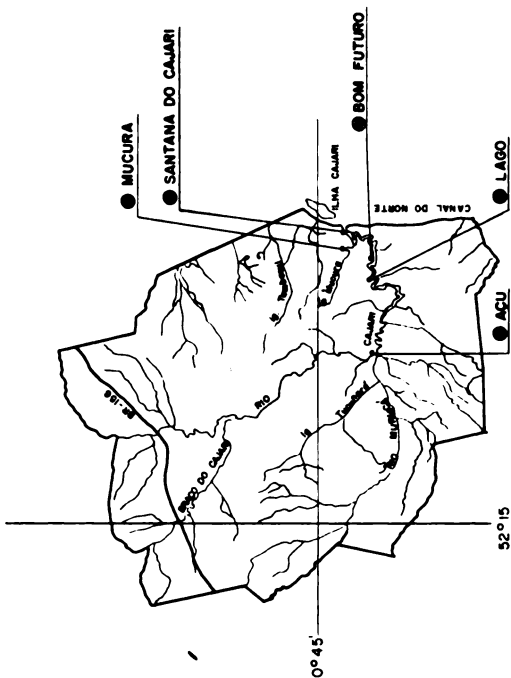
CONVENÇÕES:

- RIOS
- LIMITE DA RESERVA
- LIMITE INTERNACIONAL
- LIMITE ESTADUAL
- CIDADES
- RODOVIA
- CAMINHO
- CENTRO DE SEMBRAMENTO REMOTO/DIRPEO/IBAMA

ESCALA 1 : 100.000



RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI
- ESTADO DO AMAPÁ / BRASIL -



CONVENÇÕES:

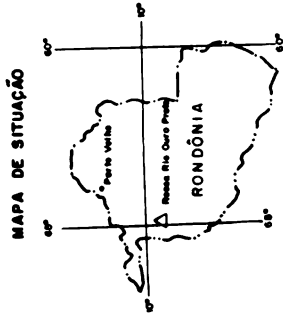
- RIOS
- LIMITE DA RESERVA
- LIMITE INTERNACIONAL
- CIDADES
- RODOVIA



ESCALA - 1:1.000.000

CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO / DIRPEZ/INANA

RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO
- ESTADO DE RONDÔNIA / BRASIL -



CONVENÇÕES:

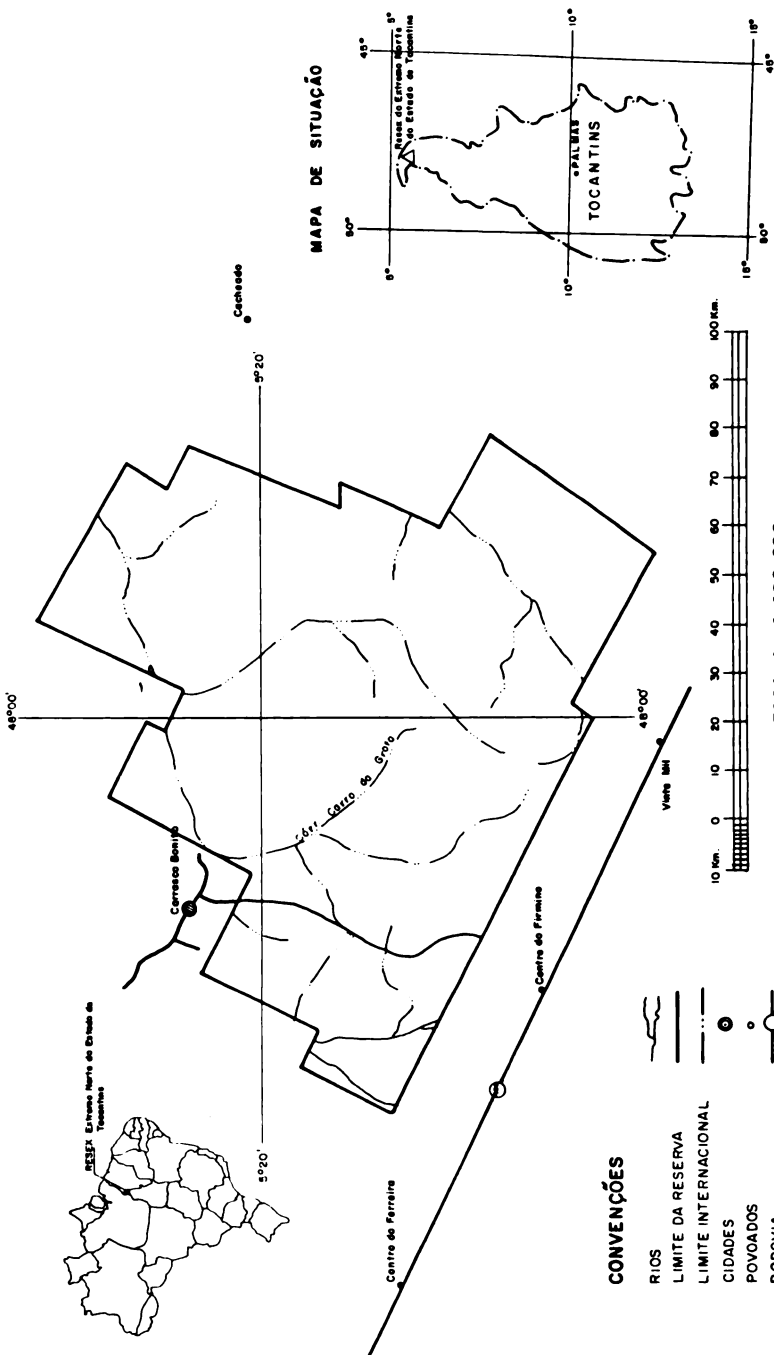
- RIOS
- LIMITE DA RESERVA
- LIMITE INTERNACIONAL
- CIDADES
- RODOVIA



ESCALA - 1:1.000.000

CENTRO DE SEDORIAMENTO REMOTIVO/IMPRESO/IBAMA

RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS - ESTADO DO TOCANTINS / BRASIL -



CONVENÇÕES

- RIOS
- LIMITE DA RESERVA
- LIMITE INTERNACIONAL
- CIDADES
- POVOADOS
- RODOVIA
- CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO/DIRPED/IBAMA

ESCALA - 1: 100.000

RODRIGUES, Écio. Mapeamento das Relações Sócio-econômicas das Reservas Extrativistas Cachoeira e São Luis do Remanso. FUNTAC, Rio Branco, 1991.

SEMATUR/SAGRIMA/EMAPA. Workshop Babaçu sobre Alternativas Políticas, Sociais, e Tecnológicas para o Desenvolvimento Sustentável, Anais - São Luis, 1992.

SEMATUR. Diagnóstico Ambiental dos Principais Problemas Ambientais do Estado do Maranhão - São Luis, 1991.

SUDAM/BASA/SUFRAMA/PNUD. Cenários da Amazônia. 55p Mimeografado.

SUDAM. Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1992/95 - Belém, 1992.

SUDENE/Instituto Estadual do Babaçu. Mapeamento das Ocorrências e Prospecção do Potencial Atual do Babaçu no Estado do Maranhão - São Luis, 1981.

TORRES, Haroldo/MARTINE, George. Amazonian Extractivism: Prospects and Pitfalls - ISPN/Brasília, 1991 - Mimeografado.

UICN (1993) El Extractivismo en América Latina. Conclusiones, Recomendaciones del taller UICN-CEE. Amacayocu, Colombia, 1992.

WHITESELL, Edward Albert. Changing Courses: The Juruá River, its people and Amazonian Extractive Reserves. Dissertation University of California at Berkeley. 1993.

UICN Programa para a Conservação das Florestas

1. Sayer, J. *Rainforest Buffer Zones: Guidelines for Protected Area Management*, Gland and Cambridge, IUCN, 1991
2. Poore, D. and Sayer, J. *The Management of Tropical Moist Forest Lands: Ecological Guidelines*, 2nd edn, Gland and Cambridge, IUCN, 1991
3. Howard, P. C. *Nature Conservation in Uganda's Tropical Forest Reserves*, Gland and Cambridge, IUCN, 1991
4. Hecketsweiler, P., Doumenge, C. and Mokoko Ikonga, J. *La Réserve de Conkouati, Congo: Le secteur sud-est*, Gland and Cambridge, IUCN, 1991
5. Hecketsweiler, P., Doumenge, C. and Mokoko Ikonga, J. *Le Parc national d'Odzala, Congo*, Gland and Cambridge, IUCN, 1991
6. Whitmore, T. C. and Sayer, J.A. (eds.) *Tropical Deforestation and Species Extinction*, London, Chapman & Hall, 1992
7. Doumenge, C. *La Réserve de Conkouati, Congo: Le secteur sud-ouest*, Gland and Cambridge, IUCN, 1992
8. Berkmüller, K. *Environmental Education about the Rain Forest*, revised edn, Gland and Cambridge, IUCN, 1992
9. Blockhus, J., Dillenbeck, M., Sayer, J. A. and Wegge, P. (eds.) *Conserving Biological Diversity in Managed Tropical Forests*, Gland and Cambridge, IUCN, 1992
10. Poore, D. and Sayer, J. *La gestion des régions forestières tropicales humides: Directives écologiques*, 2nd edn, Gland and Cambridge, IUCN, 1993
11. Sawyer, J. *Plantations in the Tropics: Environmental Concerns*, Gland and Cambridge, IUCN, 1993
12. Perez, M. R., Sayer, J. A. and Jehoram, S. C. *El Extractivismo en América Latina*, Gland and Cambridge, IUCN, 1993

Directores de coleção: Jeffrey Sayer, Jill Blockhus and Morag White (1991–92)
Don Gilmour and Jill Blockhus (1993–95)

UICN - UNIÃO MUNDIAL PARA A CONSERVAÇÃO

Fundada em 1948, a UICN - União Mundial para a Conservação - é uma organização que conta entre seus membros com governos, organizações não governamentais (ONG), instituições de pesquisa, assim como agências de conservação da natureza em 129 países. A UICN tem por objetivos promover e encorajar a preservação sustentável dos recursos naturais.

PROGRAMA DA UICN PARA A CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS

O Programa da UICN para a conservação das florestas coordena e reforça as atividades do secretariado e dos membros da UICN que trabalham com os ecossistemas florestais, assim como da pesquisa e da promoção da utilização sustentável dos recursos florestais. O Centro Mundial de Monitoramento da Conservação (WCMC) fornece informação sobre as espécies animais e vegetais, assim como os habitats especialmente importantes para a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas florestais.

O programa inclui uma análise sobre a política florestal, assim como projetos de campo relativos a problemas específicos de gestão dos recursos florestais biologicamente mais importantes. Os princípios da Estratégia Mundial para Conservação são aplicados nestes projetos, que integram as necessidades da conservação e das populações locais. Dá-se ênfase especial à criação de zonas tampão nos entornos dos parques nacionais e das reservas.

A política e as atividades da UICN são baseadas na informação fornecida pelos seus membros ou proveniente de seus projetos de campo, assim como pela análise das tendências atuais elaboradas pela WCMC. O programa é desenvolvido em colaboração com organismos de cooperação internacionais a fim de que se assegure a plena integração entre projetos de desenvolvimento e as prioridades da conservação.

As publicações da UICN contribuem com informação e recomendações técnicas aos governos, às instituições internacionais, às pessoas responsáveis pela elaboração de planos de desenvolvimento e aos especialistas em conservação.

Para obter um exemplar gratuito do catálogo completo, favor dirigir-se a:

Serviço de publicações da UICN

219c Huntingdon Road, Cambridge, CB3 0DL, Reino Unido

o

Divisão de comunicações da UICN

Rue Mauverney 28, CH-1196 Gland, Suíça